



**ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

**ECOFEMINISMO, FEMINISMO MATRICÊNTRICO E TEATRO DAS OPRIMIDAS:  
UMA PROPOSTA TEATRAL PARA RECONECTAR MULHERES MÃES E NATUREZA**

Por

**ANNA CAROLINA VICTORINO VICENTE**

**SERRA GRANDE, URUÇUCA-BA, 2022**



**ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

**ECOFEMINISMO, FEMINISMO MATRICÊNTRICO E TEATRO DAS OPRIMIDAS:  
UMA PROPOSTA TEATRAL PARA RECONECTAR MULHERES MÃES E NATUREZA**

Por

ANNA CAROLINA VICTORINO VICENTE

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. SUZANA MACHADO PÁDUA

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ANDREA RABINOVICI

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. CÂNDIDA MARIA SANTOS DALTRO ALVES

TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO  
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA

IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS  
SERRA GRANDE, URUÇUCA-BA, 2022

### **Ficha Catalográfica**

Vicente, Anna C. V.

Ecofeminismo, Feminismo Matricêntrico e Teatro das Oprimidas: Uma proposta teatral para reconectar mulheres mães e natureza, 2022. 150 pp.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

1. Ecofeminismo
2. Feminismo Matricêntrico
3. Teatro das Oprimidas
  - I. Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, IPÊ

### **BANCA EXAMINADORA**

SERRA GRANDE, URUÇUCA – BAHIA, 14 DE ABRIL DE 2022

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. SUZANA MACHADO PÁDUA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. ANDREA RABINOVICI

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. CÂNDIDA MARIA SANTOS DALTRO ALVES

Dedico esta dissertação a pessoa que me modificou de tal maneira, que me possibilitou um outro olhar para a vida: minha filha, Elis Morena.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Mario Aparecido Nasser Vicente (em memória) que, infelizmente, e pela primeira vez, não pode estar presente em uma conquista minha, torcendo por mim como sempre esteve.

A minha mãe, pela vida e por todo amor e apoio desde sempre.

A minha irmã, pela melhor companhia nessa viagem maluca que é a vida.

Ao Cândido, meu companheiro há vinte anos, por todo amor e apoio ao longo desse processo.

A minha sogra e meu sogro, Diana e Cândido (ambos em memória), que sempre me apoiaram e estiveram presentes em muitos momentos importantes da minha vida.

À Suzana Padua, por todo apoio e pela orientação cuidadosa e amorosa.

À Andrea Rabinovici e Cândida Maria Santos Daltro Alves, por aceitarem participar desse processo e por suas contribuições fundamentais.

À Regina e ao Sidney, por todo apoio e amor dedicados à minha família.

Aos amigos e familiares que, de perto e de longe, acompanharam meu processo e me apoiaram de diversas maneiras, em especial à Raquel Oliveira, à vó Maria e à Mônica Vicente, que, amorosamente, revisou e corrigiu essa dissertação.

A toda a equipe da ESCAS-IPÊ que me possibilitaram uma segunda chance para terminar minha dissertação e que, com muito amor e dedicação, viabilizam esse programa de mestrado no sul da Bahia.

Um agradecimento especial à Prof<sup>fa</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristiana Saddy Martins, ao Prof. Dr. Alexandre Uezu, às secretárias Rose e Rosângela e ao Senhor Paraíso, sempre muito atenciosos e presentes.

A mim, por ter acreditado nos meus sonhos e seguido em frente!

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
LISTA DE TABELAS	03
LISTA DE FIGURAS	04
LISTA DE ABREVIACÕES	05
RESUMO	06
ABSTRACT	08
INTRODUÇÃO	10
Minha trajetória pessoal como minha trajetória de pesquisa	10
Contextualização e Proposta de trabalho	24
CAPÍTULO 1 – O ECOFEMINISMO	35
1.1 – O que é Ecofeminismo	35
1.2 – As interconexões entre mulheres e natureza nas correntes de pensamento ecofeminista	36
1.3 – As cinco características de uma estrutura conceitual opressiva	56
1.4 – A importância da lógica da dominação para as mulheres e a natureza	58
CAPÍTULO 2 – O FEMINISMO MATRICÊNTRICO	63
2.1 – O que é Feminismo Matricêntrico	63
2.2 – A maternidade patriarcal	65
2.3 – A maternidade empoderada	77
CAPÍTULO 3 – O TEATRO DO OPRIMIDO	82
3.1 – O que é Teatro do Oprimido	82
3.2 – As técnicas do Teatro do Oprimido	86
3.3 – Os jogos do Teatro do Oprimido	93
3.4 – A árvore do Teatro do Oprimido	94
3.5 – O que é Teatro das Oprimidas	97
CAPÍTULO 4 – FRACTAIS MATERNOS – LABORATÓRIO TEATRAL PARA MULHERES MÃES	101
4.1 – O que é o Fractais Maternos	101
4.2 – 1ª edição do Fractais Maternos	106
4.3 – O Fractais Maternos sob a ótica do Teatro das Oprimidas, do Feminismo Matricêntrico e Ecofeminismo	122

CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
ANEXO A – PROPOSTA: FRACTAIS MATERNOS – LABORATÓRIO TEATRAL ECOFEMINISTA PARA MULHERES MÃES	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – 1º Encontro – 15/01/19	107
Tabela 2 – 2º Encontro – 22/01/19	110
Tabela 3 – 3º Encontro – 29/01/19	111
Tabela 4 – 4º Encontro – 05/02/19	113
Tabela 5 – 5º Encontro – 12/02/19	115
Tabela 6 – 6º Encontro – 19/02/19	116
Tabela 7 – 7º Encontro – 26/02/19	120
Tabela 8 – 8º Encontro – 05/03/19	121
Tabela 9 – Encontro – Tema: Interconexões Históricas ou Causais entre mulheres, mães e natureza	145

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama 3.1 – Uma Visualização da Filosofia Ecofeminista.	56
Figura 2 – Imagem da Árvore do Teatro do Oprimido	96
Figura 3 – Imagem do modelo Divergente-Convergente	104

## LISTA DE ABREVIações

AI-5	Ato Institucional número cinco
ALFIN	Programa de Alfabetização Integral
AME	Aleitamento Materno Exclusivo
CIEPS	Centros Integrados de Educação Pública
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
COVID-19	<i>Corona Virus</i> Disease – 2019
CTO-Rio	Centro de Teatro do Oprimido do Rio de Janeiro
ESCAS	Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
LEED	Leadership in Energy and Environmental Design
LMLD	Leite Materno em Livre Demanda
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
ONU-Mulheres	Organização das Nações Unidas para a defesa dos Direitos Humanos das Mulheres
PT	Partido dos Trabalhadores
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TO	Teatro do Oprimido
UN-Women	United Nations entity dedicated to gender equality and the empowerment of women
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAWG	Violence Against Women and Girls
WRI	World Resources Institute

## RESUMO

Resumo do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra

ECOFEMINISMO, FEMINISMO MATRICÊNTRICO E TEATRO DAS OPRIMIDAS:  
UMA PROPOSTA TEATRAL PARA RECONNECTAR MULHERES MÃES E NATUREZA

Por

ANNA CAROLINA VICTORINO VICENTE

Abril de 2022

Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Suzana Machado Padua

Este estudo consiste em uma reflexão sobre o processo da mulher que se torna mãe, e assim carrega em si sementes que têm o potencial de promover a reconexão com a natureza, em benefício de ambas: mulheres e natureza. Por meio do trabalho materno de cuidado dos filhos, abre-se para as mães uma oportunidade de adquirirem consciência sobre a lógica da dominação que fundamenta a exploração insustentável, tanto das mulheres quanto da natureza. Esta pesquisa contextualiza como as mulheres, as mães e a natureza em geral têm sido dominadas e oprimidas pelo sistema patriarcal e capitalista vigente nas sociedades ocidentais, e apresenta uma proposta de intervenção para grupos de mulheres mães a partir de uma metodologia denominada Teatro das Oprimidas, tendo como referencial teórico o Ecofeminismo. Também incorpora a ótica do Feminismo Matricêntrico, com a intenção de promover a autonomia e a consciência ambiental das mulheres mães. Em termos metodológicos, este estudo procurou descrever e explicar o que contribui para a dominação e opressão das mulheres mães e para a dominação e exploração insustentável da natureza, e propõe uma metodologia de laboratório teatral para ser aplicada a mães e mulheres que podem se beneficiar com a experiência. Quanto aos seus meios, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, juntamente com a observação e a interpretação críticas de um laboratório teatral realizado com mulheres mães, ocorrido antes do início deste estudo.

A pesquisa demonstrou que essas três áreas do conhecimento – O Teatro do Oprimido, o Ecofeminismo e o Feminismo Matricêntrico – se complementam na busca pela superação da lógica da dominação patriarcal, e que é possível sua junção em uma proposta de atuação teórico-prática. Como resultado, apresento uma proposta de agenda para laboratórios teatrais onde, em cada encontro, serão trabalhadas as interconexões ecofeministas entre mulheres, mães e natureza, com a intenção de oportunizar a libertação de ambas.

**Palavras-chave:** Ecofeminismo; Lógica da dominação (mulheres e natureza); Feminismo Matricêntrico; Maternidade; Teatro das Oprimidas.

## **ABSTRACT**

Abstract do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de mestra

ECOFEMINISM, MATRICENTRIC FEMINISM AND THEATER OF THE OPPRESSED:  
A THEATRICAL PROPOSAL TO RECONNECT WOMEN MOTHERS AND NATURE

By

ANNA CAROLINA VICTORINO VICENTE

April, 2022

Advisor: Dr<sup>a</sup>. Suzana Machado Padua

This study consists of a reflection on the process of women who become mothers, and thus carry seeds that potentially promote a reconnection with nature, for the benefit of both parties: women and nature. Through maternal childcare work, mothers are given an opportunity to acquire awareness of the logic of domination that underlies the unsustainable exploitation of women and nature. This research contextualizes how women, mothers and nature in general have been dominated and oppressed by the patriarchal and capitalist system prevailing in western societies and presents an intervention proposal for groups of women mothers based on a methodology entitled the Theater of the Oppressed, having Ecofeminism as theoretical reference. It also incorporates the perspective of Matricentric Feminism, with the intention of promoting the autonomy and environmental awareness of women mothers. In methodological terms, this research sought to describe and explain what contributes to the domination and oppression of women mothers and the unsustainable domination and exploitation of nature and proposes a theatrical laboratory methodology to be applied to mothers and women who can benefit from the experience. As for its means, bibliographic research was carried out and the observation and critical interpretation of a theatrical laboratory carried out with women mothers, which took place before the beginning of this study. The research showed that these three areas of knowledge complement each other in

the search for overcoming the logic of patriarchal domination and that it is possible to combine them in a proposal of theoretical-practical action. As a result, I present a proposal for an agenda for theatrical laboratories where, at each meeting, the ecofeminist interconnections between women mothers and nature will be worked on, intentionally creating opportunities for the liberation of both.

Keywords: Ecofeminism; Logic of domination (women and nature); Matricentric Feminism; Motherhood; Theater of the Oppressed.

## INTRODUÇÃO

### **Minha trajetória pessoal como minha trajetória de pesquisa**

Sou Arquiteta e Urbanista, Atriz, Especialista em Gestão Estratégica e Econômica de Projetos e em Meio Ambiente. Durante alguns anos, transitei por essas áreas, ora querendo sair de uma para me dedicar a outra, ora com um desejo de juntá-las, mas sem conseguir enxergar as suas conexões. Nesse percurso, atuei como gestora de projetos para a sustentabilidade em empresas de grande porte por quase 10 anos e, em 2015, decidi sair do mercado de trabalho do eixo Rio-São Paulo, me mudei para o sul da Bahia, ingressei no mestrado da ESCAS-IPÊ em busca de respostas para minhas inquietações e descobri que estava grávida. A maternidade, para mim, tem sido a melhor e a mais desafiadora de todas as experiências que vivi até hoje, e a que me trouxe mais inquietações, mas também algumas certezas e respostas.

### **Da construção sustentável ao desenvolvimento sustentável**

A sustentabilidade surgiu por acaso em minha vida, em janeiro de 2007. Eu já atuava como arquiteta há alguns anos, e estava estudando teatro e trabalhando com cenografia para eventos, quando surgiu a oportunidade de trabalhar em uma empresa de consultoria na área de arquitetura e engenharia, que estava trazendo para o Brasil a certificação norte-americana para construções sustentáveis, motivada por uma incorporadora de mesma nacionalidade, denominada *LEED* (na sigla em inglês), que significa Liderança em Energia e Design Ambiental. Não era preciso ter experiência para ser contratada, pois, naquela época, sustentabilidade era um tema tabu dentro da faculdade de arquitetura e urbanismo e para esse setor da economia, de maneira geral, e, portanto, ninguém sabia muita coisa sobre o assunto. Fui contratada pela minha curiosidade e iniciativa em aprender.

Um “mundo novo” se abriu para mim! Fiquei encantada e surpresa com a quantidade de novas informações, estudos, questões e temas com os quais precisávamos lidar para que uma edificação – desde seu projeto, passando pela construção até sua inauguração e manutenção – fosse considerada sustentável. A

certificação abarcava desde a localização do empreendimento na cidade, seu acesso por transportes públicos, a definição de sua implantação no terreno (considerando a qualidade do solo, da iluminação e ventilação naturais, dentre outros), passando pelo uso eficiente das águas (como o reúso de águas cinzas e negras e a captação e uso de água de chuva) e da energia (como sistemas e equipamentos com menor consumo de energia e com baixa emissão de gases nocivos), pela destinação de resíduos e escolha de materiais com menor impacto ambiental em todas as fases da obra (como madeiras certificadas, materiais com conteúdo reciclado e/ou reciclável), até a qualidade do seu ambiente interno (em termos acústicos, olfativos, visuais, temperatura, dentre outros).

Devido a essa experiência, em meados de 2008 – mesmo período em que concluí minha formação de atriz e ingressei em uma pós-graduação em gestão de projetos –, fui indicada para trabalhar como coordenadora de sustentabilidade para a Vice-Presidência de Desenvolvimento, no Brasil, de uma das maiores empresas do mundo, o Walmart. Passei a me relacionar diretamente com as diretorias de projetos, construções, reformas e manutenção de lojas de todo o País, além de seus fornecedores. Como consultora, minha atuação era de fora para dentro, analisando projetos já prontos e ajudando as equipes a adequá-los para a certificação. Já como coordenadora, minha atuação passou a ser de dentro para fora, pautando todos os projetos junto às suas diretorias desde o início. Naquele momento, o tema sustentabilidade estava bastante em pauta no mundo inteiro devido aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's), e então as empresas começavam a entender que era preciso cuidar dos impactos sociais e ambientais que causavam. Por isso, uma das estratégias mundiais do Walmart passou a ser liderar em sustentabilidade. E, no relacionamento com as demais vice-presidências da empresa, principalmente com a de Assuntos Corporativos, que incluía as diretorias de sustentabilidade corporativa e o Instituto Walmart, meu “mundo novo” ampliou-se!

Foi quando eu realmente comecei a entender e, também, ficar bastante preocupada e receosa com os impactos das grandes empresas nas vidas das pessoas e no meio ambiente. Mas também enxerguei o potencial de transformação positiva que cada pequena ação multiplicada por centenas de lojas e milhares de pessoas poderia promover. No final de 2010, decidi mudar de área e passei a integrar a equipe da

diretoria de sustentabilidade corporativa. Comecei a apoiar na criação, coordenação e acompanhamento dos projetos de sustentabilidade das mais diversas áreas da empresa, como cadeia logística, gestão de resíduos, compra de insumos para lojas, cadeia de compra de suprimentos para venda, recursos humanos, análise jurídica para políticas públicas, dentre outras (incluindo minha antiga área), trabalhando também junto aos seus fornecedores, além de integrar comitês de sustentabilidade de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs), em prol do desenvolvimento sustentável.

Minha atuação na empresa passou a ser mais relacional e menos técnica, de articulação entre diferentes atores e com iniciativas que traziam em si a necessidade de olhar para as pessoas por trás delas. Acompanhei projetos que buscavam entender e trabalhar as questões sociais relativas aos caminhoneiros, catadores de recicláveis, costureiras, pequenos agricultores, funcionários das lojas, dentre outros, ou seja, pessoas que estão na ponta dos processos produtivos, que realizam as tarefas “braçais” necessárias. Eu passei a enxergar, cada vez mais, a realidade de outras pessoas, de fato. Em relação especificamente às mulheres, tive a oportunidade de vê-las em todas as áreas da empresa e em todos os níveis de posições, incluindo altos cargos executivos. Vi mulheres gestantes serem contratadas, mulheres recém-mães terem direito a 6 meses de licença maternidade, acompanhar o surgimento de projetos com foco na contratação de mulheres, ao mesmo tempo em que era criada a ONU-Mulheres em Nova Iorque (EUA), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para a defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, e a ONU-Mulheres no Brasil.

No final de 2011, com a proximidade da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), ou Rio+20, mudei-me para o Rio de Janeiro para trabalhar na Vale, uma das maiores mineradoras do mundo e uma das maiores empresas do Brasil. A Diretoria de Desenvolvimento Sustentável estava sendo criada e acreditei que esta seria uma oportunidade incrível de gerar transformações positivas para muitas pessoas, para além do atendimento a legislação ambiental vigente. Trabalhei na avaliação de projetos relativos à sustentabilidade que buscavam apoio e/ou parceria institucional e financeira da empresa, propostos por governos, ONG's, associações, fornecedores, universidades e movimentos do terceiro setor. Atuei na participação e no apoio da empresa a Rio+20, mobilizando e articulando parcerias

entre os mais diversos atores dentro e fora da empresa e em eventos empresariais paralelos à Conferência. Após esse evento, continuei mobilizando e articulando grupos de trabalho internos nos diferentes assuntos que compõem a sustentabilidade empresarial, reforçando e ampliando o relacionamento da Diretoria de Sustentabilidade com as demais diretorias da empresa, pois esse é um tema transversal em qualquer organização e com os grupos de trabalho de entidades externas. Aqui, minha atuação passou a ser inteiramente relacional, de articulação e diálogo, sendo a parte técnica dos processos produtivos de responsabilidade de cada área de negócio.

Provocada pelos desdobramentos da Rio+20 e pela minha trajetória, que me levou até ela, comecei a pesquisar e a trilhar novos caminhos, tanto pessoais como profissionais, e a entender, cada vez mais, a importância do desenvolvimento local/pessoal em prol de um desenvolvimento global/coletivo sustentável. Em 2013, com o fim da Diretoria de Sustentabilidade da Vale, decidi sair da empresa e tirar um período mais ou menos sabático. Cursei uma pós-graduação sobre meio ambiente, fiz alguns cursos livres sobre desenvolvimento sustentável (como o “A era do desenvolvimento sustentável”, com Jeffrey Sachs, e “Limites Planetários e oportunidades humanas”, com Johan Rockström<sup>1</sup>), diálogo, facilitação de grupos, metodologias inovadoras para projetos em sustentabilidade e me formei “Curinga”, ou facilitadora, na metodologia de Teatro do Oprimido, pelo Centro de Teatro do Oprimido (CTO-Rio), fundado por Augusto Boal, em 1989, no Rio de Janeiro. Durante esse período, conheci algumas mulheres recém-mães e pude observar, mesmo sem entender muito bem, algumas dificuldades que elas enfrentavam para realizar o que queriam e quais eram as estratégias que conseguiam adotar ou não.

Nesse processo de busca de respostas para muitas perguntas que haviam surgido nesses anos atuando em grandes empresas, eu e meu marido decidimos nos mudar para a Vila de Serra Grande, distrito de Uruçuca, na Bahia, procurando aprofundar nossos estudos e trabalhos em desenvolvimento sustentável e políticas públicas, em um município pequeno, em busca de outra relação com o espaço urbano e rural. Levamos um ano para organizarmos nossa mudança e, a fim de conhecer mais o município para onde iríamos, decidi utilizá-lo como objeto de estudos do meu TCC

---

<sup>1</sup> Fonte: SDGACADEMY. Courses. Disponível em: <<https://sdgacademy.org/courses/>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

(Trabalho de Conclusão de Curso) da pós-graduação em meio ambiente. Para isso, respondi e analisei os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis para Uruçuca.

Em março de 2015, nos mudamos para Serra Grande, e rapidamente meu entendimento e minha percepção da realidade foram ampliados e aprofundados. Foi quando eu realmente comecei a entender, e a enxergar, os impactos de nossas escolhas pessoais e profissionais nas vidas de outras pessoas e no meio ambiente. Ao chegarmos aqui, identifiquei e me envolvi em iniciativas que buscavam promover o desenvolvimento sustentável local. Atuei principalmente no Instituto Nossa Uruçuca (INU), um observatório social e político, e na Tabôa – Fortalecimento Comunitário, agência de microcrédito e desenvolvimento comunitário, e também apoiando outras iniciativas e projetos, como a Casa Alegria (coletivo de mulheres costureiras), Riqueza do lixo (reciclagem de resíduos sólidos), Circo da Lua (escola de circo e teatro para crianças e adolescentes) e Doces Segredos da Floresta (coletivo de mulheres que fabricam doces a partir das frutas locais). Em outubro do mesmo ano, iniciei meus estudos no mestrado da ESCAS-IPÊ, na turma de Serra Grande – Bahia, e em novembro, descobri que estava grávida!

### **De mulher a mulher mãe**

Desde então, comecei a pesquisar sobre gestação, parto e puerpério. Fiz amigos em Serra Grande que já atuavam na assistência humanizada no ciclo gravídico puerperal há anos pelo Brasil, e que me deram “o caminho das pedras”. Sim, porque há muitas delas no caminho da mulher que se torna mãe, e apoio para superá-las é fundamental. Encontrei uma médica obstetra em Serra Grande que concordou em fazer todo meu pré-natal e que sugeriu que eu fosse para São Paulo para parir, por ser meu primeiro filho, para estar perto da família e ter mais opções de assistência para parto e pós-parto. Em dezembro, fomos passar as férias em São Paulo, e tínhamos a missão de conhecer alguns profissionais da área para decidir como seria o nosso parto. Participando de rodas de gestantes e puérperas, visitando alguns poucos consultórios e conversando com médicas, obstetizas e doulas, percebemos que era muito difícil, para não dizer impossível, uma mulher conseguir um parto normal e natural em um hospital em São Paulo, a maior cidade do país, onde estão os melhores médicos e

hospitais, mesmo pagando um excelente (e caro) plano de saúde. Os desafios de ser mãe no Brasil e em uma sociedade patriarcal capitalista e medicalizada estavam apenas começando.

Descobrimos que, infelizmente, vivemos uma epidemia de cirurgias cesarianas nos hospitais brasileiros, sendo que 56% dos partos são realizados por meio de cirurgia cesariana e 44% são partos normais<sup>2</sup>, colocando o país em segundo lugar em taxa de cesáreas no mundo. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a taxa de cesáreas deve ser de 10 a 15% do total de partos em um país, por se tratar de uma cirurgia que deve ser realizada apenas quando a gestação apresenta riscos para a saúde da mãe e/ou do bebê. Caso seja realizada sem necessidade, pode acarretar um risco 25% maior de mortalidade na infância<sup>3</sup>, dentre outras complicações a médio e longo prazo para a saúde de ambos. A taxa chega a 84,76%<sup>4</sup> de cesáreas quando falamos em partos realizados por planos de saúde. Depois de entendermos o contexto do parto no Brasil e em São Paulo, decidi ter um parto domiciliar apesar de dispormos apenas de três opções de equipes para tal.

A equipe que nos atenderia contava com duas obstetrias e uma doula. Também teríamos que escolher pelo menos um (a) obstetra que atendesse parto normal e natural (sem intervenções de nenhuma espécie, como aplicação de ocitocina para acelerar o trabalho de parto), e que pudesse nos assistir no hospital que nosso plano de saúde cobria, caso fosse preciso mudar os planos durante a gestação ou sair de casa e ir para lá durante o trabalho de parto. Foi preciso criar uma logística intensa para que minha vontade de um parto normal e natural fosse respeitada. Definidos a equipe de parto e “plano B”, voltamos para Serra Grande, as aulas do mestrado retornaram e segui apoiando as iniciativas e projetos com os quais eu já estava envolvida. Além disso, durante esse período da gestação, fui conversando com outras

---

<sup>2</sup> Fonte: BOERMA, T. *et al.* Global epidemiology of use of and disparities in caesarean sections. *The Lancet*, v. 392, n. 10155, p. 1341–1348, out. 2018.

<sup>3</sup> Fonte: G1 GLOBO. Cesárea sem indicação é associada a risco 25% maior de mortalidade na infância, aponta estudo liderado pela Fiocruz. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/noticia/2021/10/13/cesarea-sem-indicacao-e-associada-a-risco-25percent-maior-de-mortalidade-na-infancia-aponta-estudo-liderado-pela-fiocruz.ghtml>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

<sup>4</sup> Fonte: AGENCIA BRASIL. Cesáreas respondem por 84% dos partos realizados por planos em 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/cesareas-respodem-por-84-dos-partos-realizados-por-planos-em-2019>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

mães, com minha obstetra, frequentei uma roda de gestantes e puérperas, e a gestação transcorreu tranquilamente.

No início de junho de 2016, retornamos para São Paulo e, em 10 de julho, Elis Morena nasceu, após um parto normal e natural, que transcorreu sem nenhuma complicação, e em casa. Essa foi sem dúvida a maior e a melhor experiência da minha vida. Atualmente, parir dessa maneira é um ato revolucionário em todos os sentidos, social, político, econômico e ambiental, além de muito empoderador para a mulher e, justamente por isso, nossa sociedade patriarcal e capitalista cria todas as dificuldades possíveis para impossibilitar esse acontecimento. Eu não sabia, mas naquele momento eu também (re)nascia, eu me tornava outra pessoa (ou, em certo grau, aquela criança que um dia fui) e, mais uma vez, eu adentrava um novo mundo!

Dez dias após o parto, eu descobri que não estava conseguindo amamentar minha filha corretamente, ela ganhava pouco peso e muito lentamente, e ninguém sabia me explicar o porquê. Ainda em São Paulo, procurei alguns dos melhores profissionais do Brasil no tema, mas em algum momento, e de maneira inesperada, eles me mostravam como eu estava sozinha na luta por amamentar minha filha exclusivamente no peito. Alguns indicaram o uso de medicamentos antidepressivos e/ou gastrointestinais, pois estes podem ocasionar, como efeito colateral, o aumento da produção de leite materno (o que está proibido atualmente), ou complementar as mamadas tanto com leite materno retirado por bomba quanto com leite artificial (pelos processos de translactação e relactação por sondas nasogástricas), causando em mim sensações como medo, insegurança, impotência e solidão. Quando minha filha completou um mês, eu estava extremamente exausta física e emocionalmente de, após suas mamadas, retirar meu leite com bomba e dar a ela em copinho como complemento, decidimos usar a sonda e o leite artificial para complementar suas mamadas.

Assim, retornamos para Serra Grande, dois meses e meio após o parto. Naquele momento, os profissionais que nos acompanhavam em São Paulo não eram autorizados pelos seus conselhos de classe a fazer atendimentos pela internet, e aqui na região foi mais difícil ainda encontrar profissionais de saúde que nos apoiassem e entendessem esse processo. Após passarmos por quase dez pediatras e não encontrar

nenhum que pudesse nos acolher, decidi conversar com uma amiga psicóloga, mãe e doula, e pedir alguns livros emprestados, dicas de leituras em páginas e perfis das redes sociais sobre amamentação, dentre outros, para outras amigas, também mães e doulas, em Serra Grande. Eu acreditava que a amamentação fluiria naturalmente se a gestação fosse de baixo risco e o parto fosse normal e natural e, portanto, eu me preparei para eles; mas não para a amamentação.

Mergulhei nas leituras em busca do conhecimento que me faltava, e descobri muitas coisas sobre esse tema, dentre elas, que o uso da sonda pode causar um desmame precoce por confusão de bicos e o leite artificial pode aumentar muito o intervalo entre as mamadas em um dia, tendo o mesmo efeito em curto prazo, e eu estava vendo isso acontecer comigo. Felizmente, também encontrei as respostas que precisava, mas faltava o apoio de algum profissional da área para que eu pudesse me sentir segura e mudar o que estava acontecendo, ou seja, sair da extrema racionalidade existente nas técnicas, que me foram ensinadas, para lidar com aquela situação e entrar em um estado de presença com minha filha, tanto emocional, buscando perceber as necessidades reais dela, quanto racional, procurando atendê-las quando ela solicitava.

Quando minha filha já estava com quase quatro meses, eu recebi a mensagem de uma outra amiga, também psicóloga, mãe e doula, dizendo que ela poderia me ajudar nesse processo, que já tinha passado por isso e que sabia como eu estava me sentindo. Ela agendou uma consulta para nós com uma nova pediatra, que estava chegando em Serra Grande. Essa médica foi a primeira a olhar para mim, a me enxergar de verdade, e disse: “Sua filha está ótima, agora vamos cuidar de você, porque você não está!”. E, tanto ela quanto minha amiga, passaram a me acompanhar semanalmente. Depois de um mês, quando minha filha completou cinco meses e eu estava me sentindo segura e apoiada, decidi que havia chegado o momento de retomar o aleitamento materno exclusivo (AME) e, em dez dias, minha filha voltou a mamar apenas no peito, quando, onde e o quanto ela quisesse; isto é, ela passou a mamar leite materno em livre demanda (LMLD).

Conseguir o AME, assim como parir, é um ato revolucionário em todos os sentidos, social, político, econômico e ambiental, e pode conferir muita autonomia à

mulher. E, também nesse momento, nossa sociedade patriarcal e capitalista cria todas as dificuldades possíveis para impossibilitá-lo. Tanto que, a mediana nacional de aleitamento materno exclusivo é de apenas 54 dias e do aleitamento materno, acompanhado de uma introdução alimentar, não chega a 1 ano, sendo 341 dias<sup>5</sup>, apesar de a OMS recomendar o AME até os 6 meses de vida do bebê, e o aleitamento materno acompanhado de uma introdução alimentar a partir desse momento até os 2 anos de idade ou mais, pois o leite materno é o alimento mais completo para o bebê, até quando ele quiser.

Depois dessa experiência com a amamentação, decidi que precisava estudar sobre diversos outros assuntos relacionados a maternidade e a infância para conseguir ser a mãe que eu queria para minha filha. Uma mãe capaz de apoiar seu desenvolvimento, em todos os sentidos, para que ela possa ser quem realmente ela é. Li muitos livros, fiz alguns cursos e participei de grupos sobre amamentação, alimentação, sono, vacinas, psicologia do puerpério, teoria do apego, análise bioenergética, maternidade, o desenvolvimento do cérebro do bebê, educação emocional, dentre outros, conforme as necessidades da minha filha, e as minhas, se apresentavam. Paralelamente, ao longo de 2017, decidi sair das iniciativas que estava apoiando em Serra Grande para ter mais tempo para me dedicar à maternidade e ao mestrado, que precisava retomar, e procurei definir meu tema de estudo e escrever minha dissertação. Foi muito difícil para mim conciliar essas duas esferas da minha vida, uma muito prática, interdependente e emocional e outra mais teórica, independente e racional, além de uma mudança de casa necessária nesse período, o que me levou a uma crise de estresse no final do ano e um pedido de desistência do mestrado no início de 2018. Apesar disso, eu poderia retomá-lo em outubro de 2019, mas precisaria fazer o processo seletivo novamente.

Em 2018, mergulhei ainda mais nos estudos relacionados a infância e a maternidade e na minha própria vivência junto à minha filha. Quando percebi, estava inteiramente adaptada e com quase todo o meu tempo dedicado a ela, mesmo quando não estava fisicamente junto dela, o que era raro por amamentá-la em livre demanda e

---

<sup>5</sup> Fonte: BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. Brasília: Editora MS, 2009. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa\\_prevalencia\\_aleitamento\\_materno.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_prevalencia_aleitamento_materno.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2022.

querer participar dos momentos mais importantes do seu desenvolvimento. Por um lado, eu estava “me perdendo de mim”, deixando de fazer as coisas que eu gostava e desejava como mulher, para me dedicar a ser exclusivamente mãe. Por outro lado, eu estava aprendendo, na prática e na teoria, como é desafiador e complexo cuidar de uma vida que depende das escolhas de todos ao seu redor para existir e prosperar, demandando a nossa (re)conexão com a nossa natureza interna e externa. Sem saber, eu estava me reconectando comigo mesma, redescobrando meu mundo!

No final daquele mesmo ano, conversando com uma amiga mãe e diretora teatral sobre as angústias e desafios de se reconectar com a própria natureza e com a natureza onde estamos inseridas, isto é, ser mulher e mãe em uma pequena vila praiana na Mata Atlântica – intersecções que me fizeram enxergar com maior clareza os mecanismos patriarcais capitalistas atuantes no nosso dia a dia, além de experienciar que apenas dialogar sobre esses temas em rodas de puerpério não era suficiente para elaborá-los –, compartilhei com ela um desejo crescente em mim de criar um grupo de teatro para mulheres mães. Eu sentia que era preciso ir além, e reconectar mente e corpo, razão e emoção, uma vez que as mulheres mães passam por diversas mudanças físicas e psíquicas durante a gestação que podem durar anos após o parto, por meio do fazer teatral. A base da metodologia do Teatro do Oprimido é trabalhar corpo e mente juntos, buscando desmecanizá-los, para que possamos enxergar as opressões às quais estamos submetidos, desenvolver estratégias e assim tentar mudar nossas realidades. Ela aceitou ser minha parceira imediatamente.

### **Do Teatro do Oprimido ao Fractais Maternos – Laboratório Teatral para Mulheres Mães**

No início de 2019, Marina Nucci e eu criamos o Fractais Maternos, um laboratório teatral dedicado às mulheres mães que gostariam de elaborar suas inquietações relativas à vida pós maternidade de maneira lúdica e acolhedora. A primeira edição teve início em janeiro, durou dois meses, e teve oito encontros, um por semana. Construimos os encontros um após o outro, misturando os jogos, exercícios e técnicas do Teatro do Oprimido – que eu selecionava – com as técnicas e vivências de Teatro Ritual – escolhidas por minha amiga –, de acordo com os temas que nós

gostaríamos de trabalhar e com os assuntos que as mulheres mães traziam a cada laboratório. Nossa intenção nos primeiros encontros foi fazer aflorar de cada participante a sua pluralidade de temas e assuntos, para que, no meio do processo, cada mulher mãe começasse a identificar qual deles gostaria de trabalhar, e assim avançarmos para a finalização do laboratório por meio da construção de uma cena final ou ato ritual, que poderia ser individual ou coletiva.

Foi uma experiência maravilhosa! De fato, conseguimos criar um espaço-tempo simultaneamente lúdico e acolhedor, onde as participantes se sentiram seguras, incluídas e apoiadas para elaborar as suas inquietações, integrando corpo e mente, cuidando umas das outras, e descobrindo que todas nós, em maior ou menor grau, estamos enfrentando os mesmos desafios. Seja nos papéis que desempenhamos, como filha, mulher, esposa, profissional, entre outros, seja nos espaços que atuamos, como nossa casa, trabalho, comunidade, sociedade, e outros, pudemos ver o sistema patriarcal capitalista atuando de diversas maneiras em nossas vidas. Eu e minha amiga também fomos participantes dos nossos laboratórios, mesmo que parcialmente, e cada uma passou pelo seu processo, que culminou em uma cena final e em um ato ritual, respectivamente.

A segunda edição durou três meses, teve início em setembro do mesmo ano, e contou com 12 encontros, um por semana. Este grupo teve uma duração maior, pois sentimos a necessidade de incluir três encontros para trabalhar estritamente os três elementos estéticos principais da arte em geral, segundo Augusto Boal, e que formam a Estética do Oprimido (base teórica do Teatro do Oprimido): o som, a palavra e a imagem. Por isso, decidimos reavaliar e reorganizar os jogos, exercícios, técnicas e vivências que utilizamos com o primeiro grupo, refazendo parcialmente a agenda dos laboratórios. Esse processo também foi influenciado pelo livro Teatro das Oprimidas, de Barbara Santos, que foi lançado em julho de 2019. Barbara trabalhou durante anos com Boal e, em seu livro, conta sua experiência de dez anos trabalhando as técnicas do Teatro do Oprimido, somente com grupos de mulheres, a partir do que apresenta a sua metodologia, o Teatro das Oprimidas. Essa segunda experiência também foi maravilhosa!

As duas edições do Fractais Maternos nos deram certeza de estarmos em um caminho frutífero e importante ao escolhermos trabalhar com mulheres mães, por meio do teatro, questões que são tanto individuais, pessoais e locais, como coletivas, políticas e globais. Durante os laboratórios, aconteceram alguns desdobramentos bastantes significativos na vida de algumas das participantes, que pudemos apoiar e acompanhar, como: mudança de residência, separação, decisão de colocar o filho na escola naquele momento, reconciliação, a primeira viagem sem filhos, e a própria decisão de participar dos laboratórios teatrais, algumas levando os filhos. Sabemos que, em todas essas decisões, as reflexões que aconteceram nos grupos sobre a dominação da mulher em nossa sociedade, e em nossas casas, foram importantes para que fossem pensadas e realizadas.

Dessa maneira, eu começava a integrar algumas partes fundamentais na minha vida, resgatando o fazer teatral e colocando-o em diálogo com a experiência da maternidade, e a manifestá-las em forma de um trabalho significativo para mim. Assim, descobri como este era um trabalho significativo para outras mulheres mães também. Faltava agora reencontrar, e integrar, uma outra parte essencial da minha trajetória: a sustentabilidade.

### **O caminho de volta: o Ecofeminismo, o Feminismo Matricêntrico e o Teatro das Oprimidas**

Um pouco antes da segunda edição do Fractais Maternos, em agosto de 2019, fiz as provas para ingressar no mestrado novamente. Em setembro, saiu o resultado e eu havia sido aprovada! Fiquei muito feliz! Intimamente, eu tinha medo de ser reprovada, pois acreditava que estava há muito tempo (três anos) afastada dos estudos e trabalhos sobre desenvolvimento sustentável. Agora, eu teria quase dois anos pela frente para mergulhar nesse tema e responder à pergunta que já me rondava a cabeça há algum tempo: como eu poderia juntar essas três grandes áreas da minha vida – a sustentabilidade, o teatro e a maternidade – na minha dissertação? Eu sabia que as conexões existiam, mas ainda não as enxergava com clareza.

Decidi que começaria a me dedicar a minha dissertação apenas no ano seguinte, por algumas razões, dentre elas: eu precisava finalizar a segunda edição do

Fractais Maternos até o final de novembro de 2019, em dezembro eu viajaria para São Paulo para passar as férias com a família e, em fevereiro de 2020, minha filha começaria a ir para a escola, o que me proporcionaria o tempo necessário para eu desenvolver minha pesquisa, e seguir trabalhando com o Fractais Maternos. Além disso, estávamos construindo nossa casa, e pretendíamos nos mudar até abril. Estava tudo acontecendo conforme o planejado quando, em 11 de março de 2020, a OMS decretou que vivíamos a pandemia do novo coronavírus.

O impacto da chegada da pandemia na vida de todos, especialmente na vida das mulheres mães, foi imediato. Aqui em Serra Grande, como no mundo, quase tudo que não era serviço essencial fechou ou parou, inclusive as escolas, fazendo com que as rotinas das crianças e das famílias fossem bastante alteradas e trazendo impactos importantes para a saúde mental de todos. No meu caso, pelo menos nos dois primeiros meses, eu perdi o tempo que eu teria para me dedicar ao mestrado e, simultaneamente, não pude continuar com meu trabalho presencial junto às mulheres mães. A construção da nossa casa praticamente parou, o que ocasionou um atraso de seis meses para sua conclusão, além de demandar mais dedicação devido à escassez de material e mão de obra. Por volta de junho, uma amiga me emprestou sua casa, que estava vazia, para que eu pudesse usá-la pelas manhãs para estudar e ter um tempo para mim. No início de setembro, consegui concluir um primeiro texto, que contava o que me levou a querer trabalhar com mulheres mães e Teatro do Oprimido, e que falava um pouco sobre a importância da equidade de gênero para um desenvolvimento sustentável, mas eu ainda não tinha encontrado os fundamentos teóricos que conectavam mulheres e natureza. Portanto, eu precisaria me dedicar mais a esse assunto se quisesse continuar nessa linha de pesquisa.

Naquele momento, eu já me sentia emocionalmente esgotada por conta dos impactos causados pela pandemia e, ao mesmo tempo, nossa casa estava quase pronta. Então tomei a decisão de, durante os meses de outubro e novembro, parar os estudos e me dedicar ao nosso processo de mudança para a nova casa que, por estarmos em uma pandemia, teria que ser feita apenas por nós e poucos ajudantes. Além disso, eu me dediquei também a encontrar um grupo de famílias com crianças, que compartilhassem o mesmo entendimento e protocolos de segurança em relação ao

coronavírus, para que eu e minha filha pudéssemos voltar a ter o mínimo de vida social possível, pois já fazia oito meses que ela não brincava com uma criança e eu não conversava com um amigo ao vivo, e isso para mim era prioridade. Por fim, consegui retomar os estudos apenas no final de janeiro de 2021, em um ritmo ainda lento, e a qualificação dos trabalhos da minha turma, que seria em junho, acabou sendo prorrogada até fevereiro de 2022.

Refiz minha pesquisa bibliográfica, e descobri duas linhas de pesquisa que vinham ao encontro do que eu estava vivenciando desde que me tornei mãe – incluindo a experiência de apoio a outras mulheres mães por meio dos laboratórios teatrais, na busca por uma maior consciência do contexto social local e global, onde desenvolvemos nossa maternidade e uma compreensão dos impactos sociais, econômicos e ambientais das escolhas que precisamos fazer como mães, considerando minha experiência de quase dez anos trabalhado com projetos para a sustentabilidade em grandes empresas –, a saber: o Feminismo Matricêntrico, termo cunhado pela pesquisadora canadense Andrea O’Reilly em 2016, busca estudar o feminismo que nasce das experiências maternas e ressalta que as mães precisam de um feminismo próprio, na teoria e na prática, que coloque suas necessidades e inquietações como alicerces para o empoderamento de todas as mulheres; e o Ecofeminismo, termo cunhado por Francoise d’Eaboune na década de setenta, que abarca diversas perspectivas teóricas e práticas, com o objetivo de entender a relação e combater a dominação das mulheres e da natureza pelo sistema patriarcal capitalista no qual vivemos, apontando possibilidades para a libertação de ambas, sendo uma delas abraçar e acolher a maternidade.

Enfim, eu havia encontrado a conexão entre as três áreas mais importantes da minha vida, o Ecofeminismo (a sustentabilidade), o Feminismo Matricêntrico (a maternidade) e o Teatro das Oprimidas (o teatro): elas são contra todas as formas de dominação, opressão e exploração, e identificam o sistema patriarcal capitalista como a estrutura conceitual que os explica, mantém e justifica.

## Contextualização e Proposta de trabalho

Não há três mundos, mas apenas um; não há cabeças e barrigas, mas sim mulheres inteiras; não há produção e reprodução, mas sim a criação e manutenção da vida (MIES *apud* DI CIOMMO, 1999, pg. 151).

Já há algum tempo, sabemos que a criação e a manutenção de todas as formas de vida em nosso planeta estão sendo ameaçadas pelas mudanças climáticas provocadas pela ação humana, isto é, pelo modo como os seres humanos vêm se relacionando e transformando seu meio ambiente ao longo dos últimos séculos. Dois documentos publicados no começo desse ano – o relatório denominado *Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade* do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) e a pesquisa com o título: *Combatendo a violência contra mulheres e meninas no contexto das mudanças climáticas* da ONU-Mulheres – evidenciam a situação alarmante na qual estamos vivendo, em termos de consequências das mudanças climáticas, e do aumento da violência contra as mulheres, respectivamente, e como essas questões se conectam.

O primeiro, apresenta o estudo mais completo realizado até o momento sobre os impactos das mudanças climáticas e os riscos para o futuro, em especial para as comunidades mais vulneráveis socioeconomicamente. Entre eles, destacam-se: a emigração de mais de vinte milhões de pessoas anualmente, desde 2008, devido à inundações e tempestades; os corais e as aves marinhas estão morrendo em massa e outros animais estão buscando latitudes e altitudes maiores; entre 30 e 130 milhões de pessoas estarão na pobreza extrema na próxima década; em um cenário de altas emissões podem ocorrer diminuição das espécies que dependem dos glaciais e morte de árvores em grande escala; mesmo mantendo o limite de aquecimento global em 1,5 grau Celsius estima-se que 350 milhões de pessoas sofrerão com a falta de água e 14% das espécies terrestres podem ser extintas até 2030; o acúmulo de impactos numa mesma região poderá causar um aumento importante dos riscos; entre 3,3 e 3,6 bilhões de pessoas vivem em países de alta vulnerabilidade aos impactos climáticos; nesses, a mortalidade por secas, enchentes e tempestades foi quinze vezes maior que

em países menos vulneráveis entre 2010 e 2020; o baixo orçamento destinado às ações de adaptação (apenas 4 a 8% do financiamento climático monitorado) é um desafio para a realização das ações de adaptação necessárias; algumas comunidades, como as dependentes do degelo, não conseguirão se adaptar à escassez de água provocada pelo aquecimento global em 1,5 grau Celsius; dentre outras situações<sup>6</sup>.

De acordo com a instituição *World Resources Institute* (WRI), os aprendizados que podemos extrair do documento do IPCC são: a distribuição e a severidade dos impactos climáticos são maiores do que o esperado; no curto prazo, vamos ter que lidar com o agravamento desses impactos; com o aumento da temperatura nos próximos anos, veremos um crescimento também dos riscos relacionados, o que poderá causar efeitos irreversíveis; países ou regiões que enfrentam desafios de desenvolvimento, governança, desigualdade, pobreza, acesso limitado a serviços sociais e de saúde, instabilidade e outros, estão mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas; as ações para adaptação das comunidades são importantes e necessárias, porém o financiamento precisa chegar aos países mais vulneráveis e a definição de estratégias para realizá-las devem ser melhor elaboradas; e, infelizmente, algumas comunidades e ecossistemas já enfrentam impactos severos e estão no seu limite em termos de capacidade de adaptação, sendo necessárias ações imediatas para lidar com as perdas e danos. De acordo com o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, “(...) o relatório do IPCC é um atlas do sofrimento humano e uma prova do fracasso da liderança sobre o clima”<sup>7</sup>.

O outro documento (a pesquisa: *Combatendo a violência contra mulheres e meninas no contexto das mudanças climáticas* da ONU-Mulheres), defende que as mudanças climáticas e a violência contra mulheres e meninas (VAWG na sigla em inglês) são os dois maiores desafios da atualidade na busca por um desenvolvimento sustentável. Esse tipo de violência é considerado o mais generalizado e difunde a violação de direitos humanos mundialmente. A pesquisa procurou evidenciar que as mudanças climáticas têm afetado negativamente, e desproporcionalmente, as vidas de

---

<sup>6</sup> Fonte: LEVIN, K.; BOEHM, S.; CARTER, R. 6 Big Findings from the IPCC 2022 Report on Climate Impacts, Adaptation and Vulnerability. [www.wri.org](http://www.wri.org), 27 fev. 2022.

<sup>7</sup> Fonte: ONU-NEWS. Relatório do IPCC prova “o fracasso da liderança global sobre o clima”. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/02/1781142>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

mulheres e meninas, contribuindo para a ampliação da violência contra elas, ao provocar impactos devastadores nas esferas sociais, culturais, econômicas, de saúde e de direitos humanos em suas comunidades e países. O documento sustenta que, atualmente, uma em cada três mulheres sofrerá algum tipo de violência de gênero ao longo de suas vidas, e que impactos advindos das mudanças climáticas, como migrações, escassez de água, insegurança alimentar, falta de apoio e de serviços básicos para sobreviventes, dentre outros, podem aumentar os riscos de violência contra elas, a saber: violência doméstica, sequestros, casamentos forçados, tráfico de mulheres e meninas, violência contra mulheres que são defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente, e outros<sup>8</sup>.

Essa pesquisa também apresenta alguns exemplos de eventos climáticos recentes que resultaram em aumento da violência contra mulheres e meninas. Em Bangladesh, a taxa de tráfico de mulheres e meninas aumentou depois da passagem do ciclone Sidr, em 2007. Em Vanatu, a taxa de casos de violência domésticas reportadas teve um acréscimo de 300 por cento após dois ciclones tropicais, em 2011. E, no Nepal, após o terremoto de 2015, o tráfico de mulheres e meninas saltou de 3 a 5 mil para 12 a 20 mil anualmente. Vale ressaltar que, mesmo a degradação ambiental gradual, como tempestades fortes mais frequentes ou uma seca prolongada, aumenta o risco de violência contra as mulheres e meninas, seja no percurso maior que elas precisam fazer para encontrar água ou lenha, por exemplo, ou em casa, porque a colheita não é suficiente e os homens da casa sentem que seu papel de “provedor” está ameaçado, podendo usar da violência para manter seu controle sobre a mulher. Em resumo, tanto em situações de desastres e/ou crises quanto de degradação ambiental gradual, “O acesso limitado de mulheres e meninas a serviços públicos e proteção social, escassez de recursos e restrições na capacidade de gerar renda e meios de subsistência podem levar a um aumento de tensões e fatores estressantes, aumentando o risco de violência em casa, na escola, no trabalho e em espaços públicos” (UN-Women, 2022, pg. 3). Somam-se ainda a esses cenários de degradação:

---

<sup>8</sup> Fonte: UN-WOMEN; IUCN. Tackling violence against women and girls in the context of climate change. Online: Headquarters Offices, mar. 2022. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-03/Tackling-violence-against-women-and-girls-in-the-context-of-climate-change-en.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

as dificuldades em denunciar, o isolamento social e a desestabilização das famílias - fatores que favorecem a não detecção desse tipo de violência.

Desde 2020, além da intensificação dos impactos das mudanças climáticas observada nos anos anteriores, estamos vivendo a pandemia da Covid-19, que também é consequência direta da exploração e destruição irresponsável da natureza pela humanidade. A pandemia tem servido como um paralelo de comparação e validação do que pode acontecer (e já acontece) às mulheres e meninas, na esfera local, no caso de impactos relacionados às mudanças climáticas globais. Ao ocasionar uma crise mundial sanitária e demandar grandes adaptações nas atividades econômicas, sociais e políticas, o vírus também produziu uma pandemia que se manifesta como uma sombra de violência contra as mulheres, de acordo com outro documento produzido pela ONU-Mulheres e denominado *Medindo a pandemia sombra: Violência contra mulheres durante a COVID-19*<sup>9</sup>, de 2021. Essa publicação traz dados relativos a 13 países e confirma “(...) a covid-19 resultou em um aumento significativo da violência contra as mulheres, afetando negativamente os sentimentos de segurança e saúde mental das mulheres” (UN-Women, 2021, pg. 02). Entre as entrevistadas nesse período, 45% disseram ter sofrido algum tipo de violência ou conhecem uma mulher que sofreu, sendo que 48% delas tem entre 18 e 49 anos, grupo etário considerado mais vulnerável, e idade na qual as mulheres tornam-se mães. Dessas, 60% percebem que houve um aumento do assédio em locais públicos e 25% das mulheres sentem-se mais inseguras em casa e asseguram que os conflitos estão mais frequentes. Houve também um aumento de 70% nos abusos verbais e físicos por parte dos parceiros. As mulheres desempregadas sentem-se menos seguras em casa (33%) do que as empregadas (26%) e reportaram mais experiências de violência (52%) do que as outras (43%). Além disso, 50% das mulheres com crianças sofreram violência ou conhecem alguém que sofreu.

Outro estudo, publicado no último dia 02 de março de 2022, na revista científica *The Lancet*, corrobora e amplia os dados sobre os impactos da pandemia na vida das mulheres. Denominado *Quantificando os efeitos da pandemia de COVID-19 na*

---

<sup>9</sup> Fonte: UN-WOMEN. Measuring the shadow pandemic: Violence against women during COVID-19. Online: UN-Women, nov. 2021. Disponível em: <<https://data.unwomen.org/publications/vaw-rga>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

*igualdade de gênero nos indicadores de saúde, sociais e econômicos*<sup>10</sup>, o estudo analisou dados de 193 países e mostra como a pandemia afetou mais as mulheres no mundo, principalmente em quatro aspectos: (1) perda do emprego – 26% das mulheres relataram terem perdido o emprego, enquanto para os homens a taxa ficou em 20% –; (2) trabalho de cuidado – as mulheres apresentaram uma taxa de propensão a renunciar aos seus trabalhos remunerados para cuidar de alguém igual a 2,4 vezes maior que os homens –; (3) evasão escolar – 6% dos alunos abandonaram a escola durante a pandemia e mulheres e meninas apresentaram 1,21 vezes mais chances de abandonar a escola do que homens e meninos –; (4) violência de gênero – 54% das mulheres percebem que a violência aumentou enquanto 44% dos homens afirmaram o mesmo (para este indicador, foram utilizados também os dados do trabalho supracitado). Segundo os pesquisadores, o estudo precisa ser analisado de acordo com suas limitações, sendo as principais a maneira como os dados foram coletados – por meio de pesquisas em aplicativos e plataformas online, que demandam o uso de *smartphones* e/ou computadores com acesso à internet – e a escassez de dados oficiais em geral e de informações desagregadas – o que não permitiu a elaboração das intersecções de gênero com outras categorias de análise. Além disso, os impactos da pandemia variaram muito entre as regiões, sendo a África Subsaariana a mais prejudicada e os países das regiões de alta renda os menos impactados. Por fim, os pesquisadores sustentam que as disparidades de gênero mais importantes foram encontradas em relação ao trabalho remunerado e ao trabalho de cuidado, e concluem que “As evidências disponíveis indicam que a pandemia de COVID-19 tendeu a exacerbar as disparidades sociais e econômicas existentes anteriormente, em vez de criar novas desigualdades” (FLOR *et al.*, 2022, pg. 02).

Em 2019, último ano antes da pandemia, dados do relatório *Progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*<sup>11</sup>, elaborado pela ONU-Mulheres,

---

<sup>10</sup> Fonte: FLOR, L. *et al.* Quantifying the effects of the COVID-19 pandemic on gender equality on health, social, and economic indicators: a comprehensive review of data from March, 2020, to September, 2021. The Lancet, 2022.

<sup>11</sup> Fonte: UN-WOMEN; UN-DESA. Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot 2019. New York: UN-Women, 2019. Disponível em: <<https://data.unwomen.org/publications/progress-sustainable-development-goals-gender-snapshot-2019>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

mostravam essas disparidades, dentre elas: mulheres e meninas têm menos acesso à educação, aos cuidados de saúde (física e mental) e a políticas públicas que de fato atendam às suas necessidades; mais mulheres do que homens vivem na pobreza, pois elas têm menos oportunidades de trabalho e ganham menos que eles, fato que intensifica-se após tornarem-se mães ou por estarem em idade reprodutiva; mulheres e crianças são as mais vulneráveis às mudanças climáticas por sua condição de submissão, de pobreza e conseqüente dependência direta de recursos naturais cada vez mais escassos e/ou poluídos. Em 2021, depois de quase um ano e meio de pandemia, dados atualizados do mesmo relatório<sup>12</sup> apontam que em 42% dos países as escolas continuam parcialmente ou totalmente fechadas, o que aumenta o risco de violência contra as meninas; a interrupção de serviços de saúde e planejamento familiar em países de renda baixa e média resultou em 1,4 milhão de gravidezes indesejadas; apenas 17% dos países destinaram verba adicional para a área de saúde mental; em todo o mundo, as mulheres ocupam um em cada quatro assentos parlamentares, o que prejudica o avanço em políticas públicas para mulheres e meninas; estima-se que 435 milhões de mulheres e meninas vivam em extrema pobreza, em 2019 eram aproximadamente 400 milhões; 4,2% das mulheres perderam o emprego e estima-se que 13 milhões de mulheres não irão recuperá-los com o fim da pandemia, enquanto os homens sim; mulheres em ocupações informais viram seus rendimentos caírem para 42% do valor anterior à pandemia por terem que se dividir entre o trabalho remunerado e o de cuidado, que não é remunerado. Além disso, as mulheres entre 25 e 54 anos, com filhos, viram a carga de trabalho de cuidado não remunerado e de trabalho doméstico aumentarem, quando as escolas fecharam, devido à pandemia de COVID-19 e, por isso, as mães passaram a realizar 31 horas de trabalho de cuidado não remunerado para os filhos por semana, em média, contra 26 horas antes da pandemia – número que já era 3,2 vezes maior que a quantidade de tempo dedicada pelos homens.

---

<sup>12</sup> Fonte: UN-WOMEN; UN-DESA. Progress on the sustainable development goals: the gender snapshot 2021. United States: UN-Women, 2021. Disponível em: <<https://data.unwomen.org/publications/progress-sustainable-development-goals-gender-snapshot-2021>>. Acesso em: 2021.

Se as mulheres têm sido prejudicadas desproporcionalmente em relação aos homens durante essa pandemia, as que são mães estão sofrendo ainda mais. De acordo com O'Reilly (2021a) "A pandemia teve um impacto devastador na igualdade de gênero precisamente porque as mulheres, e em particular as mães, são as principais responsáveis pelo trabalho de cuidado em suas casas e comunidades – com crianças, idosos e trabalho doméstico – trabalho que aumentou exponencialmente sob os protocolos da pandemia" (O'REILLY, 2021a, pg. 41). Para a autora, estamos vivendo o segundo, terceiro e quarto turnos de trabalho das mulheres mães ao mesmo tempo e no mesmo espaço (casa), ou seja, além de exercerem seus trabalhos remunerados, elas são responsáveis pelo trabalho de cuidado da casa e dos filhos (segundo turno), pelo trabalho emocional e intelectual – organização, planejamento, antecipação, e outros – relativos à família (terceiro turno) e com a educação escolar das crianças (quarto turno). As mães estão realizando todos esses trabalhos com o mínimo ou quase nenhum apoio dos parceiros por diversos motivos, que vão desde elas terem maior flexibilidade no emprego, passando pelo fato histórico de serem as responsáveis por essas atividades, até ganharem menos que os maridos e, por isso, eles precisam manter o emprego. Mesmo nos casos em que ambos estão trabalhando em tempo integral dentro de casa, as mulheres continuam assumindo os outros turnos, sozinhas, majoritariamente, "o que sugere, eu defendo, o quanto a desigualdade de gênero é normalizada na sociedade – o trabalho de cuidar das mulheres é simplesmente um dado" (O'REILLY, 2021a, pg. 47). Em outras palavras, ele está disponível "gratuitamente", principalmente em momentos de crise.

Portanto, podemos entender que a pandemia alterou a vida de todos, mas especialmente das mulheres mães, ao causar a "tempestade perfeita", nas palavras de O'Reilly, entre seu trabalho remunerado, trabalho materno e de cuidado em geral, deteriorando, nessa relação, sua saúde física e mental. Além disso, a COVID-19 também escancarou como nossa sociedade patriarcal e capitalista é dependente desses trabalhos realizados pelas mulheres, principalmente pelas mães, que criam e mantêm as pessoas vivas e saudáveis. Porém, o trabalho de cuidado em geral, especialmente o trabalho materno, são histórica e propositalmente invisibilizados, desvalorizados e dados como certo, fato que sustenta as desigualdades estruturais

entre mulheres – principalmente mães – e homens nas sociedades ocidentais. Essa realidade também ocorre entre o ser humano e a natureza, pois todo trabalho de criação e produção de vida realizado pelo sistema terrestre e dos quais dependemos são entendidos da mesma maneira. Essa é a base do sistema patriarcal e capitalista sob o qual vivemos.

Como podemos observar, momentos de crise, como uma pandemia, tendem a piorar as situações preexistentes, assim como os impactos advindos das mudanças climáticas têm grande potencial de provocar o mesmo e, como vimos anteriormente, já provocam. Se não olharmos para as estruturas que sustentam esses sistemas de dominação e opressão de mulheres e natureza, as ações em andamento não serão suficientes para mudar os rumos de nossa sociedade. Por isso, faz-se necessário resgataremos e revalorizarmos o Ecofeminismo, um movimento político e social que busca identificar as interconexões entre a dominação e opressão de mulheres e natureza, em diversas áreas do conhecimento. Visa ainda analisar quando, como e porque elas acontecem; e propor estratégias para sua eliminação, tanto na teoria quanto na prática ecofeminista. Além disso, “(...) valoriza esferas que o movimento feminista tendeu a relegar ao desinteresse, como a maternidade” (DI CIOMMO, 1999, pg. 179). Mais que isso, considera que o cerne da dominação e opressão de mulheres, além da sua capacidade produtiva de subsistência baseada no seu conhecimento ancestral da terra e da natureza, é a nossa capacidade reprodutiva. Portanto, também é relevante analisarmos o Feminismo Matricêntrico, uma área de conhecimento que surgiu da articulação das vozes das mulheres mães e da elaboração de teorias a partir de suas experiências e subjetividades, posicionando a maternidade como uma interseccionalidade, assim como raça, cor, religião, condição social, e outros, que influencia todas as áreas de sua vida. O Ecofeminismo sustenta que a origem da dominação e opressão das mulheres e da natureza está no sistema patriarcal e o Feminismo Matricêntrico defende que as mães são duplamente oprimidas no patriarcado, isto é, como mulheres e como mães, evidenciando como o conceito de maternidade tem sido utilizado para recolocar as mulheres dentro de casa, isolando-as sob o domínio dos homens, corroborando com os dados anteriormente apresentados. Contudo, a maternidade também pode ser um local de empoderamento, se nos

conectarmos com a nossa experiência cotidiana como mães e com a nossa ligação com a natureza.

Tanto a teoria Ecofeminista quanto a Feminista Matricêntrica nasceram das observações e análises das práticas e experiências cotidianas e do ativismo contra a dominação e opressão das mulheres, da natureza e das mães. Dessa forma, o Teatro das Oprimidas, cuja teoria nasceu da mesma maneira, e, também, busca meios de superar o patriarcado, apresenta-se como uma metodologia ímpar e um guia que pode apoiar a reconexão entre mulheres mães e natureza, com a intenção de oportunizar a libertação de ambas. De acordo com Santos (2019), que criou e sistematizou o método do Teatro das Oprimidas, trata-se de um “processo estético investigativo que valoriza a perspectiva subjetiva dos problemas para explicar a complexidade das personagens e das situações vividas por estas e, ao mesmo tempo, prioriza a contextualização do problema para revelar os mecanismos de opressão” (SANTOS, 2019, pg. 17). Portanto, entende-se, nesta pesquisa, que é possível trabalhar as interconexões entre a dominação e opressão de mulheres mães e natureza – que estão presentes em diversas áreas do conhecimento e espaços sociais – por meio de um fazer artístico e estético teatral, que se desenvolva a partir da integração entre mente e corpo, razão e emoção, cultura e natureza. Esse é um processo que busca a conscientização e as reflexões críticas necessárias para questionarmos as dinâmicas de dominação e opressão, às quais as mulheres mães e a natureza estão submetidas, na tentativa de transformá-las.

### **Objetivo Geral**

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho é contextualizar como as mulheres, mães e a natureza têm sido dominadas e oprimidas pelo sistema patriarcal e capitalista, vigente nas sociedades ocidentais e apresentar uma proposta de intervenção para grupos de mulheres mães a partir de uma metodologia baseada no Teatro das Oprimidas, tendo como referencial teórico o Ecofeminismo e incorporando a ótica do Feminismo Matricêntrico.

## Objetivos Específicos

Os objetivos específicos propostos são:

- Compreender como as questões ambientais e de gênero se relacionam, por meio do Ecofeminismo;
- Compreender como a maternidade aprofunda a dominação e a opressão das mulheres, por meio do Feminismo Matricêntrico;
- Entender como as questões ambientais, de gênero e maternidade se conectam;
- Analisar se o Teatro das Oprimidas é um meio adequado para reconectar mulheres mães e natureza;
- Refletir sobre uma experiência prática de laboratório teatral para mulheres mães;
- Elaborar uma proposta para a construção de um laboratório teatral, unindo o Ecofeminismo, o Feminismo Matricêntrico e o Teatro das Oprimidas, a fim de promover a autonomia e a consciência ambiental das mulheres mães.
- Construir a agenda para um dos encontros do laboratório teatral, que servirá de exemplo para a elaboração dos demais, com o objetivo de minimizar as opressões descritas no trabalho e valorizar o feminino e a natureza.

A fim de alcançar esses objetivos, essa dissertação está dividida em quatro capítulos: O primeiro apresenta como surgiu o Ecofeminismo, suas principais correntes de pensamento e como elas articularam as interconexões entre as mulheres e a natureza; aponta o patriarcado como a estrutura conceitual opressiva que gera a dominação e opressão de ambas e evidencia a lógica da dominação, que é a base dessa estrutura. O segundo capítulo discorre sobre o Feminismo Matricêntrico, como essa área do conhecimento surgiu, seu entendimento da maternidade como uma interseccionalidade importante para as mulheres que se tornam mães e apresenta os conceitos de maternidade patriarcal e maternidade empoderada. O terceiro conta a história do Teatro do Oprimido, o desenvolvimento de suas técnicas na busca da libertação dos oprimidos para a transformação social, até a criação do Teatro das Oprimidas, que surgiu da necessidade e do desejo de trabalhar especificamente contra as opressões vividas pelas mulheres. O quarto capítulo traz a minha experiência como

idealizadora, facilitadora e participante de um laboratório teatral para mulheres mães, elaborado com base no Teatro do Oprimido e das Oprimidas para trabalhar as questões relativas à maternidade. Por fim, apresento minhas considerações finais para esta dissertação e ofereço uma proposta de intervenção para grupos de mulheres mães a partir de uma metodologia baseada no Teatro das Oprimidas, tendo como referencial teórico o Ecofeminismo e incorporando a ótica do Feminismo Matricêntrico.

## CAPÍTULO 1

### O ECOFEMINISMO

#### 1.1 O que é Ecofeminismo

O Ecofeminismo, termo cunhado por Françoise d'Eaubonne, na década de setenta, é um movimento político e social que abarca diversas perspectivas teóricas e práticas, com o objetivo de entender a relação (e lutar contra) a dominação das mulheres e da natureza, assim como, de outras pessoas subjugadas pelo sistema patriarcal capitalista no qual vivemos, apontando possibilidades para a sua libertação. Esse movimento surge da confluência entre outros dois: o movimento ecologista, que apontava o crescimento da população como uma das causas mais importantes da destruição ambiental, e de um ativismo feminino que lutava por manter a qualidade de vida de seus filhos e família em suas comunidades, isto é, por um meio ambiente saudável, ao mesmo tempo que recusavam ter atribuída à sua capacidade reprodutiva a culpa pelos desequilíbrios ambientais que começavam a ganhar força naquela década.

O termo Ecofeminismo é, na verdade, um grande guarda-chuva de conceitos e práticas que buscam entender, conectar e atuar, para acabar com a dominação de mulheres e de outras pessoas subjugadas, assim como da natureza. Existem conexões importantes entre essas dominações e, nesse ponto, todas as ecofeministas concordam, “(...) mas discordam sobre a natureza dessas conexões e quando algumas delas são potencialmente libertadoras ou motivos para reforçar estereótipos prejudiciais sobre as mulheres” (WARREN, 2000, pg. 21).

Por isso, é importante entendermos quais são as correntes conceituais do Ecofeminismo, e como são as conexões entre elas, sendo que cada uma nos ajudará a entender um pouco mais a amplitude e a profundidade desse movimento, como se fossem pedacinhos de retalhos que constituem uma colcha, de acordo com a metáfora utilizada pela filósofa Karen J. Warren, em seu livro *Filosofia Ecofeminista*, lançado em 2000, e que ainda hoje é referência para discutirmos a opressão e a dominação das mulheres e da natureza em nossa sociedade.

Segundo Warren (2000), existem dez tipos de interconexões, que foram elaboradas nos escritos ecofeministas: Históricas ou Causais, Conceituais, Empíricas, Socioeconômicas, Linguísticas, Simbólicas e Literárias, Espirituais e Religiosas, Epistemológicas, Políticas e Éticas. Apesar de nem todas serem conceitos filosóficos, elas trouxeram importantes contribuições para essa área, e ajudaram a construir a Filosofia Ecofeminista que, por sua vez, vem ancorando tanto as teorias quanto as práticas ecofeministas.

## **1.2 – As interconexões entre mulheres e natureza nas correntes de pensamento ecofeminista**

### **Interconexões Históricas ou Causais**

Essa corrente ecofeminista busca identificar, estudar e esclarecer as origens históricas da dominação das mulheres, de outras pessoas subjugadas e da natureza. Em seu interior, há algumas discordâncias em relação ao início desse processo, mas é certo que cada ecofeminista agregou um ponto de vista importante para o processo histórico mundial, e contribuiu na construção da história das mulheres e da natureza, muitas vezes apagadas da narrativa oficial.

A cientista social e historiadora ecofeminista Riane Eisler, em seu livro *O Cálice e a Espada*, lançado em 1988, defende que as invasões das sociedades indo-europeias pelas tribos nômades da Eurásia, que ocorreu entre os séculos VI e III A.C., deram início à dominação das mulheres e da natureza. Após esse acontecimento, essas sociedades passaram de uma época de “cálice”, na qual seres humanos e natureza conviviam igualitária e cooperativamente, para um período da “espada”, em que os homens passaram a dominar as mulheres e a natureza, usando o poder da espada e a sua força, sendo sua masculinidade igualada à violência e à dominação.

Por outro lado, a historiadora ambiental Carolyn Merchant, em seu livro *A Morte da Natureza*, lançado em 1980, aponta a revolução científica ocorrida bem mais tarde, nos séculos XVI e XVII, como sendo o início dessa dominação ou o momento da “morte da natureza”. Aqui, há uma importante mudança de como a natureza era entendida: de

uma mulher mãe nutridora que atendia às necessidades humanas em um mundo ordenado, para uma natureza caótica, capaz de ser violenta com suas secas, tempestades, calor ou frio intensos, dentre outros. Ou seja, a visão de mundo orgânico, que era predominante, foi alterada para uma visão científica, mecanicista e reducionista, que poderia controlar a face caótica da natureza, validando tanto sua exploração quanto a subordinação das mulheres. Merchant baseia-se na análise das mudanças ocorridas em diversas áreas nessa época, como política, filosofia, literatura, arte, cultura popular, física e tecnologia para desenvolver seu trabalho.

Por fim, Val Plumwood, filósofa ecofeminista, em seu artigo *Natureza, Ego e Gênero: Feminismo, Filosofia Ambiental, e a Crítica do Racionalismo* de 1991, defende que a dominação de mulheres e natureza está assentada na tradição racionalista, que remonta a filosofia clássica grega, entre os séculos VII e III A.C.. Segundo a autora, o cerne do racionalismo está nos valores dualísticos, isto é, na oposição entre seres humanos e natureza, da qual originaram-se os outros dualismos, como homem e mulher. A primeira oposição nos leva ao antropocentrismo, ou uma visão de mundo centrada nas necessidades e vontades do ser humano e, a segunda, ao androcentrismo, ou uma visão de mundo centrada nas necessidades e vontades do homem. Ambas estão conectadas e assumem a superioridade do homem sobre mulheres e natureza, igualando-as.

Pode ser que nunca se consiga determinar as origens do patriarcado e da dominação das mulheres, de outras pessoas subjugadas e da natureza. Porém, é importante destacar e compreender que, ao longo da história nas sociedades ocidentais, sempre que um grupo humano foi igualado à natureza, sua dominação foi justificada e explicada por essa identificação.

### **Interconexões Conceituais**

Val Plumwood (2002) também contribuiu para essa corrente de pensamento ecofeminista, tornando-se sua maior representante, ao aprofundar seus estudos sobre os valores dualísticos, ou os dualismos, recurso que opõe duas características e acaba por levar a valorização de uma em detrimento da outra, tornando-as disjuntivas, isto é, opostas e excludentes entre si. Podemos destacar os dualismos entre seres humanos

e natureza (dualismo fundante), homem e mulher, razão e emoção, cultura e natureza, mente e corpo, diferentes raças, e outros, sendo determinados elementos considerados melhores e superiores em relação aos seus pares, estes considerados piores e inferiores. O dualismo seria a base conceitual dos modelos de dominação das mulheres (sexismo) e da natureza (naturismo) ao longo da história e de tantos outros, como o racismo por exemplo. Para a autora, é possível e necessário modificar essa forma de ver o mundo, uma vez que ela é uma construção cultural e não algo imutável.

Há ecofeministas que argumentam que a diferença de sexo e gênero produzem experiências desiguais para homens e mulheres em suas relações com a natureza, ou seja, criam personalidades, níveis de consciência, saberes e práticas diferentes, e que esta seria a fonte primária dos dualismos. A socióloga ecofeminista, Ariel Salleh, é representante dessa corrente conceitual e, em seu artigo: *Mais profundo que a Ecologia Profunda: A Conexão Eco-Feminista*, de 1984, propõe a elaboração de uma teoria e prática ecofeminista que seja baseada na experiência vivida pelas mulheres, ou seja, afirma que vivenciar alguns processos exclusivamente femininos, como o ciclo menstrual, a gestação, o parto e a amamentação, trazem uma consciência de continuidade da natureza às mulheres. A autora alega que, se esses processos fossem valorizados e reconhecidos como legítimos e significativos em nossa sociedade, eles poderiam oferecer uma base viva para uma consciência integradora da vida.

Karen Warren, em seu livro *Filosofia Ecofeminista*, lançado em 2000, apresenta uma proposta similar à de Val Plumwood, utilizando o conceito de dualismo como parte importante de sua abordagem e organizando as interconexões entre homens, mulheres e natureza, dentro de uma estrutura conceitual opressiva, composta por cinco características, sendo a mais importante denominada como “a lógica da dominação”. A autora sustenta a importância de entendermos essas estruturas, uma vez que elas são a base para todos os tipos de “ismos” de dominação (sexismo, naturismo, racismo, classicismo, antissemitismo, etarismo, dentre outros) e, principalmente, do patriarcado. Essas interconexões conceituais apresentadas por Warren serão mais detalhadas nos itens 1.3 – As cinco características de uma estrutura conceitual opressiva e 1.4 – A importância da lógica da dominação para as mulheres e a natureza desta dissertação.

## **Interconexões Empíricas**

As interconexões empíricas são de suma importância para o ecofeminismo de maneira geral. Em uma sociedade que valoriza a racionalidade, apresentar dados que conectam as dominações injustificáveis de mulheres e natureza pode nos ajudar a avançar na luta pela liberação de ambas. Vandana Shiva é uma das principais referências dessa linha de pensamento ecofeminista, e busca evidenciar que, historicamente, as mulheres, pessoas de outras etnias (não branca), os pobres e as crianças são aqueles que sofrem diretamente, e com maior intensidade, as consequências negativas de um mau desenvolvimento, isto é, aquele baseado na dominação e exploração da natureza, em que os ricos ficam mais ricos e os pobres, mais pobres, principalmente nos países considerados em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos.

Segundo Warren (2000), algumas ecofeministas apontam que são as mulheres e seus filhos os mais afetados por toda sorte de poluentes encontrados no solo, no ar, nas águas e nas plantas, por desastres naturais (como secas e enchentes), pelo desmatamento, e pela sensação de impotência diante desses acontecimentos, e não os homens. Isso porque, historicamente, as mulheres são as responsáveis pelas tarefas domésticas, bem-estar, saúde e alimentação de seus filhos e, para isso, dependem diretamente do seu meio ambiente, ou seja, da natureza ao seu redor. Por essa razão, as mulheres muitas vezes assumem um importante papel no ativismo ambiental de suas comunidades, preocupando-se com questões ambientais mais pragmáticas. Outras ecofeministas evidenciam como as políticas de desenvolvimento do primeiro mundo contribuem também para minar a capacidade dessas mulheres em sustentarem a si mesmas e suas famílias. Em seu livro, a autora apresenta alguns exemplos de dados empíricos de diferentes regiões do mundo, que demonstram as conexões entre a destruição da natureza e as consequências para as mulheres e as crianças. Assim sendo, Warren assevera: “Não importa como a pobreza é medida, a população pobre é em grande parte e cada vez mais composta por mulheres e crianças” (WARREN, 2000, pg. 08), uma constatação verdadeira até hoje, mais de vinte anos depois.

## **Interconexões Socioeconômicas**

De acordo com Warren (2000), as interconexões socioeconômicas são conexões empíricas que merecem destaque, pois relacionam os dados sociais com os econômicos, de maneira a evidenciar a dominação e a exploração das mulheres e da natureza. A maior representante dessa linha de pensamento é a física e ativista ambiental indiana, Vandana Shiva. Em seu livro *Permanecendo viva: Mulheres, Ecologia e Sobrevivência na Índia*, de 1988, após conduzir uma pesquisa sobre os impactos ambientais e sociais das estratégias ocidentais para a agricultura na Índia, ela cunhou o termo “mau desenvolvimento” para definir o desenvolvimento promovido pelos países ocidentais capitalistas e que é desprovido do princípio feminino – existente em mulheres, homens e na natureza – de criação, sustentação, conservação e profundo respeito pela vida em todas as suas formas.

Segundo Shiva, o mau desenvolvimento desvaloriza, negligencia e invisibiliza o trabalho da natureza e seus ciclos regenerativos, assim como o trabalho e o saber ancestral das mulheres em prover o sustento básico para si e suas famílias em seu meio ambiente. O paradigma por trás deste tipo de desenvolvimento define como trabalho produtivo apenas aquele que gera capital, mediado pela tecnologia, e de trabalho improdutivo, aquele realizado pela natureza e pelas mulheres, que geram e sustentam a vida. As duas principais consequências dessa visão são: as mulheres que não estavam em situação de pobreza passam a ser definidas como pobres, tanto por retirarem o seu sustento e da sua família diretamente da natureza quanto por trabalharem em casa e não gerarem capital e, na prática, acabam sendo empurradas para a pobreza quando o meio ambiente ao seu redor começa a ser modificado por desmatamentos, plantações de monocultura, entre outros, e elas não conseguem mais obter dele o sustento para si e suas famílias, passando a depender exclusivamente do trabalho produtivo do homem.

A feminista marxista Maria Mies, em seu livro *Patriarcado e Acumulação em Escala Mundial*, de 1986, procurou traçar as origens da divisão sexual do trabalho, que domina e explora as mulheres e a natureza, e analisá-las criticamente. A principal delas é a crença no determinismo biológico, qual seja, todo o trabalho de gestar, parir e sustentar uma vida seria uma extensão do ser mulher, e não um ato deliberado e

consciente de um ser humano em relação com a natureza, e com a sua própria natureza, além de um trabalho essencial para a sociedade, o que, de fato, o é. Para o sistema patriarcal capitalista, o verdadeiro trabalho produtivo é realizado com a mente e as mãos dos homens, e o improdutivo (ou simplesmente uma atividade natural), com útero e seios da mulher. Nesse processo histórico, houve a separação e a hierarquização entre o homem, que passou a ser aquele que produz por meio da exploração da mulher e da natureza, e a mulher, que se tornou passiva e consumidora. Por fim, Mies argumenta que o conceito de família – como uma estrutura básica e atemporal das relações de homens e mulheres –, assim como o de trabalho produtivo e sua divisão sexual, também esconde o determinismo biológico e, portanto, é uma instituição que domina e explora as mulheres e a natureza. Entretanto, a divisão sexual do trabalho não é uma questão familiar, mas um problema estrutural social.

Mies (1986) aprofunda sua análise e busca evidenciar as diferenças das relações construídas por mulheres e por homens com a natureza. Segundo ela, ao longo da história, a mulher tem experienciado todo o seu corpo como produtivo, e não apenas suas mentes e suas mãos, e pôde observar, aprender e apropriar-se da sua capacidade de gestar, parir, amamentar e nutrir a si e ao seu clã (coletando e cultivando alimentos), isto é, de sua própria natureza e da natureza ao seu redor. Por isso, essas capacidades devem ser compreendidas como atividades sociais, conscientes e verdadeiramente humanas, como um trabalho desenvolvido pelas mulheres, e sem o qual os homens não poderiam desenvolver o seu (caçar) e nem sobreviver. A visão de que essas funções são apenas fisiológicas, como nos animais, é resultado da estrutura patriarcal capitalista na qual vivemos, e a consequência, ao longo do tempo, para as mulheres, têm sido a perda do domínio do próprio corpo, principalmente da regulação da capacidade reprodutiva, e do conhecimento da natureza, isto é, de sua subsistência diária.

Os homens, por sua vez, não conseguem experienciar seus corpos como produtivos por si só como as mulheres; eles precisam da mediação de ferramentas para interagir com a natureza e contribuir com uma nova vida. Isso quer dizer que, historicamente, a construção da concepção do homem como ser humano, ou como um ser produtivo, está vinculada à criação e ao domínio da tecnologia, o que originou o

mito do homem caçador, fruto de um olhar masculino e sexista, que, nas décadas de sessenta e setenta, foi pensado por antropólogos e sociólogos (e que se propagou para a história), a fim de justificar a dominação e a exploração das mulheres e da natureza como algo universal, atemporal e natural. De acordo com esses estudiosos (antropólogos e sociólogos), o homem caçador inventou as primeiras ferramentas, e por isso era (e ainda é) considerado, por muitos outros estudiosos, o provedor das necessidades básicas para seu clã, o protetor das mulheres e das crianças, e inventor da sociedade humana. As estudiosas feministas já desmontaram essa argumentação, provando que cerca de 80% do sustento, tanto desses homens como das crianças e do clã, era produzido pelas mulheres coletoras e agricultoras (MIES, 1986, pg. 58).

Além disso, as ferramentas criadas pelos homens eram, inerentemente, armas feitas para matar, e não para produzir vidas; seu aperfeiçoamento tecnológico criou as possibilidades para o homem dominar, explorar e se apropriar das mulheres e da natureza, das quais ele sempre dependeu para seu sustento, em vez de protegê-las ou cooperar com elas. Primeiro, eles escravizaram as mulheres e se apropriaram de sua produção de alimentos; depois, passaram a controlar sua reprodução, que aprenderam por meio da domesticação de animais. Quanto mais mulheres um homem tinha, maior sua produção de alimentos e de escravos, e dessa forma, poderia acumular bens e realizar trocas. Assim, os homens passaram a dominar também outros clãs, tribos, povos, isto é, outros homens e mulheres (a qual preferiam pela dupla produtividade: alimentos e escravos).

A sociedade europeia se desenvolveu nessa base até o período feudal, quando ocorreu a passagem desse sistema de escravidão para um sistema salarial, que só foi possível mediante a violenta exploração de outros países e povos, ou seja, pela colonização. Surge a burguesia, e a violência direta contra as mulheres e a natureza transformou-se em violência estrutural, pois passa a atuar mais incisivamente por meio das instituições patriarcais como a família e o Estado, e de sistemas ideológicos como as religiões, o direito, a medicina, entre outros. Foram séculos de lutas e violência, incluindo o período de caça às bruxas – que eram as mulheres que ainda dominavam os saberes para a produção de subsistência e reprodução da vida –, até que as mulheres burguesas fossem domesticadas e se tornassem donas de casa, no espaço

privado. Os homens foram para as fábricas, espaços públicos e sociais, para gerar renda para suas famílias. A partir desse momento, a produtividade masculina se estabelece como superior à feminina, e os homens passam a ter a soberania econômica, política e cultural, enquanto as mulheres são domesticadas a serem donas de casa e/ou trabalhadoras assalariadas.

Para resumir, podemos dizer que as várias formas de divisões assimétricas e hierárquicas do trabalho, que se desenvolveram ao longo da história até o estágio em que todo o mundo agora está estruturado em um sistema de divisão desigual do trabalho sob os ditames da acumulação de capital, são baseadas no paradigma social do caçador/guerreiro predador que, sem ele mesmo produzir, é capaz por meio das armas de se apropriar e subordinar outros produtores, suas forças produtivas e seus produtos. Esta relação objetual extrativa, não recíproca e exploradora com a natureza, estabelecida pela primeira vez entre homens e mulheres e homens e a natureza, permaneceu o modelo para todos os outros modos de produção patriarcais, incluindo o capitalismo que o desenvolveu em sua forma mais sofisticada e generalizada (MIES, 1986, pg. 71).

Por fim, é importante dizer que, em 1993, Mies e Shiva decidiram lançar um livro juntas, sob o título Ecofeminismo. Seus estudos individuais sobre ecologia e feminismo as tinham levado uma à outra, e assim descobriram que compartilhavam análises, críticas e entendimentos semelhantes em relação ao sistema patriarcal capitalista sob o qual vivemos, e seus impactos negativos para as mulheres e a natureza. No livro, elas tratam de temas como a crise na ciência e na produção de conhecimento, o mito do desenvolvimento, biotecnologia, reprodução, buscam as raízes dos dilemas ambiental e social, do empobrecimento da natureza e de mulheres e crianças. Em suma, elas propõem uma nova visão de sociedade, denominada de perspectiva de subsistência, baseada na criação, re-criação e respeito a todas as formas de vida (ou uma sociedade ecofeminista) e não em dominação e exploração da natureza e das mulheres.

## Interconexões Linguísticas

A linguagem é a forma pela qual as pessoas podem expressar seus sentimentos, necessidades e pensamentos e, portanto, carregam e refletem a visão de mundo de cada indivíduo, e de seu contexto histórico e material. Em uma sociedade patriarcal capitalista, os diferentes tipos de linguagens atuam para manter e reforçar tanto uma visão naturalista e animalizada da mulher quanto uma visão feminilizada da natureza. De acordo com Joan Dunayer, escritora e defensora dos direitos dos animais, em seu livro *Animais e Mulheres: Explorações Teóricas Feministas*, de 1995, nas línguas de raiz euro-americana são vários os exemplos de animalização/naturalização pejorativa das mulheres, que podem ser chamadas de galinhas, serpentes, baleias, vacas, cachorras e outros. Warren (2000) complementa afirmando que também podemos verificar a feminização da natureza em expressões como Mãe Natureza, madeira ou mata virgem, terra fértil, solo estéril, entre outros. A primeira justifica a dominação das mulheres por conectá-las aos animais não humanos (ou a natureza de maneira geral), e a segunda legitima a dominação da natureza (e dos animais não humanos) por conectá-la à mulher.

Segundo Warren (2000), é preciso fazer dois esclarecimentos sobre as conexões existentes nas linguagens entre mulheres e natureza. O primeiro, é que não são só as mulheres que são identificadas com os animais não humanos de forma pejorativa, pois os homens também o são. Os homens podem ser descritos como lobos, sapos, tubarões, garanhões, veados, dentre outros, e nem toda comparação com os animais é necessariamente pejorativa. Podemos dizer que alguém é corajoso como um leão, trabalhador como uma formiga ou que enxerga bem como uma águia. Porém, em um contexto social patriarcal, o uso da linguagem com a intenção de difamar o outro funciona de maneiras diferentes para mulheres, animais não humanos e homens. De maneira geral, os animais usados para descrever os homens carregam uma conotação de superioridade intelectual, sexual, espiritual, de governança e que têm o poder de dominar mulheres e natureza. O oposto, de maneira geral, acontece com as mulheres. Os animais usados para descrevê-las carregam uma conotação de inferioridade corporal, objeto sexual, pecador, animal doméstico e/ou brinquedo de um homem. O segundo esclarecimento nos leva ao cerne dessa questão, pois a linguagem

que animaliza mulheres e homens é essencialmente fruto do especismo, isto é, do dualismo entre os seres humanos e os animais não humanos, que são considerados inferiores, e por isso podem ser dominados e explorados.

Dunayer (1995) afirma que “Com palavras de desprezo, os humanos estabelecem e mantêm uma distância emocional de outros animais. Essa distância permite um abuso sem culpa proporcional” (1995, pg. 18). O mesmo acontece com as mulheres e com outras pessoas subjugadas por meio da nossa linguagem sexista-naturista. A escritora feminista e ativista pelos direitos dos animais, Carol Adams, em seu livro *A Política Sexual da Carne: Uma Teoria Crítica Feminista-Vegetariana*, de 1990, argumenta que a dominação e exploração dos animais não humanos e das mulheres são análogas e interdependentes, além de reforçadas, validadas e perpetuadas pela nossa linguagem patriarcal. Ela traça um paralelo entre o avanço do patriarcado e da cultura carnívora, na qual um animal, depois de caçado e morto, precisa ser desmembrado para ser comido em partes, que denominamos apenas como carne. Ao ser igualada a um animal não humano, o corpo da mulher passa a ser passível de desmembramento também e visto como um pedaço de carne, que o homem pode possuir. De acordo com a autora, muitas mulheres abusadas relatam que se sentiram “um pedaço de carne” naquela situação. Por fim, as metáforas e comparações são muito mais que isso – elas expressam o que de fato acontece com as mulheres e com a natureza, de maneira geral, na nossa sociedade, isto é, o sexismo (dominação das mulheres) e o naturismo/especismo (dominação da natureza e dos animais não humanos).

### **Interconexões Simbólicas e Literárias**

A mudança do entendimento da natureza como um sistema vivo e orgânico, para uma visão dela como um sistema mecânico e racional, que ocorreu durante a revolução científica, conforme descrito por Carolyn Merchant (1980), é uma alteração imagética e simbólica que alavancou grandes transformações em todas as esferas da vida. A principal delas foi eliminar as barreiras morais que impediam os homens de explorar a mãe natureza, viva e nutritiva, permitindo conceitualmente e legitimando eticamente a dominação e exploração da “máquina” natureza. As mulheres também

foram vítimas dessa mudança, por serem identificadas com a natureza, o que levou ao aprofundamento de sua opressão e dominação.

A escritora, dramaturga e ecofeminista americana Susan Griffin foi uma das primeiras a estudar textos literários sobre a “natureza feminina” para identificar e entender as interconexões entre a dominação e a exploração de mulheres e da natureza neles existentes. Em seu livro, *Mulher e Natureza, o Rugido dentro Dela*, de 1999, a autora mostra, em prosa poética, como a literatura pode comunicar, de forma bastante impactante e penetrante, conceitos, símbolos e crenças sobre ambas. A autora explora e analisa a identificação das mulheres como responsáveis pelo sustento da humanidade, mas também como vítima da ira masculina, semelhante ao que acontece com a natureza. Assim como Merchant (1980), ela buscou uma miríade de fontes diversas para embasar seus textos, que vão desde a literatura clássica, passando por manuais de madeira e textos médicos, às Escrituras Sagradas, para evidenciar a ruptura entre corpo e alma provocada pelo patriarcado, principalmente na filosofia e na religião, e como isso tem sido destrutivo para todos, em especial para as mulheres e para a natureza, e como podemos reconectá-los.

A partir desse enfoque literário de trabalho, uma nova área de estudo foi inaugurada, denominada crítica literária ecofeminista. De acordo com Patrick D. Murphy (1991), um dos maiores representantes dessa linha de pensamento, essa área busca analisar criticamente a literatura já existente com base nos valores ecofeministas e criar uma literatura que incorpore tanto os critérios feministas quanto os ecológicos, para que se possa superar os padrões simbólicos e literários patriarcais dominantes.

### **Interconexões Espirituais e Religiosas**

A principal referência para essa corrente de pensamento é Elizabeth Dodson Gray, teóloga e ecofeminista. Em 1979, ela lançou um livro denominado *Paraíso Verde Perdido*, no qual analisa a contribuição das imagens religiosas e sexuais para a visão de mundo judaico-cristã ocidental, comparando-a com o paradigma pagão do mundo, e avalia as consequências éticas de cada sistema de crenças na relação com as mulheres e com a natureza. A primeira, está baseada em um tipo de hierarquia da existência, onde homens ocupam o topo de uma pirâmide de dominação e prestígio,

seguida pelas mulheres (que foram feitas de suas costelas!), crianças (não existiam no início e surgem sem referências ao corpo da mulher!), animais, plantas, até chegarmos a sua base onde estão o solo, rios, montanhas e outros. O homem está mais perto de Deus, no topo, e é considerado superior a todos, espiritual, intelectual e moralmente. Portanto, a visão de mundo judaico-cristã ocidental é patriarcal, e por meio de seus mitos legitima a dominação e exploração das mulheres, crianças e da natureza. O segundo, o paradigma pagão do mundo, é baseado na convicção de que o ser humano é uma parte pequena do todo, onde tudo está integrado e conectado, demonstrando respeito com a natureza. De acordo com a autora, esse sistema de crenças seria melhor moralmente para todos e promoveria nossa sobrevivência como espécie. Ela também sugere que devemos quebrar o paradigma hierárquico e reescrever os mitos do Gênesis se quisermos que todas as espécies sobrevivam.

A teóloga ocidental Rosemary Radford Ruether, em seu livro *Mulheres curando a Terra: mulheres do terceiro mundo sobre ecologia, feminismo e religião*, de 1996, assevera: para as mulheres do terceiro mundo, que vivenciam a relação entre a religião ocidental dos colonizadores e suas próprias tradições religiosas, o ecofeminismo é entendido de maneira diferente. Ambos os sistemas de crenças têm um papel dominador e libertador, complexos e específicos, em cada cultura. Basicamente, a autora aponta duas diferenças importantes entre as mulheres do sul (Ásia, África e América Latina) e do norte (Europa e América do Norte): as primeiras lembram, vêm, e muitas vivenciam que a dominação – promovida pela colonização e religião – está ligada ao empobrecimento das mulheres e da natureza, enquanto as mulheres do norte esqueceram, ou não percebem, essa dinâmica que acontece longe delas; além disso, as mulheres do sul têm buscado resgatar padrões espirituais pré-cristãos que ainda estão vivos no dia a dia dos povos indígenas de seus países, apesar de terem sido quebrados e silenciados, enquanto as mulheres do norte têm apenas histórias idealizadas sobre suas tradições religiosas, e não experiências culturais ainda presentes. A autora sugere que as mulheres do norte não se apropriem de práticas indígenas de outros lugares, mas sim, que construam novos padrões religiosos, espirituais, culturais e econômicos de ser e estar no mundo a partir do seu lugar. Assim, conseguirão ser amigas e irmãs verdadeiras das mulheres do sul, conectar

ambas as lutas e histórias, e vislumbrar o que pode ser uma teologia e ética ecofeministas.

As ecofeministas dessa corrente de pensamento discordam em três pontos: sobre as principais tradições religiosas poderem, ou não, ser reformadas para não reproduzirem o naturismo e o sexismo; sobre a prática ecofeminista demandar, ou não, uma prática ecológica como, por exemplo, o vegetarianismo; e ainda, sobre alguma prática indígena estar sendo, ou não, romantizada e/ou apropriada pelo ecofeminismo espiritual. No entanto, elas concordam que basear-se na relação com a terra/natureza, suas práticas espirituais e seus símbolos é fundamental para o ecofeminismo de maneira geral.

De acordo com Warren (2000), outras ecofeministas trazem importantes questões para o debate: Starhawk (1989) defende que ecofeminismo é um movimento espiritual que desafia nosso senso comum de valor, as nossas histórias e culturas, para tentar modificá-las; Carol Christ (1990) assegura que o ecofeminismo espiritual também é político, uma vez que a espiritualidade (ou sua falta) está na base de todas as nossas relações, sendo a política uma delas, e que precisamos recuperar nosso senso de pertencimento à terra, nossa casa; Spretnak (1990) afirma que o senso espiritual ecofeminista emerge quando experienciamos uma união com a natureza, e sentimos que somos uma expressão única do todo cósmico e sagrado, como nas tradições religiosas pré-cristãs – que tinham como eixo central honrar o feminino e ter a natureza como guia, que mostravam que o divino é inseparável, e está em tudo, e ainda, que havia um elo sagrado entre a Deusa e suas representações como elementos da natureza. Por fim, Macy (1980) argumenta que o eu ecológico é um eu espiritual, pois vivemos a experiência (desde sempre) de ser sustentados por algo maior, e que não precisamos de um “Deus” para definir como devemos agir em nome de outros seres subjugados. Se estivermos conectados com a natureza, o conhecimento e a espiritualidade virão dessa prática de cuidado.

A ideia da Deusa é particularmente útil na análise de Warren (2000), pois sua representação não é hierárquica, não representa uma instituição centralizadora, não tem uma liturgia e não tem estruturas monumentais, como as tradições religiosas ocidentais. Além disso, ainda traz para o cerne da espiritualidade: o corpo da mulher,

sua natureza e seus ciclos. A Deusa também desempenha um papel de transformação importante, tanto para os homens quanto para as mulheres pois, em uma sociedade patriarcal e capitalista, os homens também são oprimidos pela figura de Deus, uma imagem masculina inalcançável e que faz com que eles provoquem uma guerra consigo mesmos, contra sua própria natureza. Segundo a autora, sua definição de Deusa baseia-se naquela proposta por Carol Christ (1990), que traz três pontos, complementado-os:

Primeiro, a Deusa é uma mulher divina, uma personificação que pode ser invocada em orações e rituais. Em segundo lugar, a Deusa é um símbolo de vida, morte e renascimento – encorajando-nos a ver as fases de mudança de nossas vidas como sagradas. Terceiro, a Deusa é um símbolo da legitimidade e beleza do poder das mulheres de nutrir e criar, mas também de limitar e destruir quando necessário (CHRIST *apud* WARREN, 2000, pg. 33).

### **Interconexões Epistemológicas**

A corrente epistemológica, como uma área que analisa criticamente o conhecimento científico vigente e a forma de desenvolvê-lo em uma sociedade patriarcal capitalista, é fundamental para a teoria e a prática ecofeministas. A epistemologia ecofeminista critica as três principais características do processo de construção do conhecimento ocidental: a convicção de objetividade imparcial do conhecimento e da ciência; a definição de observador racional e independente do objeto ou fenômeno que estuda; e o entendimento da natureza como objeto passivo de estudo. Além disso, propõe uma nova maneira de se fazer pesquisa, na qual entende-se que o conhecimento é socialmente situado histórica e localmente, que o pesquisador é parte integrante de seu estudo com todas as suas características, assim como a natureza é ativa e viva como nós e que nos influenciemos mutuamente.

Sandra Harding, filósofa feminista da ciência e referência no estudo em epistemologia para as ecofeministas, defende em seu artigo, *Repensando a Epistemologia do Ponto de Vista: O que é Objetividade Forte?*, publicado em 1993, que o lugar social do pesquisador/conhecedor é fundamental para que possamos compreender e avaliar seu trabalho. Em outras palavras, a sua identidade social –

determinada por alguns marcadores como gênero, raça, classe, religião, orientação sexual, parentesco, relações sociais, papéis atribuídos socialmente, e outros – influencia todo o processo de pesquisa, análise dos dados, bem como seus resultados. Ela complementa seu argumento enfatizando a importância de escutar e enxergar a experiência prática, diária, vivida, das pessoas que estão na base das hierarquias sociais, pois são elas que tornam visíveis os problemas reais e significativos existentes nas relações dos seres humanos entre si e com a natureza, e que precisam ser elucidados, pesquisados e solucionados. Além disso, analisar essas experiências dessa maneira pode nos levar a novos caminhos de pesquisa sobre as conexões entre mulheres e natureza, e sua dominação.

De acordo com a filósofa ecofeminista Lori Gruen, em seu artigo *Rumo a uma Epistemologia Moral Ecofeminista* de 1994, o primeiro passo para um conhecimento genuíno é reconhecer que sociedade e ciência são indissociáveis e interdependentes, assim como emoção e razão, valores e fatos, mulher e homem, natureza e cultura, dentre outros. Ela buscou desenvolver uma epistemologia moral ecofeminista, considerando que o ecofeminismo surge da necessidade de entender e analisar o contexto social de dominação das mulheres e da natureza e suas reivindicações, tanto morais quanto de saberes. De acordo com a autora, “(...) as ecofeministas acreditam que os fatos são carregados de teoria, as teorias são carregadas de valores e os valores são moldados por ideologias históricas e filosóficas, normas sociais e processos individuais de categorização” (GRUEN, 1994, apud WARREN, 2000, pg. 34)”. Em resumo, seu argumento é que o conhecimento está impregnado pelos valores culturais da sociedade onde é construído e, portanto, nossas bases teóricas e científicas são patriarcais e capitalistas e devemos questioná-las e construir novas.

Donna Haraway, filósofa e socióloga feminista norte-americana, em seu artigo *Saberes Localizados: A Questão da Ciência para o Feminismo e o Privilégio da Perspectiva Parcial*, de 1988, busca por uma visão mais pluralística e conectada ao contexto social para o conhecimento. Para isso, ela cunhou o termo “saberes localizados”, uma abordagem que demanda que o objeto/ser a ser estudado seja retratado como um sujeito ativo em seu ambiente social e material, e não passivo, e que o observador não se coloque como o único conhecedor do objeto/ser em estudo,

mas que veja a possibilidade de dialogar e aprender com ele. Essa seria a objetividade feminista, que parte da perspectiva dos subjugados (como mulheres e natureza), diferente dos conceitos vigentes de objetividade, isenta de parcialidade, e da natureza como objeto passivo de estudo, frutos da ideologia patriarcal de dominação e controle. De acordo com a proposta de Haraway, a ciência deve ser um diálogo sociopolítico permeado por todos os seres do mundo, o que inclui a natureza como sujeito ativo, vivo e mutante, “uma trapaceira da codificação” em suas palavras. “A imagem da natureza como uma “trapaceira da codificação” transmite o sentido de jogo, interação e atuação que Haraway imputa a todas as relações epistêmicas” (WARREN, 2000, pg. 35).

### **Interconexões Políticas**

O ecofeminismo, nas suas diferentes correntes de pensamento, é considerado um movimento social e político de base, pois tem como objetivos principais a desconstrução da estrutura patriarcal capitalista sob a qual vivemos, e de seus processos opressivos sociais, econômicos e políticos, além da (re)construção de sistemas em prol da vida, baseados tanto nas questões pragmáticas e urgentes, principalmente das mulheres e da natureza, quanto na sua teorização.

A ecofeminista Stephanie Lahar, em seu artigo *Teoria Ecofeminista e Raízes Políticas*, de 1991, afirma que o ecofeminismo nasceu dentro do ativismo político das décadas de setenta e oitenta, em um contexto de análises e de práticas contra a exploração da natureza e a opressão das mulheres, o que evidenciou como essas questões estão interligadas e se retroalimentam e a busca por mudanças sociais e políticas, baseadas nos princípios feministas e ecológicos de respeito e proteção à vida em todas as suas formas. Portanto, a teoria ecofeminista tem raízes políticas, isto é, tem origem na prática política de reivindicação por um meio ambiente saudável e com qualidade de vida para todos, protagonizada por mulheres. De acordo com a autora, a teoria não define como cada um deve agir ou o que deve fazer, mas ela deve ser informativa e generativa de ações diretas contra situações reais que ameaçam a vida (como poluição, destruição ambiental, militarismo, violência contra mulher, e outros). Para isso, “a teoria ecofeminista defende uma combinação de políticas de resistência e projetos criativos” (LAHAR, 1991, pg. 43), que a mantém como um processo vivo e

inseparável dos indivíduos envolvidos. Assim, o ecofeminismo, como teoria e prática política, contribui para o empoderamento político, que surge tanto da compreensão do impacto de cada ação individual para com a natureza e com os seres humanos quanto por meio da elaboração de uma estrutura e conexões conceituais gerais, que nos permitem enxergar e entender as relações políticas entre eles. Por fim, Lahar reitera:

Sua realização depende de teóricos e ativistas que podem incorporar as sensibilidades amplas e integradas do eu e do mundo que o ecofeminismo ajuda a desenvolver e defender e que podem encontrar o poder e a energia para agir com essas sensibilidades para fazer mudanças sociais e políticas reais (LAHAR, 1991, pg. 43).

A cientista política e feminista Noel Sturgeon, em seu livro *Natureza Ecofeminista: Raça, Gênero, Teoria Feminista e Ação Política*, de 1997, define o ecofeminismo como um movimento político e, também, social. De acordo com a autora, movimentos sociais são aqueles que contestam as relações de poder hegemônico por meio dos mais variados tipos de ações, que vão desde as mais teóricas – como o desenvolvimento e a produção de simbologias, novas identidades, conhecimentos popular e acadêmico – até as mais práticas – como ações diretas, greves, manifestações, desobediência civil, *lobby* e outras formas de ações políticas mais tradicionais. Sturgeon (1997) concorda com Lahar (1991) ao afirmar que a teoria ecofeminista deve estar articulada à prática, e vai além, ao defender que o ativismo deve ser prioridade para a elaboração da teoria, mesmo reconhecendo que o fazer teórico em si é um ato político, pois envolve práticas de ensino e difusão do conhecimento. A autora sugere que é preciso “(...) teorizar cuidadosamente a prática ativista (eco)feminista e ver a teoria nessa prática”, processo que ela chama de teoria direta, para que possamos “encontrar estratégias políticas coletivas no contexto de estruturas teóricas antiessencialistas” (LAHAR, 1997, pg. 11). Para o ecofeminismo, essa é uma questão crucial, pois ao ser definido como um movimento essencialista, baseado em definições teóricas, tem sido desqualificado ao longo do tempo e perdido sua força política, enquanto, ao usar o essencialismo como estratégia (ou

essencialismo estratégico) na prática ativista, o ecofeminismo tem sido impulsionado e conseguido conquistas políticas importantes.

### **Interconexões Éticas**

Podemos considerar que o objetivo de uma ética ecofeminista é o desenvolvimento de práticas e teorias sobre a relação entre seres humanos e natureza que busquem eliminar o viés androcêntrico e antropocêntrico da moral e da ética, vigentes nas sociedades ocidentais patriarcais, e ofereçam caminhos de ação condizentes com a luta contra a dominação e opressão de mulheres e natureza.

Chris Cuomo, filósofa ecofeminista, em seu livro *Feminismo e Comunidades Ecológicas: Uma Ética do Florescimento*, de 1998, argumenta por uma nova ética ecofeminista comprometida com o valor do florescimento, que nasce na intersecção da teoria e da prática, tanto política quanto ética. De acordo com a autora, o conceito de florescimento deve ser entendido como o bem-estar ou bem viver de indivíduos, espécies e comunidades, considerando seres humanos, não humanos e a natureza em geral. Ela também apresenta outro conceito denominado encanto dinâmico, compreendido como a capacidade do ser em se adaptar e/ou resistir a mudanças em prol do seu florescimento. Ou seja, o encanto dinâmico do ser reside na sua interação com seu meio, que é única e o torna um ente moral e por isso é determinante para o que pode ser considerado bom para ele. Ao evocar esses conceitos da ética ecológica e feminista, Cuomo busca chamar a atenção para o senso de valores que fundamentam positivamente o ecofeminismo e sinaliza que não existem conceitos que cubram adequadamente a variedade de questões sobre ética e diversidade presentes nele.

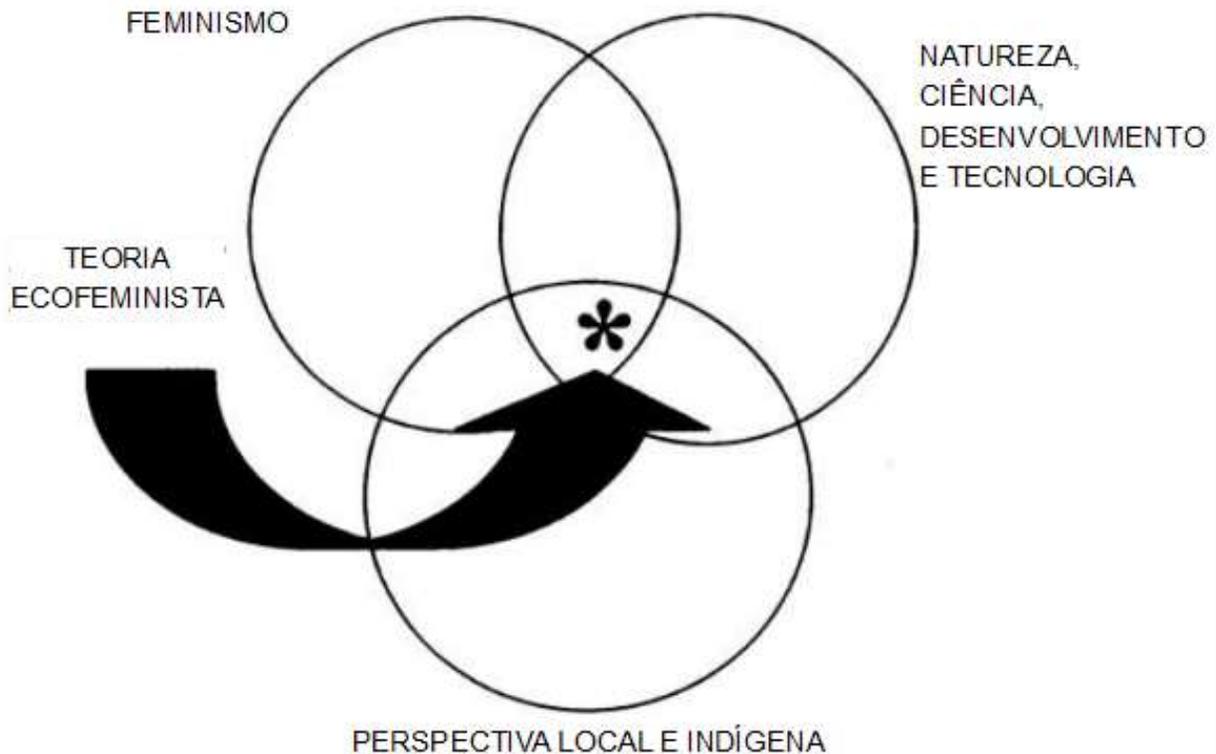
Acho que é importante agarrar-se a uma ideia que deflagrou o projeto ecofeminista no início dos anos 1970: existem padrões e ligações entre as maneiras pelas quais o poder reprime qualquer coisa rotulada de Outro, qualquer coisa rotulada de Feminino. Também existem padrões e links entre as necessidades, impulsos, afetos e desejos que criam movimentos em direção à liberdade. Um desafio para a filosofia feminista é identificar os padrões sem rearticular a conexão entre conhecimento e dano (CUOMO, 1999, pg. 105).

A teórica ecofeminista norte-americana Ynestra King, em seu artigo *Curando as Feridas: Feminismo, Ecologia e o Dualismo Natureza/Cultura*, de 1989, acredita que a ética ecofeminista deve encontrar uma maneira de (re)construir a relação entre natureza e cultura, combinando as potencialidades do coração e da razão, da mente e da natureza, para transformar os sistemas de dominação, sejam eles externos (estruturas sociais opressivas) e/ou internos a nós (opressões internalizadas, submissão), e desmontando a dinâmica dos dualismos que, ao separar, opor e tornar esses elementos excludentes entre si, ameaçam todas as formas de vida. Para tanto, ela propôs que a ética ecofeminista deveria basear-se na junção de algumas contribuições significativas do feminismo cultural (ou ecofeminismo espiritual) e do feminismo socialista. O primeiro traz a busca por uma política do coração, que reconhece e assume as diferenças das mulheres em relação aos homens, valoriza a experiência delas como potencial de liberdade e não de submissão, e reconhece a conexão delas com a natureza. O segundo aporta uma perspectiva crítica que nos permite entender e transformar a história, colocando as mulheres como seres sociais e participantes ativas no processo histórico, assim como suas atividades tradicionais. Ambas as visões corroboram com as teorias e práticas ecofeministas. Segundo a autora, esses feminismos separados constituem duas faces diferentes do dualismo. Porém, juntos, eles podem contribuir com a ética ecofeminista na sua busca pelo pensamento ético genuíno, antidualístico, ou dialético, que procura abraçar a diversidade de todas as formas de vida.

Aqui, potencialmente, nós recuperamos a ontologia como base para a ética. Nós, seres humanos atenciosos, devemos usar toda a nossa sensibilidade e inteligência para nos impulsionar intencionalmente para outro estágio de evolução (...). Esse é o momento onde as mulheres se reconhecem como agentes da história – sim, até mesmo como únicas agentes – e conscientemente reparam os dualismos clássicos entre espírito e matéria, artes e política, razão e intuição (...). Este é o projeto do ecofeminismo (KING, 1989, pg. 134).

Cada uma das dez correntes de pensamento ecofeministas apresentadas aqui, embora consistam em questões importantes para a identificação e a análise das interconexões entre mulheres e natureza, que, dentro da nossa sociedade patriarcal capitalista ocidental legitimam sua subjugação e exploração, apontam também alguns caminhos para a superação da dominação e opressão vividas por ambas. Essas correntes não pretendem, nem conseguiriam, dar conta da complexidade do tema sozinhas. Juntas, compõem uma colcha de retalhos diversa e complexa que é o próprio ecofeminismo, isto é, a própria experiência de ser mulher e/ou natureza em todas as suas interações no mundo. Nas palavras de Warren, essa é “(...) a versão de filosofia ecofeminista que eu defendo; é aquela que aborda as questões-chave levantadas em cada um desses dez tipos de posicionamentos” (2000, pg. 38). Portanto, ainda segundo a autora, essa filosofia ecofeminista deve ter como fundamento a intersecção de três esferas. São elas: 1. feminismo; 2. natureza, ciência, desenvolvimento e tecnologia; e, 3. perspectiva local e indígena. Ou seja, qualquer proposta que não atenda às necessidades de uma dessas esferas é inadequada ou inaceitável.

Considerando que vivemos em uma sociedade patriarcal capitalista, a autora ressalta que, até mesmo para as políticas e práticas que consideram essas três esferas, não existe solução perfeita ou ideal. E, após uma década de práticas, estudos e trabalhos na escrita de seu livro, Warren identificou um padrão que permeia as análises de todas as correntes de pensamento ecofeministas e nos apresentou uma estrutura que nos permite, em primeiro lugar, ir além das diferenças existentes entre todas as correntes, juntando-as e não negando-as. Em segundo lugar, identificar e trabalhar seus pontos comuns, ou seja, a dominação e opressão de mulheres e natureza nas suas mais variadas manifestações. Finalmente em terceiro, entender o funcionamento dessa estrutura, que ela denomina como uma estrutura conceitual opressiva, suas características e consequências, como veremos a seguir.



**Figura 1** – Diagrama 3.1 – *Uma Visualização da Filosofia Ecofeminista* (WARREN, 2000, pg. 44)

### 1.3 – As cinco características de uma estrutura conceitual opressiva

Para compreender a filosofia ecofeminista, é preciso entender e analisar a estrutura conceitual opressiva, que é a base de funcionamento da sociedade na qual vivemos, isto é, do sistema patriarcal e capitalista, e que vem desenvolvendo-se e aperfeiçoando-se há milênios. Esse sistema tende a sempre conservar, dar continuidade e legitimar a dominação das mulheres, outras pessoas que são subjugadas e a natureza, que é explorada insustentável e irresponsavelmente.

Essa estrutura é composta por “(...) um conjunto de crenças, valores, atitudes e suposições básicas que moldam e refletem como uma pessoa vê a si mesma e ao mundo (...) É afetado e moldado por fatores como sexo-gênero, raça/etnia, classe, idade, orientação afetiva, estado civil, religião, nacionalidade, influências coloniais e cultura” (WARREN, 2000, pg. 46). De acordo com Warren, existem cinco características comuns em uma estrutura conceitual opressiva: julgamento de valor

hierárquico, dualismos de valores opostos, poder de sobreposição, privilégio como pertencente a Ups e não a Downs, e a lógica da dominação.

A primeira atribui valores diferentes para elementos diferentes, ou seja, julga-os entre Up (Superior / Melhor) e Down (Inferior / Pior). Alguns exemplos de julgamento de valor hierárquico são: homem e mulher, cultura e natureza, brancos e negros, mente e corpo, razão e emoção, dentre outros, sendo aqui os primeiros superiores e melhores do que os segundos. Essa característica valida a desigualdade entre as partes, e invalida a diversidade que reside na união das diferenças.

Os dualismos de valores opostos, complemento da primeira característica, tornam os pares disjuntivos, isto é, excludentes e opostos entre si, reforçando um maior valor (status, prestígio) a um dos pares e negando a eles a possibilidade de serem inclusivos e complementares. Podemos identificar essa característica, quando observamos que aquilo que é considerado como masculino, racional, cultural e realizado por pessoas brancas têm mais valor do que aquilo que é considerado feminino, emocional, natural (ou da natureza) ou realizado por pessoas negras.

Já o poder de sobreposição, ou o poder sobre os outros, é aquele em que o Up, por ser considerado superior e melhor, exerce sobre o Down, que é considerado inferior e pior, de maneira a subjugar-lo. O poder de sobreposição não é necessariamente opressor. Ele existe em diversas relações como as de governantes e cidadãos, juízes e réus, professores e alunos, pais e filhos, dentre outras, mas torna-se opressor quando uma das partes exerce um domínio injustificado sobre a outra.

Uma outra peculiaridade da estrutura conceitual opressiva consiste na criação e/ou na manutenção de privilégios para o Up (o homem branco) e não para o Down (o outro, o subjugado). Ser privilegiado é ter as oportunidades para o seu desenvolvimento disponíveis e acessíveis. A disponibilidade e o acesso a condições melhores de moradia, educação, saúde, trabalho, lazer, dentre outros, são facilitados para aqueles que são identificados como Up (homens brancos, heterossexuais e com poder aquisitivo), em detrimento do Down (como mulheres, outras pessoas subjugadas e natureza), mantendo a relação dominante-subordinado.

Por fim, há uma característica que é regida por uma lógica da dominação que, na verdade, é uma construção de argumentos baseada nas quatro características

acima descritas, que elaboradas em conjunto, explica e justifica tanto a dominação do Up (masculino, racional, cultural e realizado por pessoas brancas), quanto a subordinação do Down (feminino, emocional, natural – ou da natureza – e realizado por pessoas negras e/ou de outras etnias também relegadas a um plano inferior), ou seja, de homens sobre mulheres, sobre outras pessoas subjugadas e sobre a natureza.

Warren (2000) ainda argumenta que não há nenhum problema inerente às primeiras quatro características de uma estrutura conceitual (julgamento de valor hierárquico, dualismos de valores opostos, poder de sobreposição e privilégio como pertencente a Ups e não a Downs), desde que dentro de um contexto não opressivo, e que elas são usadas comumente por nós para organizar, classificar e comparar dados, informações e materiais, fazer melhores escolhas subjetivas ou materiais, cuidar e proteger as pessoas e a natureza. É o seu uso pela lógica da dominação em contextos opressivos que as tornam opressoras, justificando o injustificável. Vale evidenciar que é essa mesma estrutura conceitual opressiva que é utilizada para legitimar a dominação e subordinação por raça/etnia, idade, classe, estado civil, religião, orientação afetiva, nacionalidade ou sexo-gênero.

#### **1.4 – A importância da lógica da dominação para as mulheres e a natureza**

Entender a lógica da dominação é de suma importância para este trabalho, para que possamos identificá-la e tentemos desmontá-la nas diversas áreas de nossas vidas, buscando construir uma nova lógica que nos integre a todas as formas de vida ao nosso redor e no nosso dia a dia.

Warren (2000, pg. 48) relaciona quatro razões que tornam a lógica da dominação mais do que uma simples construção lógica, e entendê-las é basilar para compreendermos as estruturas conceituais opressivas. A primeira evidencia que ela envolve um sistema de valores robusto, onde a distinção entre Up (aquilo que é Superior, Melhor) e Down (aquilo que é Inferior, Pior) é moralmente relevante e parte da premissa que a superioridade de Up justifica que este subordine Down (ou o outro), construindo a noção de inferioridade deste e criando um processo que legitima sua opressão.

A outra razão nos mostra que, sem um sistema de valores robusto, as diferenças e similaridades entre todas as formas de vida seriam apenas aspectos relacionais entre elas, sem classificações morais que justificassem a dominação de uma sobre outra. Para que isso aconteça, a lógica da dominação precisa converter diversidade em diferença, onde Up (masculino, racional, cultural e realizado por pessoas brancas) subjuga Down (feminino, emocional, natural – ou da natureza – e realizado por pessoas negras e/ou de outras etnias menos valorizadas). A autora nos mostra, por meio de um esquema simples, esse processo:

Exemplo A – A dominação da natureza pelos seres humanos:

(1) Os seres humanos, diferentemente das plantas e das rochas, têm a capacidade de alterar de forma consciente e definitiva as comunidades em que vivem.

(2) Qualquer elemento que tenha a capacidade de alterar de forma consciente e definitiva a comunidade em que vive é moralmente superior aos outros.

(3) Portanto, os seres humanos são moralmente superiores às plantas e às rochas.

(4) Seja qual for X e Y, se X for moralmente superior a Y, então a dominação de X e a subordinação de Y são moralmente justificadas (lógica da dominação).

(5) Consequentemente, a dominação dos seres humanos sobre plantas e rochas e a subordinação destas são moralmente justificadas.

No exemplo acima, a afirmação (1) é apenas uma constatação da diferença existente entre seres humanos, plantas e rochas. Já a número (2), pode ou não ser verdadeira; esse é um tema relevante na área ambiental: sendo verdadeira, ela não consegue justificar a dominação, pelo contrário, ela pode impor responsabilidades aos seres humanos em cuidar das plantas e pedras e, sendo falsa, voltamos a constatação anterior. A afirmação (3) é consequência da combinação das suas antecessoras. A quarta, é o fundamento, ainda que insuficiente, para a lógica da dominação. Por fim, a quinta afirmação apenas nomeia os entes envolvidos nessa lógica.

A terceira razão, pela qual é de suma importância entender a lógica da dominação, é que ela vem sendo usada pela estrutura conceitual opressiva patriarcal

capitalista vigente para manter, perpetuar e legitimar a dominação e subordinação da mulher, de outras pessoas subjugadas e da natureza (Down) pelo homem (Up), pelo menos nas sociedades ocidentais. Utilizando o mesmo esquema acima, Warren evidencia a estrutura patriarcal capitalista:

Exemplo B – A dominação da mulher e da natureza pelos homens:

(1) Qualquer elemento que foi identificado com a natureza e a aspectos físicos ao longo da história é moralmente inferior àqueles identificados com a cultura e a aspectos mentais.

(2) A mulher foi identificada com a natureza e a aspectos físicos ao longo da história, enquanto o homem foi identificado com a cultura e a aspectos mentais.

(3) Portanto, a mulher é moralmente inferior ao homem, ou, ao contrário, o homem é moralmente superior a mulher.

(4) Seja qual for X e Y, se X for moralmente inferior a Y, então Y tem justificativa moral para dominar e subordinar X (lógica da dominação).

(5) Consequentemente, os homens têm justificativa moral para dominar e subordinar tanto as mulheres quanto a natureza.

É importante ressaltarmos os fatos históricos contidos nesse esquema, e que eles pertencem ao desenvolvimento da sociedade ocidental, para não confundirmos as imagens de mulher, homem e natureza, que foram construídas ao longo do tempo, e que, infelizmente, ainda permanecem no imaginário coletivo ocidental e são reproduzidas no dia a dia, com a maneira que a mulher, o homem e a natureza podem e devem ser vistos, como acontece em outros tipos de organizações sociais.

A afirmação (3), do exemplo B, é um ponto de muitas controvérsias dentro do ecofeminismo. Porém, ainda assim, é consenso entre as ecofeministas que a mulher foi (erroneamente) considerada moralmente inferior em relação ao homem. Essa inferioridade foi construída, e ainda é justificada por meio de três suposições imperfeitas, que as conectam com a natureza, isoladamente ou em conjunto: o determinismo biológico, o essencialismo conceitual e o universalismo. O determinismo biológico assume, falsamente, que a mulher é mais próxima da natureza que o homem,

ou que ela possui uma essência biológica própria, ancorada no fato da capacidade reprodutiva presumida da mulher. Já o essencialismo conceitual afirma, de forma equivocada, que existe um conceito fundamental de mulher, que captura a essência da condição de ser mulher e de sua feminilidade em todas as culturas. E o universalismo alega (incorretamente) que existe um conjunto de experiências, que todas as mulheres compartilham apenas pelo fato de serem mulheres. Apesar das ecofeministas rejeitarem essas suposições, elas não concordam com as consequências dessas rejeições.

Aqui, é importante entendermos porque devemos refutar a lógica da dominação como um todo, independente das suposições acima sobre as mulheres: primeiro porque a superioridade moral de um grupo de pessoas (se é que ela existe) não é uma justificativa em si para subordinar os outros grupos; segundo porque ser diferente do grupo dominante tampouco justifica a dominação deste (Ups) sobre os outros (Downs); e, em terceiro, porque é o patriarcado a estrutura conceitual opressiva que historicamente legitima a dominação tanto das mulheres quanto da natureza nas sociedades ocidentais. De acordo com as ecofeministas, é essa dupla dominação, de mulheres e natureza pelos homens, que deve ser rejeitada, porque elas caminham juntas. É basicamente não aceitar que um grupo humano possa ser dominado pela sua identificação com a natureza, e que ser capaz de modificar a natureza possa ser uma justificativa moral para subordiná-la.

A quarta e última razão, pela qual devemos entender a lógica da dominação, é que ela une a dominação das mulheres, outras pessoas subjugadas e da natureza. Além disso, ela também une a opressão das mulheres, outras pessoas subjugadas e de alguns animais. Aqui, é preciso distinguir dominação e opressão, pois nem toda dominação envolve uma opressão, mas toda opressão envolve uma dominação, pois esta é uma das ferramentas para subjugar os outros em uma estrutura conceitual opressiva. A opressão limita as opções e as escolhas de alguns grupos (Down) por meio de estruturas, estratégias e processos que beneficiam outro grupo (Up), impondo a dominação e reforçando o poder e o privilégio do último sobre o primeiro. Em sociedades ocidentais, onde a natureza não é um sujeito e não tem capacidade de

optar e nem de escolher, não podemos afirmar que ela é oprimida, e sim que ela é dominada.

Por fim, Warren esclarece que são as estruturas conceituais opressivas que acionam a lógica da dominação. Como vimos, essas estruturas são compostas por princípios, crenças, suposições e práticas que demonstram, comprovam e mantêm as relações de dominação e subordinação, e claro, também espelham, mantêm e enfatizam a opressão. Uma vez que essas estruturas conceituais foram inventadas por pessoas, isto é, não são heranças genéticas, e são replicadas e aprendidas por elas, tanto por aquelas que são opressoras, quanto por aquelas que são oprimidas, elas podem e devem ser modificadas. Entender a lógica da dominação é a chave para compreendermos de maneira ampla e basal as relações de dominação e subordinação de mulheres e da natureza e como elas se conectam na nossa sociedade ocidental. É também o caminho para tentarmos modificar a estrutura conceitual opressiva patriarcal e capitalista na qual vivemos.

## CAPÍTULO 2

### O FEMINISMO MATRICÊNTRICO

#### 2.1 – O que é Feminismo Matricêntrico

O termo Feminismo Matricêntrico foi cunhado, em 2016, pela professora e doutora em estudos da maternidade, Andrea O'Reilly, depois de mais de quarenta anos de pesquisas sobre o tema em diferentes culturas. Ela afirma que "(...) a categoria de mãe é distinta da categoria de mulher e que muitos dos problemas que as mães enfrentam – sociais, econômicos, políticos, culturais, psicológicos e assim por diante – são específicos do papel das mulheres como mães" (2021b, pg. 42). Ou seja, todos os problemas que atingem as mulheres, unicamente por seu gênero, são amplificados quando elas se tornam mães – uma categoria diferente de ser mulher, mesmo dentro do nosso contexto de desigualdade de gênero, e que se soma a esta –, e são perpetuados socialmente através do tempo. Portanto, em nossa sociedade, as mulheres mães são oprimidas duplamente: por serem mulheres e, também, por serem mães.

Desde a busca por uma assistência de saúde de qualidade e respeitosa para o pré-natal, parto e puerpério, passando pelo apoio ao aleitamento materno, licença maternidade/paternidade, busca de apoio institucional de qualidade e respeitosa para bebês e crianças (creche, escola e assistência de saúde), a volta ao trabalho (ou não), até o apoio familiar e social, todo esse caminho – que é um dos momentos de maior transformação na vida de uma mulher, e por isso apresenta seus próprios desafios –, é gravemente dificultado por estar permeado pelo machismo, patriarcado e capitalismo, os quais, há muito tempo, vêm sendo usados para gerar, normalizar e justificar ações opressivas contra as mulheres mães e crianças. Até mesmo o movimento feminista, na sua busca pela igualdade de gênero ao longo de quarenta anos, acabou por negar um lugar de fala<sup>13</sup> às mulheres mães, por considerarem a maternidade a causa da opressão feminina. Segundo O'Reilly, "Para muitas feministas, chamar a atenção para

---

<sup>13</sup> Lugar de fala é um conceito elaborado pela filósofa Djamila Ribeiro que, em resumo, relaciona-se com a localização social dos indivíduos. Todos temos uma localização e podemos falar e refletir sobre qualquer tema a partir dela, ou seja, à partir da nossa condição social, porém sem negar àqueles que ocupam determinado lugar, a sua própria fala e reflexão.

a subjetividade de gênero específica das mulheres como mães é subscrever um ponto de vista essencialista: reconhecendo e afirmando o que é visto como marca e manutenção da diferença de gênero e, portanto, da opressão das mulheres” (2019b, pg. 23).

Mas as mulheres mães existem, e elas não são apenas mulheres. Não podemos negar a sua existência e a interseccionalidade dos temas, assim como não podemos negar as várias diferenças de raça, cor, orientação sexual, religião, origem, condição social, entre outras variáveis das mulheres em geral, e, também, das mulheres mães. A diferença de gênero, escancarada pela maternidade, é o grande “elefante na sala” do feminismo dominante e quiçá do desenvolvimento sustentável por estar na base das opressões que geram as desigualdades de gênero; afinal, este é um tema presente no dia a dia das mulheres – sejam elas mães ou não, queiram elas ser mães ou não, estejam elas conscientes disso ou não – sobre o qual parece evitar-se discutir, por talvez ser mais conveniente não fazê-lo. Discuti-lo significa assumir essa diferença, abraçar suas variáveis e incluir (ou revelar) definitivamente as questões relativas a experiência de matinar em todas as áreas de nossas vidas.

É exatamente esse olhar sobre as mulheres mães que o Feminismo Matricêntrico propõe. Porém, como assegura Takševa, em seu artigo assertivamente intitulado *Não se nasce, mas torna-se mãe: reivindicando o materno nas mulheres e nos estudos de gênero* (2019): “O materno – baseado no trabalho de cuidar e enraizado em uma subjetividade estruturalmente relacional e caracterizada por vulnerabilidade, exposição e interdependência - permanece inegavelmente como um ‘outro’ no modelo neoliberal (que é um refinamento do sistema patriarcal capitalista) que prefere a individualidade (no sentido de independência)” (2019, pg. 32). As mulheres mães estão à deriva, navegando entre o que a nossa sociedade espera delas, isto é, que ela desempenhe bem seu novo papel de mãe (a cuidadora da casa e dos filhos) mas que se recupere logo física e psicologicamente para voltar a sua vida anterior (de mulher independente e “sem filhos”, ou seja, uma vida que não existe mais); entre a experiência materna, que nos mostra dia a dia que tornar-se mãe é um processo subjetivo, influenciado pelas condições e pelo meio em que se vive, e que muitas vezes não corresponde ao que se espera dessa mulher-mãe (pois as

expectativas em relação a elas muitas vezes são irreais); e entre o que a ciência traz de novas descobertas baseadas em evidências sobre todo o processo que envolve o maternar/cuidar, tanto em termos de saúde física como psíquica da mulher-mãe e do bebê/criança.

O que sabemos é que o trabalho de maternar/cuidar pode ser realizado por qualquer pessoa que esteja disponível para fazê-lo, pois ele não é uma condição biológica como a amamentação, mas um trabalho intensivo que demanda muita disponibilidade física e emocional, em uma sociedade que valoriza a razão, autonomia e independência, atributos opostos àqueles necessários para essa tarefa, o que torna muito difícil para os homens pais assumirem parte desse trabalho. É claro que existem algumas poucas exceções, como é o caso de alguns países europeus, onde existe apoio institucional e social às famílias, traduzidos em: licença parental até três anos, podendo ser dividida igualmente entre mães e pais, os quais podem contar com subsídios financeiros adequados do governo. De acordo com Ann Marie Slaughter, “A mensagem final é que nunca conseguiremos igualdade de gênero entre homens e mulheres, a menos que valorizemos o trabalho de cuidar tanto quanto valorizamos o trabalho remunerado – ou quando ambos homens e mulheres o fizerem.” (SLAUGHTER apud O'REILLY, 2019, pg. 25).

## **2.2 – A maternidade patriarcal**

Segundo O'Reilly (2021b), a maternidade patriarcal é aquela que limita, regula, domina, oprime e desempodera as mulheres mães de diversas maneiras e em diferentes áreas, mas, principalmente, no desenvolvimento do seu trabalho de cuidar. Assim, constitui-se como uma prática antinatural, isto é, que estabelece regras de comportamento que se chocam com as reais necessidades e vivências das crianças e de suas mães, tonando-se muito prejudicial para ambas. E, ao mesmo tempo que restringe a atuação das mães, cobra-lhes a responsabilidade de preservar, nutrir e educar uma criança para que seja saudável, feliz e desenvolva todas as suas competências.

Em sua base, está a construção histórica do dualismo entre a “boa mãe” e a “mãe má”. As primeiras estão sempre disponíveis para seus filhos, e colocam as necessidades deles sempre acima das próprias, tornando-os o centro de suas vidas. Elas devem ser suas principais cuidadoras, mesmo que trabalhem fora de casa, o que não é bem-visto. Estão preocupadas com o desenvolvimento emocional e educacional de seus filhos, além de serem responsáveis por oferecer-lhes as oportunidades necessárias para tal. Ela é considerada amorosa, devotada, altruísta, generosa, nutridora, paciente, alegre e outros. Além disso, as “boas mães, como retratado na mídia ou cultura popular em geral, são brancas, heterossexuais, saudáveis, casadas e em uma família nuclear com geralmente um ou dois filhos” (O'REILLY, 2021b, pg. 52). As mulheres mães que não conseguem se encaixar nessas definições, por escolhas ou circunstâncias, são consideradas mães más.

A maternidade patriarcal, de acordo com a autora, também é sustentada por dez pressupostos ideológicos que se complementam, retroalimentam e a legitimam, a saber: essencialização, privatização, individualização, naturalização, normalização, idealização, biologização, especialização, intensificação e despolitização da maternidade. Em outras palavras, a maternidade patriarcal assume que a maternidade é fundamental e constitui a base da identidade feminina (essencialização); restringe o trabalho materno a esfera reprodutiva do lar (privatização); atribui a responsabilidade apenas a uma pessoa, a mãe (individualização); entende que apenas as mulheres sabem como ser mães devido ao seu instinto natural para a maternidade (naturalização); limita sua atuação e identidade à família nuclear, sendo ela a esposa nutridora – em todos os sentidos – e o marido o provedor financeiro (normalização); torna a criação dos filhos exaustiva, pois demanda uma alta dedicação a eles (intensificação) e deve ser intensamente orientada por especialistas (especialização); estabelece expectativas e ideais irrealizáveis para a grande maioria das mulheres (idealização); concebe a criação dos filhos e a maternidade como um trabalho privado, circunscrito a família nuclear, apolítico e sem importância social (despolitização); por fim, reconhece apenas a mãe biológica como sendo a única mãe real e genuína (biologização).

Esses pressupostos ideológicos fundamentam alguns dos principais conceitos teóricos sobre a maternidade patriarcal, descritos por O'Reilly em seu livro. São eles: *Mothering* versus *Motherhood* (Maternar versus Maternidade); Matrofobia; Conexão Mãe-Filha; Pensamento e Prática Materna; Reprodução da Maternidade; Senso Relacional próprio das Mães; Papel de Esposa; Subjetividade Dividida Pós-Feminista; Maternidade Normativa; Maternagem Intensiva; Novo Momismo; Ambivalência Materna e a Máscara da Maternidade. Nesse capítulo, apresentaremos apenas os três conceitos teóricos que, nas palavras da autora, são "(...) centrais dos estudos da maternidade, aqueles que informaram nossa compreensão da maternidade patriarcal e moldaram a maneira como os pesquisadores da maternidade fazem estudos sobre a maternidade" (O'REILLY, 2019a, pg. 19). São eles: *Mothering* versus *Motherhood* (Maternar versus Maternidade), Pensamento e Prática Materna, e Maternagem Intensiva.

### **Mothering versus Motherhood (ou Maternagem versus Maternidade)**

Um dos mais importantes livros sobre maternidade, que influenciou todo o campo de pesquisa sobre o tema, foi escrito em 1976, por Adrienne Rich, professora e feminista norte-americana: é *Da mulher nascida: a maternidade como experiência e instituição*. A autora defende que existem duas concepções para a maternidade, e que é de suma importância distingui-las. A primeira concepção é a maternidade como uma experiência (denominada *mothering* ou maternagem), que é estabelecida e coordenada pelas mulheres, baseada na relação potencial delas com sua capacidade reprodutiva e de cuidado com os filhos, e nas suas experiências como mães em seus cotidianos. De acordo com Rich, a maternagem é potencialmente empoderadora para as mulheres mães, uma vez que valoriza e está centrada em sua atuação genuína. A segunda concepção é a maternidade como uma instituição patriarcal (denominada *motherhood* ou maternidade), definida e controlada pelos homens, baseada na idealização da "boa mãe" e nas expectativas sociais de atuação impostas às mulheres. Ainda segundo a autora, essa maternidade é profundamente opressiva para as mães, pois visa controlar suas potencialidades, isolando-as e degradando-as. De acordo com O'Reilly, "A distinção de Rich entre maternagem e maternidade foi o que permitiu às feministas

perceberem que a maternidade não é natural, necessária ou inevitavelmente opressiva (...). Em vez disso, se libertada dos grilhões institucionais da maternidade, a maternagem pode ser vivenciada como um local de empoderamento e mudança social” (O'REILLY, 2021b, pg. 59). Essa distinção foi amplamente adotada pelos estudiosos da maternidade e a relação complexa entre elas, baseada na opressão e no empoderamento, tem sido o cerne de suas pesquisas há quarenta anos.

Além disso, Rich (1976) procurou evidenciar que essa concepção de maternidade vigente nas sociedades ocidentais patriarcais foi culturalmente construída ao longo do tempo, e continua sendo atualizada de acordo com as necessidades econômicas e sociais de cada período. Nos primeiros capítulos de seu livro, a autora traçou a história da construção do conceito de maternidade patriarcal, analisando as mudanças ocorridas nas experiências de maternidade desde as culturas neolíticas – que cultuavam deusas da coleta e da caça e na qual a maternidade era entendida e vivenciada como um lugar de poder das mulheres –, passando pelo início do período agrícola – no qual essa experiência das mulheres como mães começou a ser reprimida e controlada, isto é, destituída de seu poder –, até sua dominação e domesticação após a industrialização e o surgimento da imagem da mãe casta e santa no discurso sobre maternidade do período Vitoriano (1837-1901) que veio a seguir.

A partir desse momento, duas características da maternidade patriarcal moderna consolidaram-se: uma, assume a maternidade como natural para todas as mulheres e enxerga a criação dos filhos como responsabilidade apenas das mães biológicas; a outra, assume que todo o trabalho materno é responsabilidade apenas das mães, sendo que elas não tem o poder de determinar sob quais condições irão exercê-lo. Ambas as características são bastantes opressivas, pois negam a cada mãe sua individualidade e autonomia para decidir e criar sua própria experiência de maternidade, e expressam que elas são as únicas que têm as capacidades essenciais (amor e instinto) para realizar todo esse trabalho de cuidado – e que essas capacidades são muito diferentes daquelas necessárias (razão e objetividade) para executar um trabalho remunerado. Segundo O'Reilly, o dever de amar incondicionalmente em período integral “(...) é a crença definidora da ideologia da

maternidade patriarcal que decreta e reforça os mandatos ideológicos da essencialização, naturalização, privatização e individualização” (2021b, pg. 58).

O conceito de maternidade patriarcal tornou-se o discurso normativo aceito nas sociedades ocidentais, e isso tem provocado a discriminação e a deslegitimação de todas as outras experiências de maternidade, além da patologização e medicalização das mulheres mães que não se encaixam nesse conceito e, conseqüentemente, de seus filhos. Dessa maneira, o poder das mães de desafiar e transformar esse tipo de maternidade, que as oprime, é bastante restringido, ao mesmo tempo em que se torna extremamente necessário recuperá-lo. Por isso, é importante ressaltar que, se a maternidade patriarcal é uma instituição socialmente construída, ela pode, e deve, ser desconstruída e modificada, e é urgente que encontremos caminhos para essa mudança. O legado de Rich, ao separar a maternidade da maternagem, parece ser justamente o de abrir uma fenda no sistema patriarcal para a articulação de novos discursos sobre o tema e o surgimento de caminhos possíveis para uma maternidade empoderada.

### **Pensamento materno e prática materna**

Uma das pensadoras e filósofas feministas mais importantes para os estudos da maternidade, Sara Ruddick, dedicou suas pesquisas a entender a prática materna (o que Rich (1976) nomeou como *mothering* ou maternagem) e o pensamento materno, e como a primeira informa, qualifica e ajuda a construir a segunda. Em seu livro, *Pensamento Materno: Rumo a uma Política de Paz*, publicado em 1989, a autora resalta que o pensamento materno emergiu como uma disciplina específica de estudo, baseada na necessidade de reflexão sobre a prática materna. De acordo com Rudick (1989), o pensamento materno consiste em um conjunto de ideias, valores e atitudes que tem origem e são elaborados a partir do engajamento das mães na prática materna, que é composta pelas atividades de proteger/preservar, nutrir e treinar seus filhos. Segundo O'Reilly, “ela teoriza o óbvio: as mães pensam” (2021b, pg. 64).

Em outras palavras, não basta cozinhar o almoço, é preciso antes lembrar que ele precisa ser feito, decidir qual será a comida, planejar as compras e, por fim, modificar a receita, caso falte algum dos ingredientes necessários. Delegar essas

atividades, também não é suficiente para uma divisão igualitária das responsabilidades entre mães, pais e/ou cuidadores, por exemplo, pois ainda se fará imprescindível realizar todo o gerenciamento necessário para qualquer ação. Quando uma pessoa realmente compromete-se com a prática materna, o pensamento materno torna-se constante, e é quase impossível desativá-lo. Portanto, o trabalho materno (prática e pensamento) é intrinsecamente uma atividade intelectual. Isto também significa dizer que o trabalho materno não é natural ou instintivo para as mulheres (elas sempre sabem o que fazer), nem determinado biologicamente (apenas as mães biológicas podem executá-lo) ou sentimentalmente (basta amar seus filhos para realizá-lo).

No entanto, não podemos negar que, ao longo da história, as mulheres têm apreendido com suas mães, avós, tias e outras, assim como com a sociedade de maneira geral, a como realizar todo esse trabalho desde sua infância e que este é entendido como sua responsabilidade. Nesse sentido, a contribuição fundamental de Ruddick (1989) foi permitir aos estudiosos da maternidade que a sucederam a análise em separado do trabalho materno e da identidade da mulher mãe e, em certo grau, da maternidade patriarcal. Isso evidenciou que a realização desse trabalho é o que provoca mudanças nas mulheres e que as tornam mães – e não sua condição biológica, física ou emocional –, e que engajar-se nas atividades que o compõem é um processo voluntário e consciente das mulheres e que, portanto, este pode ser executado por quem quiser se comprometer a realizá-lo, inclusive pelos homens. Ao propor o reposicionamento da palavra mãe (mother) de um pronome – isto é, do sujeito – para um verbo – ou seja, para uma ação (to mother ou maternar) –, a autora desvincula o trabalho materno do gênero feminino.

O primeiro trabalho das mães, e o principal objetivo de toda prática materna, é proteger, manter seguro e preservar a vida de seus filhos. Para isso, de acordo com Ruddick, é preciso estar atento para enxergar as vulnerabilidades e necessidades inerentes ao bebê/criança para conseguir cuidá-la e protegê-la adequadamente. A segunda ação, na verdade, é composta por dois trabalhos: o de nutrir o crescimento tanto emocional quanto intelectual dos filhos. A nutrição, para o desenvolvimento dos bebês/crianças, nesses dois sentidos, é gradual e bastante complexa, além de poder ser facilmente prejudicada, dependendo do contexto geral no qual isso acontece. Esse

é o trabalho que estrutura o pensamento materno. O terceiro trabalho consiste em treinar os filhos para a aceitação social. Aqui, é a demanda da sociedade em que se vive que determina o trabalho que precisa ser feito, e não as necessidades físicas, emocionais ou intelectuais dos bebês/crianças, gerando muitas confusões e dúvidas. As estratégias de treinamento variam, desde manipuladoras até educativas, e assumem todas as possibilidades entre elas.

Para as mães que refletem sobre a sua prática materna, apesar desses três afazeres serem concomitantes no seu cotidiano, é possível identificá-los separadamente, porque estão quase sempre em conflito. Principalmente em relação ao trabalho de treinamento que, ao buscar atender expectativas de uma sociedade patriarcal e capitalista em relação aos seus bebês/crianças, pode prejudicar os trabalhos de preservar a vida, em toda sua complexidade, além de nutrir o desenvolvimento emocional e intelectual de seus filhos. Como consequência desse contexto, que imputa as mães a responsabilidade pelo desenvolvimento dos filhos, mas as deixam sem o poder real de decisão, a autora afirma que o pensamento materno se torna, de maneira geral, inautêntico – as mães passam a negar para si mesmas seus valores e percepções, e assumem os valores vigentes da nossa sociedade ocidental – e preocupado com o bem-estar dos demais – cedendo sua autoridade como mãe aos outros (pais, professores, avós, entre outros). Ruddick (1989) nomeou este fenômeno de Inautenticidade Materna, um conceito central e fundamental para entendermos a maternidade patriarcal, que resulta na perda de confiança por parte das mães em si mesmas, em suas ideias, valores e atitudes (pensamento materno), e em sua capacidade de proteger/preservar, nutrir e treinar seus filhos (prática materna). Entretanto, de acordo com O'Reilly "(...) o conceito de Ruddick de pensamento materno permitiu às mães "trabalharem juntas" e possibilitou a articulação das vozes maternas agora ouvidas na teoria e no campo mais amplo dos estudos da maternidade" (O'REILLY, 2021b, pg. 70).

## **Maternidade intensiva**

A versão mais atual do modelo e do discurso da maternidade patriarcal é denominada maternidade intensiva. De acordo com O'Reilly (2021b), este é um fenômeno que surgiu no final dos anos 1980 e início da década de 1990 como uma reação ao capitalismo neoliberal, que emergiu nesse período, e que provocou mudanças culturais, políticas, sociais e econômicas importantes para a sociedade de maneira geral. Além disso, a maternidade intensiva também se constitui a partir do discurso e do modelo normativo de maternidade do período anterior a este, denominada maternidade de custódia. Esta última, nasce da necessidade de uma grande reestruturação da sociedade ocidental após a Segunda Guerra Mundial, em um momento em que a força de trabalho das mulheres que estava dedicada à guerra, que, com o fim do conflito, precisava ser realocada para dentro de casa. Dessa maneira, a boa mãe passa a ser aquela que está em casa, cuidando dos afazeres domésticos e da família, e os papéis de gênero são redesenhados.

Sharon Hays, socióloga e pesquisadora sobre gênero e família, em seu livro *Contradições Culturais da Maternidade*, lançado em 1996, cunhou o termo maternidade intensiva, e elaborou o conceito afirmando que esta fundamenta-se em três proposições, a saber: a principal cuidadora dos filhos é a mãe; a maternidade (e todo o trabalho materno) é mais importante que o trabalho remunerado; e a maternidade demanda uma grande quantidade de tempo, energia e recursos materiais (dinheiro) dedicados às crianças. Para O'Reilly (2021b), as duas primeiras proposições são características fundamentais da maternidade de custódia, que compreende principalmente o período entre 1946 e o fim dos anos 1980, mas que ainda estão presentes no discurso sobre maternidade intensiva. Já a terceira proposição é um atributo basilar apenas da maternidade intensiva, que emerge da maternidade de custódia no início da década de 1990 e que se torna o discurso vigente, distinto do primeiro e bastante específico desse período histórico.

Em outras palavras, enquanto na maternidade de custódia o foco e o tempo das mães eram dedicados a manter os afazeres domésticos em dia e estar sobretudo presente fisicamente em casa para os filhos – já que eles estavam ocupados, brincando fora de casa com as outras crianças da vizinhança –, na maternidade

intensiva “(...) as mães precisam estar continuamente sintonizadas com as necessidades psicológicas, emocionais ou cognitivas de seus filhos” (O’REILLY, 2021b, pg. 84), além de dedicar-lhes o denominado “tempo de qualidade”, isto é, tempo para estar com eles brincando, lendo, fazendo aulas juntos, entre outras coisas, investindo bastante tempo, energia e dinheiro nessas atividades. Não é por acaso que, com o advento do discurso da maternidade intensiva, duas das dez suposições patriarcais se estabelecem: a intensificação, pois a criação dos filhos torna-se exaustiva ao demandar uma alta dedicação a eles (tempo, energia e recursos), e a especialização, que estabelece que a maternidade deve ser intensamente orientada por especialistas (médicos, terapeutas e outros). Hoje em dia, as mães gastam mais tempo, energia e dinheiro com os filhos do que na década de 1960, mesmo trabalhando fora em tempo integral, contando com ajudantes e equipamentos que reduzem o tempo de trabalho doméstico, além de terem menos filhos.

De acordo com O’Reilly (2021b), a maternidade intensiva tem seis princípios no total, a saber: (1) apenas a mãe biológica pode cuidar adequadamente de seus filhos; (2) este é um trabalho em tempo integral (24 horas / 7 dias da semana); (3) as necessidades da criança estão em primeiro lugar; (4) deve-se procurar os especialistas para saber como atuar com os filhos; (5) a maternidade deve satisfazer a mãe por completo; e (6) as mães devem dispor de muito tempo, energia e recursos materiais na criação de seus filhos. Hays, dentre outras autoras, corroboram com essa lista, como Linda Ennis, organizadora do livro *Maternidade Intensiva: Contradições Culturais da Maternidade Moderna* (2014) que, em seu texto, revisita o conceito cunhado por Hays, e nos oferta exemplos concretos da atuação da boa mãe, como a vida social das mães que acontece de acordo com a dos filhos. Ennis menciona também Susan E. Chase e Mary Rogers, que, em seu livro *Mães e Crianças: Análise Feminista e Narrativas Pessoais* (2001), afirmam que, acima de tudo, a mãe é altruísta. Referenciam ainda Bonnie Fox que, em seu artigo *Maternidade como um ato de classe: As muitas maneiras nas quais a ‘Maternidade Intensiva’, está emaranhada com a classe social* (2006), chama a atenção para o aumento vertiginoso das expectativas em relação ao trabalho materno e como esse fenômeno está vinculado à situação da classe média.

Em suma, a maternidade intensiva é um modelo de trabalho materno centrado na criança – isto é, na busca do cuidado adequado para o seu bem-estar e para o pleno desenvolvimento de suas capacidades –, e recente, mas que foi sendo construído em resposta às mudanças na sociedade ocidental ocorridas ao longo da história. Seu foco e seu surgimento como norma, na década de 1990, fazem sentido quando percebemos que isso acontece em paralelo à retomada e ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, ou seja, quando elas saem de casa novamente para realizar outros trabalhos e, assim, adquirem a independência financeira. Além disso, houve, nesse período, o surgimento da ideologia neoliberal, que deteriorou o apoio governamental em termos de serviços prestados às mães e aos seus filhos. “Com a privatização e desregulamentação, muitos dos serviços outrora prestados pelo governo – escola, educação, cultura, artes, recreação, saúde, exercícios físicos e cuidados – foram atribuídos às mães” (O’REILLY, 2021b, pg. 93).

Outra característica que marca esse período, é que as mulheres, principalmente as da classe média e as altamente educadas, além de poderem decidir ter menos filhos, passaram a postergar a maternidade, até alcançarem uma posição estável em suas carreiras profissionais, o que costuma acontecer por volta dos trinta anos. A maternidade intensiva, para as mulheres que decidem parar de trabalhar fora e voltar para casa após o nascimento dos filhos, torna-se uma continuação da sua vida profissional, com dias cheios de compromissos para (e com) as crianças, uma vez que muitas têm estabilidade financeira para tal, além de ajuda doméstica. E, para aquelas mães que decidem não parar de trabalhar, ou que escolhem retomar suas carreiras, após um certo período em casa, a maternidade intensiva acontece à noite e/ou nos finais de semana, para compensar os sentimentos de culpa e ambivalência que essas mulheres possam sentir.

Além disso, essas mães que possuem renda própria e/ou têm autonomia para decidir como será utilizado o orçamento doméstico, tornam-se as consumidoras daquilo que acreditam que as crianças precisam e, também, do que seus filhos querem. Além disso, são influenciadas em seu comportamento, tanto pelas teorias psicológicas quanto pelas descobertas científicas de sua época, acerca do desenvolvimento emocional, comportamental, intelectual e social das crianças. Atualmente, destaca-se a

importância dada aos cinco primeiros anos do desenvolvimento infantil como cruciais para que essas crianças cresçam e tornem-se adultos autônomos, felizes e bem-sucedidos. Acrescenta-se a esse contexto também, a crença dos pais de que ao praticarem a maternidade intensiva, seus filhos conseguirão manter sua classe social no futuro. Para O'Reilly “criar uma criança hoje (...) demanda mais tempo, energia e dinheiro do que criar quatro no período pós-guerra (...) De fato, as demandas feitas às mães hoje não têm paralelo na história” (2021b, pg. 89).

De acordo com a pesquisa de Bonnie Fox (2006), sobre a relação entre a maternidade intensiva e a classe social, parece que as mães da classe média são aquelas que dispõem dos requisitos necessários para praticarem a maternidade intensiva, a saber: dinheiro e/ou segurança financeira; tempo e/ou senso de propriedade do seu tempo; e a percepção de si mesma como competente e eficaz, que permite a elas enfrentarem os desafios desse tipo de maternidade, mesmo que alguns de seus princípios sejam inalcançáveis. Portanto, a maternidade intensiva passou a ser vista como um marcador social da classe média, um privilégio. Porém, por ser um marcador claramente de gênero específico, isto é, suas demandas recaem sobre as mulheres, ele pode ajudar a diminuir o status social das mães e reforçar o status social dos pais, pois, em nossa sociedade, o trabalho remunerado continua sendo mais valorizado socialmente que o trabalho de cuidado.

A professora e socióloga Margaret K. Nelson, em seu livro *Parentalidade fora de controle: pais ansiosos em tempos incertos*, lançado em 2012, assegura que os profissionais da classe média, quando tornam-se mães e pais, escolhem se engajar na maternidade intensiva – ou na parentalidade fora de controle, nas palavras da autora –, porque sentem uma certa nostalgia ao imaginar (ou lembrar) como eram as famílias antigamente; passam a preocupar-se com os perigos aos quais as crianças estão expostas atualmente, e sentem uma grande ansiedade com relação ao futuro de seus filhos. Por isso, buscam muitas atividades e experiências, além da escola, para prover o melhor capital cultural, social e econômico para eles. Assim, pretendem reproduzir e garantir, de maneira segura, a classe social dos filhos no futuro.

No entanto, para O'Reilly (2021b), a ansiedade que acomete esses profissionais da classe média em relação ao futuro dos filhos não é fruto diretamente da

necessidade de manter e garantir a sua posição social e seus privilégios de classe. Segundo a autora, essa ansiedade é resultante de um contexto econômico e político específico da atualidade, denominado neoliberalismo. De acordo com a antropóloga social Melinda Vandenberg Giles, autora do livro *Maternidade na Era do Neoliberalismo*, publicado em 2014, as mulheres foram afetadas negativamente por essa ideologia, de três maneiras: as políticas neoliberais empobreceram ainda mais as mulheres, que já eram mal remuneradas, e constituíam a maioria entre os mais pobres do mundo; o apoio institucional às mães e seus filhos, como licença maternidade e creches, foram reduzidos drasticamente junto com as reduções de gasto do Estado; e o neoliberalismo continua sendo um paradigma masculino, ou seja, são os homens que seguem controlando o fluxo de bens e capital, mesmo com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, pois são os valores masculinos como razão, independência, objetividade e outros, que seguem vigentes.

Em resumo, é a ideologia neoliberal da década de 1990 que cria as condições sociais, culturais, políticas e econômicas que deixam os pais ansiosos com o futuro incerto dos filhos e que impulsiona o surgimento da maternidade intensiva, como uma solução para aliviar esse sentimento por meio da tentativa de manutenção da classe social e dos privilégios dos seus filhos. Mais que isso, a maternidade intensiva torna-se o discurso normativo de maternidade patriarcal vigente, e como tal, permeia toda a sociedade, sua produção intelectual, artística, científica, política e outras, servindo para controlar a vida das mulheres, mais especificamente daquelas que são mães. Essa narrativa causa uma sensação de inadequação, vergonha, culpa e fracasso, uma vez que a maternidade intensiva é inalcançável. É interessante notar que seu surgimento acontece justamente quando as mães estão conquistando cada vez mais sua independência social e econômica, ganhando espaço e confiança. Muitas mulheres entendem e vivenciam a maternidade é como algo incompatível com o trabalho remunerado, e decidem deixá-lo para cuidar dos filhos. Dessa maneira, a maternidade é (re)utilizada como um regulador socioeconômico das mulheres em um contexto patriarcal.

Em resumo, O'Reilly (2021b) assevera:

A maternidade intensiva funciona como um discurso de reação para desfazer as conquistas do feminismo por meio da redomesticação das mulheres. A maternidade intensiva, assim, argumenta, surge como a ideologia normativa e prática da maternidade na década de 1990, tanto em resposta às mudanças demográficas (discutidas anteriormente) e à ascensão do neoliberalismo, quanto como uma reação ao avanço das mulheres nas décadas anteriores (O'REILLY, 2021b, pg. 94).

A autora também esclarece porque a maternidade intensiva continua sendo considerada o melhor modelo para a criação dos filhos, citando Petra Bueskens: “A infância e a primeira infância são períodos de alta dependência emocional e física e, além do mais, isso não é uma pura invenção da ciência patriarcal’ (...) ‘O problema não é a realidade dessa exigência, mas sim que a satisfação dessa necessidade passou a ser exclusivamente e isoladamente responsabilidade das mães biológicas” (BUESKENS, 2021, pg. 97).

### **2.3 – A maternidade empoderada**

Mais uma vez, Rich (1976), em seu livro *Da mulher nascida: a maternidade como experiência e instituição*, traz uma enorme contribuição para a área de estudos maternos, ao propor a inversão das definições de boa mãe (motherhood, ou maternidade patriarcal) e de mãe má (mothering, ou maternagem). Para a autora, a boa mãe, na verdade, é a mãe má, na nossa sociedade ocidental e patriarcal. É aquela que subverte as regras do patriarcado, que se conecta com a sua experiência e exerce a sua própria maternagem, e não aquela que busca alcançar um ideal construído fora de si, de sua vivência, isto é, a maternidade patriarcal. A autora também nos chama a atenção sobre o poder que esta maternidade retira das mulheres mães ao construir e impor discursos que, na maioria das vezes, não refletem a realidade do trabalho materno e nem do desenvolvimento infantil. De acordo com O'Reilly, “O objetivo da maternidade empoderada é reivindicar esse poder para as mães e imaginar e implementar um modo de maternidade que mitiga as muitas maneiras pelas quais a

maternidade patriarcal, tanto discursiva quanto materialmente, regula e restringe mães e filhos” (2021b, pg. 101).

A maternidade empoderada, segundo O’Reilly (2021b), constitui-se como uma contra narrativa ao discurso vigente, pois procura resistir ao patriarcado, e reformar e/ou recusar seu ideal de maternidade por meio de práticas maternas desenvolvidas com a experiência de ser mãe, dia após dia. Porém, suas manifestações ainda precisam ser mais bem documentadas, representadas e construídas pelas estudiosas feministas da maternidade, para que seja totalmente definida pelo que ela é, e não pelo seu oposto, ou seja, pela maternidade patriarcal. Isso se reflete na quantidade de diferentes nomenclaturas para o mesmo fenômeno: maternidade corajosa, radical, rebelada, fora da lei, transgressiva, pélvica e outras. Esses termos são utilizados por diferentes autoras para definir o que O’Reilly nomeia de maternidade empoderada. A autora afirma que usa “(...) o termo ‘maternidade empoderada’ para significar práticas maternas que resistem e recusam a maternidade patriarcal para criar um modo de maternidade que empodera as mulheres” (2021b, pg. 102).

Nos últimos 30 anos, pesquisadoras e ativistas feministas, ao redor do mundo, têm se interessado pelo empoderamento das mães, tanto na esfera privada quanto na pública, e colocado este tema como central em suas produções. A conclusão a que chegaram é que, diante dos padrões impossíveis de serem alcançados, propagados pelo discurso vigente da maternidade, da desvalorização e invisibilização do trabalho materno (pensamento e prática), da incompatibilidade deste com o trabalho remunerado, dentre outras questões, tornar-se mãe é um processo desempoderador e opressivo para as mulheres em nossa sociedade. Já a maternidade empoderada, ao desafiar essas questões, permite às mães sentirem-se bem consigo mesmas, e assim serem melhores mães para seus filhos, serem mulheres mais felizes e saudáveis, além de mais produtivas em seus trabalhos remunerados, pois realizam seu papel materno de maneira confortável, com competência e confiança em si mesmas e nas suas escolhas. O’Reilly sustenta que “No geral, a maternidade empoderada permite que as mães efetuem mudanças reais e duradouras em suas vidas, nas vidas de seus filhos e na sociedade em geral” (2021b, pg. 103).

Petra Bueskens, psicoterapeuta, pesquisadora e escritora australiana, em seu livro *Maternidade moderna e dupla identidade feminina: reescrevendo o contrato sexual*, de 2017, propõe uma reconstrução da dinâmica de gêneros (ou da divisão sexual do trabalho) dentro de casa, por meio do que a autora definiu como “ausência estratégica da mãe”. Em outras palavras, sem a presença da mãe dentro de casa, as outras pessoas que moram e/ou convivem com os filhos dessa mulher precisam se (re)organizar para incluir em suas vidas o trabalho materno. A autora entrevistou quinze mães que praticaram a ausência estratégica, e constatou que a prática conseguiu transformar as relações entre mães e pais, e/ou outros cuidadores, além de colaborar para a (re)construção de sua identidade individual. Para Bueskens, a mulher tem duas identidades: a identidade materna e a identidade individual.

Erica Horwitz, psicóloga feminista e pesquisadora da maternidade, em sua tese de doutorado intitulada *A resistência das mães ao discurso dominante ocidental sobre a maternidade*, de 2003, para a qual realizou uma pesquisa qualitativa com quinze mães empoderadas, definiu sete pontos que caracterizam esse tipo de maternidade, a saber: é importante que as mães satisfaçam as suas necessidades; uma mulher não consegue atender as suas necessidades sendo apenas mãe; é preciso envolver outras pessoas na criação dos filhos; sempre questionar as expectativas que a sociedade impõe às mães; desafiar as práticas parentais convencionais; o desenvolvimento dos filhos não é responsabilidade apenas de suas mães; e, por fim, contestar que o amor seja o único sentimento que uma mãe possa ter em relação aos filhos.

De acordo com O'Reilly, as pesquisas qualitativas sobre maternidade empoderada são escassas e, tanto o livro de Bueskens quanto a pesquisa de Horwitz, são notáveis, mesmo que adotem apenas o ponto de vista das mães brancas, de classe média, e heterossexuais. Por isso, a autora tem procurado desenvolver uma teoria sobre maternidade empoderada baseada nas práticas de resistência contra a maternidade patriarcal empregadas por mães de diversas situações culturais, na busca pela sua identidade e experiência de empoderamento. É importante ressaltar a definição de empoderamento que O'Reilly utiliza, estabelecida por Wanda Thomas Bernard e Candace Bernard, que compreende nomear, analisar e desafiar a opressão. Para que o empoderamento ocorra, os autores reforçam que, primeiro, é necessário

desenvolver uma consciência crítica de sua situação, pois sem ela não é possível identificar a opressão para em seguida nomeá-la; depois analisá-la, para obter certo controle da situação e ter a capacidade de fazer escolhas; e desafiá-la, engajando-se em uma ação coletiva.

Em resumo, O'Reilly afirma que, “Mais incisivamente, o objetivo abrangente da maternidade empoderada, eu argumento, é conferir às mães a agência, autoridade, autenticidade, autonomia e ativismo de causa que são negados a elas na maternidade patriarcal” (2021b, pg. 104). Por agência, a autora entende a capacidade das mães em agir para facilitar a própria autoridade e poder, desafiando assim as limitações que a maternidade patriarcal impõe a elas. A autenticidade é compreendida como a habilidade de manter-se fiel a si mesma na maternidade e a coragem para confrontar os princípios dominantes. A autora define autoridade e autonomia como a confiança e a convicção em si, valorizando suas percepções e princípios, o poder das mães dentro de casa e a sua capacidade de definir suas práticas maternas e suas vidas. Por último, o ativismo de causa evidencia as dimensões sociais e políticas do trabalho materno, tanto na esfera privada quanto na pública.

Sendo assim, a maternidade empoderada contradiz a maternidade patriarcal, ao incluir várias possibilidades de identidade para as mães (solo, jovens, mais velhas, pobres, trabalhadoras assalariadas, e outras) e de práticas maternas (como a criação compartilhada dos filhos com a comunidade). Ela também contesta a ideia de família patriarcal, ao mostrar que são várias as tipologias familiares das mães empoderadas (solteira, matrifocal, mista, substituta e outras). Por fim, ela redefine o trabalho materno como um lugar de poder e um trabalho comprometido socialmente, capaz de provocar mudanças dentro de casa (por meio de uma educação feminista dos filhos) e na sociedade (por meio do ativismo materno, onde mães usam de sua posição para buscar por mudanças sociais e políticas).

A maternidade empoderada, ao abrir o leque de possibilidades nessas quatro áreas – maternidade, família, criação dos filhos e ativismo – e oferecer às mães os atributos que lhes são historicamente negados na maternidade patriarcal – agência, autoridade, autenticidade, autonomia e ativismo de causa –, torna a experiência materna muito melhor, tanto para as mães privilegiadas (que se vêm livres de alcançar

aquele ideal da maternidade patriarcal) como para aquelas marginalizadas (que veem seu trabalho materno ser valorizado) e permite que ambas percebam e lutem contra as suas opressões. Nas palavras de O'Reilly "Mulheres privilegiadas (...) com mais recursos e status na maternidade, geralmente são menos capazes ou propensas a perceber e se opor à sua opressão" (2021b, pg. 109), enquanto que "(...) mães não normativas – sejam elas definidas e categorizadas como tal por idade, raça, sexualidade ou biologia – nunca podem ser as "boas" mães da maternidade normativa, então elas devem confiar e desenvolver práticas não patriarcais de maternidade para criar seus filhos" (2021b, pg. 110). Suas práticas consistem em dividir os cuidados, o trabalho e a responsabilidade da criação dos filhos com outras mães, mulheres, e com sua comunidade em geral. Isto é, essas atividades não são exclusivas das mães biológicas, e elas não ficam sozinhas e isoladas em suas casas, como na maternidade patriarcal. Além disso, as mães empoderadas são mães melhores para seus filhos, porque elas possuem os recursos necessários para defendê-los e protegê-los, seja por meio da educação e dos cuidados que oferecem para eles ou através do seu ativismo, na busca por mudanças sociais e políticas.

Mais especificamente, mães empoderadas desafiam e mudam, em casa e no mundo em geral, os papéis de gênero que envolvem as crianças e os danos do sexismo, racismo, classismo e heterossexismo em geral. Acredito que o patriarcado resiste à maternidade empoderada precisamente porque entende seu poder real de provocar uma revolução cultural verdadeira e duradoura (O'REILLY, 2021b, pg. 108).

## CAPÍTULO 3

### O TEATRO DO OPRIMIDO

#### 3.1 – O que é Teatro do Oprimido (TO)

O Teatro do Oprimido (TO) foi desenvolvido por Augusto Boal, ator, dramaturgo, diretor e teatrólogo brasileiro, ao longo de mais de vinte anos de atuação e pesquisas no Brasil e no exterior, principalmente durante os anos em que viveu em outros países da América Latina como exilado político, devido à ditadura militar brasileira, situação que contribuiu de maneira contundente para lançar as bases desse método e para o início da sua sistematização, apresentada no livro intitulado “Teatro do Oprimido e outras Poéticas Políticas”, publicado em 1973. Em sua primeira página, Boal afirmava que: “(...) todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem, e o teatro é uma delas. Os que pretendem separar o teatro da política pretendem conduzir-nos ao erro – e essa é uma atitude política” (2013, pg. 13).

Desde o início de sua trajetória no teatro brasileiro, em 1956, ano em que foi convidado a integrar o Teatro de Arena em São Paulo, Boal buscou dialogar com a realidade política e social de sua época. Até aquele momento, os grupos teatrais brasileiros criavam espetáculos baseados na estética europeia (o chamado “teatrão”), em edifícios teatrais com palco italiano (espaço de palco e plateia bem definidos e separados), com textos de autores estrangeiros, atores advindos de uma elite artística, interpretação e produção impecáveis e patrocinado por empresários, aos moldes do que Boal definiria em seu livro como “o sistema trágico coercitivo de Aristóteles”, ou seja, o teatro que atende as demandas da classe dominante, impondo sua visão de mundo aos espectadores, e que é opressor com as demais classes, por apresentar um mundo perfeito e fechado em si mesmo sem espaço para a interação com o público (BOAL, 2013).

Segundo Boal, “Teatro’ era o povo cantando livremente ao ar livre: o povo era o criador e o destinatário do espetáculo teatral, (...). Era uma festa em que podiam todos livremente participar.” (2013, pg. 13). O fazer teatral foi sendo modificado com o surgimento da aristocracia ateniense, que percebeu a importância e o potencial

inerente a essa manifestação ao influenciar o povo, e decidiu utilizá-la a seu favor. Primeiro, separando as pessoas entre atores (aqueles que podem agir) e espectadores (aqueles que só podem assistir), e depois, dividindo os atores entre protagonistas (imagem da classe dominante, que detém o poder de agir), enquanto os outros seriam o coro (imagem do povo, que assiste aos acontecimentos sem poder intervir). E assim, eram realizadas as peças teatrais até aquele momento.

O Teatro de Arena surge com a intenção de romper com esse padrão, buscando apresentar textos modernos realistas (ainda estrangeiros, porque nacionais não havia) e interpretações brasileiras (e não a simples imitação de interpretações de atores estrangeiros), em um teatro com formato de arena que, além de baratear as produções por reduzir o uso de grandes cenários, valorizava a dramaturgia e a interpretação, por permitir ao público assistir ao espetáculo de todos os ângulos possíveis e sem adornos desnecessários. Essa foi a primeira fase do Arena, a qual propiciou, pouco tempo depois, o surgimento do Laboratório de Interpretação e do Seminário de Dramaturgia para ancorar o trabalho do grupo, dando início a sua segunda fase, denominada nacionalista, por se configurar em um teatro feito por brasileiros e para brasileiros. Essa etapa foi um grande sucesso para companhia, que pode fazer um levantamento fotográfico da realidade e permitiu a sua consolidação no cenário teatral brasileiro. Ela coincidiu com a fase do nacionalismo político no Brasil, cujo fato mais marcante foi a inauguração de Brasília.

Mas, após quase cinco anos, suas limitações em apresentar o cotidiano do público, para ele mesmo, começaram a ser sentidas, e foi preciso superá-la. A terceira fase do Arena foi a de nacionalização dos clássicos, ou seja, de adaptação de textos estrangeiros à realidade brasileira, identificando os paradigmas universais que estavam sendo trabalhados nessas peças clássicas e mostrando como eles atuavam na sociedade brasileira, a depender das questões sociais que o grupo gostaria de debater no momento. Para isso, personagens e contextos sociais eram adequados ao nosso povo e as nossas realidades. A ênfase do trabalho desenvolvido por Boal, nesse período, deslocou-se das questões ordinárias, do dia a dia, do personagem em si, e passou a olhar para o contexto social brasileiro amplo, para a interpretação do coletivo como grupo social, para questões consideradas universais. Essa fase precedeu o golpe

militar no Brasil, que ocorreu em 1964, e teve forte cunho crítico político e social, que se ampliou nos anos seguintes.

A última fase do Teatro de Arena, iniciada nesse mesmo ano, foi marcada por musicais como o Opinião (em parceria com o Grupo Opinião no Rio de Janeiro), que estreou logo após o golpe militar – Arena conta Zumbi (1965) e Arena conta Tiradentes (1966). Juntar as duas fases anteriores, ou seja, as questões que são próprias do indivíduo/personagem (com o uso de notícias de jornais daquele ano) com as questões que são maiores que ele, de um contexto social amplo ou ditas universais (identificando os paradigmas por trás dos mitos), era o objetivo desses trabalhos. Isso acarretou diversas inovações importantes para a cena teatral, tanto em termos de interpretação, estilo e estética quanto de interação com o público, e o surgimento das bases do que viria a ser o método do Teatro do Oprimido: o Sistema Coringa e, mais tarde, a participação do público no fazer teatral.

Segundo Boal, “Zumbi culminou a fase de ‘destruição’ do teatro, de todos os seus valores, regras, preceitos, receitas etc.” (BOAL, 2013, pg. 174), sendo o Sistema Coringa uma das principais técnicas utilizadas para tal. Consistia em todos os atores representarem todos os personagens, em um sistema de troca de papéis por cenas ou por apresentações, que colocava os atores como um coletivo narrador daquela história e quebrava com a divisão entre atores protagonistas e os demais atores da peça. Outros recursos utilizados para construir essa experiência foram a música, que tem o poder de envolver o público de forma lúdica na história, e uma mistura de gêneros e estilos teatrais que mudavam de acordo com as cenas e seus objetivos. Todas essas técnicas, juntas, culminaram num alto grau de abstração mental, gerando distanciamento e falta de conexão e empatia do público para com a peça e os seus personagens. Apesar disso, Zumbi foi o maior sucesso de público e artístico do Teatro de Arena, pela história que resolveu contar em plena ditadura e porque abriu caminhos para um novo fazer teatral.

Em Tiradentes, utilizou-se também o Sistema Coringa, mas com duas alterações que visavam recuperar a conexão e empatia com o público e abrir um espaço de reflexão com ele: o ator que interpretava o protagonista não trocava de personagens como os demais atores, possibilitando à plateia identificar-se com ele. Criou-se um

personagem denominado Coringa, que analisava e comentava os acontecimentos da história para o público, podendo entrar e sair das cenas quando e como fosse necessário, além de assumir diversos papéis, inclusive o protagonista, tal qual um curinga de baralho. Para que essa estrutura de elenco funcionasse, a peça passou a ter uma estrutura de espetáculo bem definida, que assegurava uma base sobre a qual era possível também ser criativo sem cair no “caos” como em Zumbi. Apesar de Tiradentes ter apresentado uma proposta nova de fazer teatral, o Sistema Coringa, este foi utilizado poucas vezes depois. Porém, ao longo dos anos seguintes, o personagem Coringa continuou evoluindo, até tornar-se o especialista e facilitador da metodologia e das técnicas do Teatro do Oprimido.

De acordo com Sanctum, o que o Teatro de Arena estava fazendo “Era um teatro didático que procurava dar conselhos aos oprimidos para que modificassem a sua realidade. E as peças sempre terminavam incitando a plateia a tomar partido a favor de alguma causa (...)” (2012, pg. 31). Era considerado também um Teatro Político, pois o fazer teatral estava subordinado a uma causa política específica que buscava a libertação dos oprimidos. Em seu livro, Sanctum conta o episódio no qual Boal deu-se conta das limitações desse tipo de teatro quando Virgílio, líder de um acampamento campesino no Nordeste, ao final de uma das apresentações teatrais do Arena, convidou a todos para, junto com seu grupo de camponeses, invadir uma fazenda improdutivo. Depois de um diálogo bastante complicado, Boal deu-se conta de que os atores compartilhavam os mesmos ideais dos camponeses, mas não o mesmo lugar de luta, portanto não participariam da invasão. Diante da decepção de Virgílio e de todos que assistiram à peça, ele também entendeu que não poderia mais fazer aquele tipo de teatro.

Em 1968, com a publicação do Ato Institucional número cinco (AI-5), tornou-se ainda mais difícil fazer teatro e trabalhar em qualquer área artística ou de comunicação no Brasil, principalmente se a abordagem fosse contra o regime em vigor. Pelos motivos descritos acima, Boal, e todos aqueles que compunham o Teatro de Arena, foram perseguidos e suas peças censuradas, algumas chegando a receber tantos cortes no texto, que era quase impossível apresentá-las, e outras sendo realmente proibidas de serem encenadas, o que levou o grupo ora a trabalhar na clandestinidade,

ou a praticar a desobediência civil (apresentando as peças censuradas na íntegra), ora a excursionar pelo interior do Brasil e por outros países. Foi nesse período que Boal voltou o seu trabalho para os movimentos sociais, ativistas, estudantes, alguns setores da igreja, sindicatos de trabalhadores, dentre outros, que buscavam a transformação daquela realidade opressora e violenta.

### **3.2 – As técnicas do Teatro do Oprimido (TO)**

É nesse contexto que Boal, junto com alunos recém-formados nas oficinas do Teatro de Arena, cria a primeira técnica do Teatro do Oprimido, o Teatro Jornal, com o objetivo de “enxergar” as partes censuradas das notícias publicadas nos jornais, e/ou reler seus textos e procurar nas entrelinhas a ideologia por trás destas. As apresentações aconteciam no mesmo dia da publicação das notícias, mas à noite, em um segundo espaço dentro do edifício do Teatro de Arena, o Areninha. Durante um tempo, foi possível burlar a ditadura com essa técnica teatral, utilizando esse segundo espaço, mas depois tornou-se mais seguro dividir o elenco e fazer as apresentações em outros locais, como em escolas, sindicatos, associações, fábricas, casas, dentre outros. De acordo com Santos (2017, pg. 44), “O intenso processo de trabalho gerou cerca de 50 núcleos de Teatro Jornal, que desenvolveram performances baseadas nas notícias com temas de seu interesse para apresentar e discutir com suas audiências”.

Em 1971, Augusto Boal é preso e torturado. Devido à grande repercussão de sua prisão no exterior, ele é solto, mas precisa se exilar. Ao longo dos anos seguintes, morou em alguns países da América Latina (Argentina, Peru e Chile) e, na década de oitenta, mudou-se para Paris, de onde visitou vários países europeus. Em todos esses lugares, trabalhou e desenvolveu técnicas que compõem o arsenal do Teatro do Oprimido. Nesse mesmo ano, na Argentina, ele desenvolve o Teatro Invisível, técnica que permite revelar as opressões cotidianas que já não conseguimos enxergar, e discuti-las em seu contexto, pois a cena é montada onde os fatos ocorrem, seja em um restaurante, ônibus, na rua seja em outros lugares. Apenas os atores sabem o que vai acontecer. O restante das pessoas, que estão no lugar, naquele momento, ou seja, o público, não conhece os detalhes da apresentação e nem que participa de um ato

teatral. No desenrolar da cena, alguns indivíduos do público acabam se envolvendo na situação ao ver algumas pessoas comuns, que na verdade são atores, defendendo a pessoa que está sendo oprimida (que é ator/atriz protagonista) ou a oprimindo ainda mais. Uma grande arena de debates, discussões, diálogos é criada, até que a situação seja resolvida de alguma forma. Não se pretendia revelar às pessoas que o acontecimento foi uma cena teatral (até porque a ditadura e a censura estavam presentes também na Argentina naquele período). A ideia era que pensassem ter sido uma situação rotineira, mas dependendo de como a cena se desenvolvia, poderia ser preciso revelar que era apenas teatro, pela segurança de todos.

Dois anos depois de apresentar o Teatro Invisível, Boal viaja para o Peru e trabalha em um programa do governo para a alfabetização de adultos, denominado Programa de Alfabetização Integral (ALFIN), que utilizava para tal fim diferentes linguagens artísticas, como a fotográfica, a musical, a cinematográfica, a jornalística e a teatral. Segundo Santos, “A alfabetização (era) entendida no sentido dado por Paulo Freire (2017, pg. 48): cuidando e considerando a integridade e experiência de vida da pessoa”. É nesse contexto que Boal conhece, na prática, o método de alfabetização de Freire e cria uma das técnicas mais importantes para o Teatro do Oprimido – o Teatro Imagem –, o qual independe da palavra escrita, e utiliza a experiência corporal dos participantes. Devido à pluralidade de línguas e dialetos existentes no Peru, não havia uma linguagem verbal comum que pudesse ser utilizada para o trabalho teatral, até aquele momento, mas havia a linguagem corporal, ou seja, aquela que advém da experiência cotidiana do corpo dos participantes, principal instrumento para o teatro. Nessa técnica, os participantes, sozinhos ou em grupos, elaboram imagens sobre os mais variados temas com o próprio corpo, como se fossem estátuas, e assim é possível enxergarmos o que pensam, sentem e como agem coletiva e individualmente. Vale dizer que, mesmo quando há um idioma em comum, essa técnica é de grande importância por revelar o que pode ser ou estar escondido pelas palavras.

É também no Peru, em 1973, que Boal “descobre” o Teatro Fórum. Seu nome vem de uma dinâmica teatral popular nos países da América Latina, em que, ao final do espetáculo, a plateia pedia que se fizesse um debate, o *foro* em espanhol. Sua estrutura originou-se de uma técnica denominada Dramaturgia Simultânea, cuja história

de opressão, vivida por uma pessoa, era encenada pelos atores, com a direção teatral de Boal, para uma plateia com a qual se queria discutir sobre o acontecimento encenado. Ele também era o responsável por facilitar esse diálogo entre o público e os atores e por dirigir as cenas ao vivo, que surgiam das ideias para a resolução do conflito, sugeridas pelos espectadores. Ou seja, o *foro* ocorria ao longo de toda a peça, com a vantagem de a plateia poder intervir nas cenas, mudando os rumos das histórias. Dessa forma, Boal tornou-se o primeiro Coringa nos moldes de seu método, que estava surgindo. Em uma de suas apresentações, após várias tentativas dele e de seu elenco em representar a solução, dada por uma senhora da plateia para uma cena de conflito entre marido e mulher (sua ideia era que a atriz/mulher tivesse uma conversa “clara” com o ator/marido e só depois poderia desculpá-lo pela traição), ela decidiu ir embora, muito frustrada e irritada, por não concordar com as cenas apresentadas. Nesse momento, Boal não se conteve e manifestou a sua indignação:

*– Nós estamos tentando de diversas formas fazer a sua ideia e a senhora está indo embora? - disse Boal inconformado. - Você não entende o que quero dizer porque você é homem! - rebateu a mulher instantaneamente. Boal sentiu o rosto rubro e inflamado; sugeriu que a própria mulher entrasse em cena e representasse o papel da esposa oprimida. (...) A mulher subiu e não só conversou claramente, mas agindo como se vivesse aquela opressão, agarrou o marido pelo colarinho e com um cabo de vassoura na mão mandou-o pegar sua comida, pois ELA estava com fome (SANCTUM, 2012, pg. 37).*

E foi assim que o Teatro Fórum se revelou para Boal, após um longo caminho de investigação teatral, que começou em 1956, quando o teatrólogo passou a integrar o Teatro de Arena, até esse momento descrito acima em 1973, e lhe possibilitou alcançar o seu objetivo de entregar o fazer teatral para o público, ou seja, devolver o poder para quem realmente o tem de transformar a sua própria realidade, denominado, por ele, de *spect-ator*, o espectador que não apenas assiste aos acontecimentos em cena, mas que também atua para modificá-los. Essa técnica é considerada a mais importante e a base do Teatro do Oprimido, e nela, de acordo com seu criador, “Destrói-se a peça proposta pelos artistas, para juntos, construïrem outra. Teatro, não

didático no velho sentido da palavra e do estilo, mas pedagógico no sentido de aprendizado coletivo.” (BOAL, 1996a, pg. 22).

No mesmo ano, Boal publica seu livro, intitulado “Teatro do Oprimido e outras Poéticas Políticas”, onde apresenta suas bases teóricas, relata suas experiências práticas e desenha os alicerces do seu método teatral. Seu nome, assim como sua metodologia, foi inspirado no título e nas intenções da metodologia apresentada no livro Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, publicado em 1968 durante seu exílio no Chile. Boal e Freire são contemporâneos, e tornaram-se amigos, compartilhavam experiências e ideais semelhantes, principalmente no período em que produziram suas obras. Acreditavam, principalmente, na capacidade dos oprimidos que, ao reconhecerem e entenderem as opressões às quais estão submetidos e, tendo apoio para isso, rompê-las, e assim buscar a transformação de suas realidades.

Quando, em 1976, Boal muda-se para Lisboa, e em seguida para Paris, inicia sua experiência com o Teatro do Oprimido na Europa, ao deparar-se com tipos de opressões que, até aquele momento, eram desconhecidas para ele. Eram opressões subjetivas, sem opressores visíveis, mas com oprimidos concretos, e que, para ele, precisavam ser investigadas e elaboradas. Com essa inquietação, Boal e sua esposa, Cecilia, no começo dos anos oitenta, iniciam, em Paris, um laboratório teatral que denominaram “O tira na cabeça” (tira como sinônimo de policial, daquele que é o opressor), que buscou pesquisar, por meio de jogos e exercícios antigos e novos, os processos pelos quais os opressores foram internalizados em nossas mentes e como eles continuam a dirigir as nossas vidas, sem nos darmos conta. Nessa técnica, aquelas vozes que “moram dentro das nossas cabeças”, que nos impedem de realizar o que queremos, de atender nossos desejos e necessidades, ou seja, nossos opressores internalizados, ganham corpo, nome e voz por meio da representação dos participantes, e assim tomamos consciência de sua existência, podendo dialogar com eles, no espaço cênico e na vida.

Esse trabalho teve duração de dois anos, e foi a base para a criação da técnica denominada O Arco-íris do Desejo, na qual foram exploradas as interfaces entre teatro e terapia e, como o próprio nome diz, busca não somente trabalhar com as opressões, mas também entender e revelar os desejos e necessidades dos protagonistas. Como

na maioria das técnicas anteriores, partimos de uma história pessoal de opressão, que é escolhida pelo grupo, porque seus integrantes sentem-se representados por ela, e a conectamos aos mecanismos macros de opressões de nossa sociedade, como racismo, machismo, xenofobia, homofobia, dentre outras, para ser melhor contextualizada e encenada. Como disse Boal, “O microcosmo teatral e o macrocosmo social (...). Cada obra de teatro supõe e pressupõe o mundo, sem nunca poder mostrá-lo em sua totalidade, que se infere presente” (2013, pg. 195). Na sequência, pode-se utilizar o Teatro Fórum ou o Teatro Invisível para abrir a cena para o público, na busca de mais ideias para transformar o comportamento do protagonista e, também, a estrutura opressiva atuante.

Em 1986, logo após o fim da ditadura militar brasileira, Boal retornou ao Brasil para trabalhar – a convite de Darcy Ribeiro, importante antropólogo e sociólogo brasileiro que, à época, ocupava o cargo de vice-governador do Rio de Janeiro – com as equipes das escolas públicas do estado, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), projeto pedagógico inovador, que oferecia atividades diversas em tempo integral às crianças. O projeto, denominado Fábrica de Teatro Popular, tinha como objetivos capacitar os profissionais dessas escolas para aplicação da técnica de Teatro Fórum e, também, criar grupos comunitários de Teatro Fórum independentes, que discutissem os mais diversos tipos de assuntos e opressões. Foram realizadas mais de trinta peças, apenas no segundo semestre daquele ano. O projeto praticamente acabou no fim de 1986, quando Darcy Ribeiro perdeu as eleições para governador, e o novo governo não honrou os compromissos assumidos pela gestão anterior.

Junto com alguns Coringas capacitados por esse projeto, Boal fundou o Centro de Teatro do Oprimido do Rio de Janeiro (CTO-Rio), em 1989. Depois de alguns anos tentando trabalhar com sindicatos, governos e com empresas privadas, sem sucesso, e com dificuldades financeiras, em 1992, o grupo decide fechar o CTO-Rio. Pensaram em fazê-lo de forma festiva, estética, teatral e significativa, ou seja, apoiando um partido político que representasse os oprimidos, pois era ano eleitoral. Foram oferecer o seu “enterro” festivo, como denominou Boal, para apoiar as campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT), que aceitou a proposta e convidou um dos integrantes

do CTO-Rio a se candidatar como vereador. O escolhido não poderia ser outro, se não o próprio Boal. As campanhas eleitorais teatrais tornaram-se um material interessantíssimo para a imprensa em geral noticiar, o que ajudou a alavancar a candidatura de Boal, que acabou sendo eleito, mesmo sem ser esse o seu objetivo ou o do grupo. Dessa experiência como vereador, que durou quatro anos, surge mais uma técnica teatral: o Teatro Legislativo.

Nesse momento, Boal enxergou a possibilidade de expandir seu trabalho com o Teatro Fórum, de realizar as mudanças que eram ensaiadas nesses espetáculos com o seu público e de, nas palavras de Boal, “Transformar não apenas o spect-ator, interiormente, mas a realidade social e legal à sua volta, exteriormente. (...) “fazer teatro como política”, ao invés de simplesmente fazer “teatro político”, como antigamente.” (BOAL, 1996b, pg. 42). Uma sessão de Teatro Legislativo decorria de um espetáculo de Teatro Fórum. Primeiro, a peça de Teatro Fórum era construída, depois encenada e aberta para o público trazer as suas ideias de ações e modificar a cena com sua atuação, enquanto um grupo de especialistas, ativistas e assessores do mandato analisava as implicações dessas sugestões e a viabilidade de tornarem-se projetos de lei, emendas legislativas, petições, dentre outros, transformando-as em propostas para votação do público durante a segunda parte do encontro, denominada Sessão Solene de Teatro Legislativo. Para isso, o cenário da peça era desmontado e, no meio do espaço cênico, era colocada uma mesa, escolhido o presidente daquela sessão, as propostas eram apresentadas e votadas pelo público, simulando uma Sessão Solene da Câmara de Vereadores. As propostas mais votadas eram encaminhadas a Câmara de Vereadores e, com essa técnica, o CTO-Rio conseguiu enviar 33 propostas de projetos de leis, sendo 13 delas aprovadas naquele período.

O Projeto do nosso mandato de vereador consiste em trazer o teatro de volta para o centro da ação política – centro de decisões –, em fazer teatro como política e não apenas teatro político: neste o teatro comenta a política; naquele, é uma das formas pela qual a atividade política se exerce (BOAL, 1996b, pg. 46).

O CTO-Rio, portanto, continuou ativo por meio do mandato de Boal, expandiu suas atividades com a criação de grupos teatrais comunitários (que surgiam das comunidades de bairro, sindicatos, igrejas, movimentos sociais, universidades e outros), denominados Núcleos de Teatro Fórum, que desenvolviam as peças para o processo de Teatro Legislativo com o apoio dos Curingas<sup>14</sup>, e consolidou sua existência. Os assuntos trabalhados pelos grupos eram os mais diversos possíveis, dividindo-se em três categorias: Comunitários – desenvolviam peças sobre problemas comuns das pessoas que viviam em determinado local –; Temáticos – pessoas que se reuniam por identificação e opressões em comum como negros, mulheres, homossexuais, portadores de deficiência; e, dentre outros, Temáticos e Comunitários – pessoas que apresentavam as duas características associadas, como um grupo de pacientes e psicólogos, ou de alunos e professores, de uma mesma instituição, por exemplo. Mesmo após o término do mandato, em 1996, o CTO-Rio manteve o diálogo com os Núcleos e entre eles e os vereadores e deputados, para que as propostas populares pudessem ser melhoradas e chegassem de fato à votação.

Nos anos seguintes, o CTO-Rio tornou-se uma Organização Não Governamental (ONG) e direcionou seu trabalho para a formação de curingas comunitários, visando a independência dos grupos já existentes, e continuou apoiando o surgimento e a formação de novos grupos. Após quase oito anos de diversos laboratórios teatrais, seminários, encontros, dentre outros, onde todas as técnicas do Teatro do Oprimido eram ensinadas, trabalhadas, criticadas, aperfeiçoadas e seus resultados coletados e analisados, tanto na prática quanto na teoria, ficou evidente para Boal e seus parceiros que uma nova linguagem estética, criada pelos integrantes dos grupos teatrais, se fazia necessária, se de fato estes quisessem se libertar de suas opressões.

Essa pesquisa resultou no último livro de Boal, lançado em 2009 e denominado *A Estética do Oprimido*, que hoje é considerada a base teórica do seu método. Logo no início, Boal (2009, pg. 05 não numerada) afirma que “Arte não é adorno, Palavra não é absoluta, Som não é ruído, e as Imagens falam”. Assim, elenca os três elementos

<sup>14</sup> A palavra Coringa, como escrito na carta do baralho, foi substituída por Curinga ao longo dos anos seguintes, com a intenção de nomear e diferenciar aquelas pessoas que se tornaram facilitadores e multiplicadores do método de Teatro do Oprimido.

estéticos principais da arte em geral, por meio dos quais as ideias dominantes (opressoras) chegam até nós e nos influenciam (oprimem) em uma sociedade: a imagem, o som e a palavra, sendo esta última considerada a maior invenção humana para o autor. Portanto, para que os oprimidos pudessem se apropriar desses elementos, e produzir sua própria estética de maneira crítica e criativa, novos jogos, exercícios e técnicas, surgiram para trabalhar esses três elementos e potencializaram o método de Teatro do Oprimido como um todo, em todas as suas manifestações expostas até aqui.

Naquele mesmo ano, aconteceram três fatos marcantes para o CTO-Rio e para o universo do Teatro do Oprimido como um todo: o falecimento de Augusto Boal (que terminou de escrever seu livro *A Estética do Oprimido*, mas não presenciou seu lançamento); a realização da I Conferência Internacional de Teatro do Oprimido, no Rio de Janeiro, que contou com representantes de 28 países, vindos de todos os continentes, sem a presença de Boal; e uma intervenção estética feminista (ainda que as participantes não se reconhecessem assim) denominada “Laboratório Madalena”, realizada por Bárbara Santos (que era a diretora artística da instituição) e Alessandra Vannucci, dentro de um dos projetos do CTO-Rio. Essa experiência foi apenas o início do que se tornaria uma nova metodologia dentro da metodologia do Teatro do Oprimido: O Teatro das Oprimidas, que analisaremos mais adiante, no item 3.5 deste trabalho.

### **3.3 – Os jogos do Teatro do Oprimido (TO)**

Os jogos e exercícios do Teatro do Oprimido constituem a base prática do método de Boal, e foram sistematizados pela primeira vez em 1973, em um de seus primeiros livros publicados e intitulado *Jogos para atores e não atores*, escrito em espanhol e editado na Argentina, durante seu exílio. Este livro mostra-se relevante, não apenas para esse método, mas para sua aplicabilidade em teatro, nas suas várias edições, em diversas línguas, sendo que a edição brasileira já está em sua 15ª tiragem, revisada e ampliada, e é a mais completa até o momento. São mais de quatrocentos jogos e exercícios que são utilizados para a preparação dos participantes em todas as técnicas do Teatro do Oprimido, desde o Teatro Jornal até o Teatro Legislativo. O

principal objetivo é desmecanizar nossos corpos e mentes, que estão moldados pelas nossas experiências de vida, ou seja, pelas condições sociais, ambientais e econômicas a que fomos, e que estamos sendo, submetidos.

Sobre os jogos, Boal (2013, pg. 16) afirmou que “(...) possuem regras, como a sociedade possui leis, que são necessárias para que se realizem, mas necessitam de liberdade criativa para que o jogo, ou a vida, não se transforme em servil obediência. Sem regras não há *jogo*, sem liberdade não há vida”. Eles estão divididos em cinco categorias: 1ª Sentir tudo o que se toca – no nosso dia a dia tocamos diversas coisas e pessoas mas não as sentimos com toda nossa capacidade; 2ª Escutar tudo o que se ouve – não apenas perceber os sons mas observar como interagem conosco; 3ª Ativando os vários sentidos – pois eles estão adormecidos pela predominância da comunicação visual em nossa sociedade; 4ª Ver tudo o que se olha – uma vez que nossa visão está condicionada pelos meios de comunicação é preciso enxergar além do óbvio; e 5ª Memória dos sentidos – onde podemos elaborar nossas memórias que seguem guardadas por falta de um espaço seguro para isso.

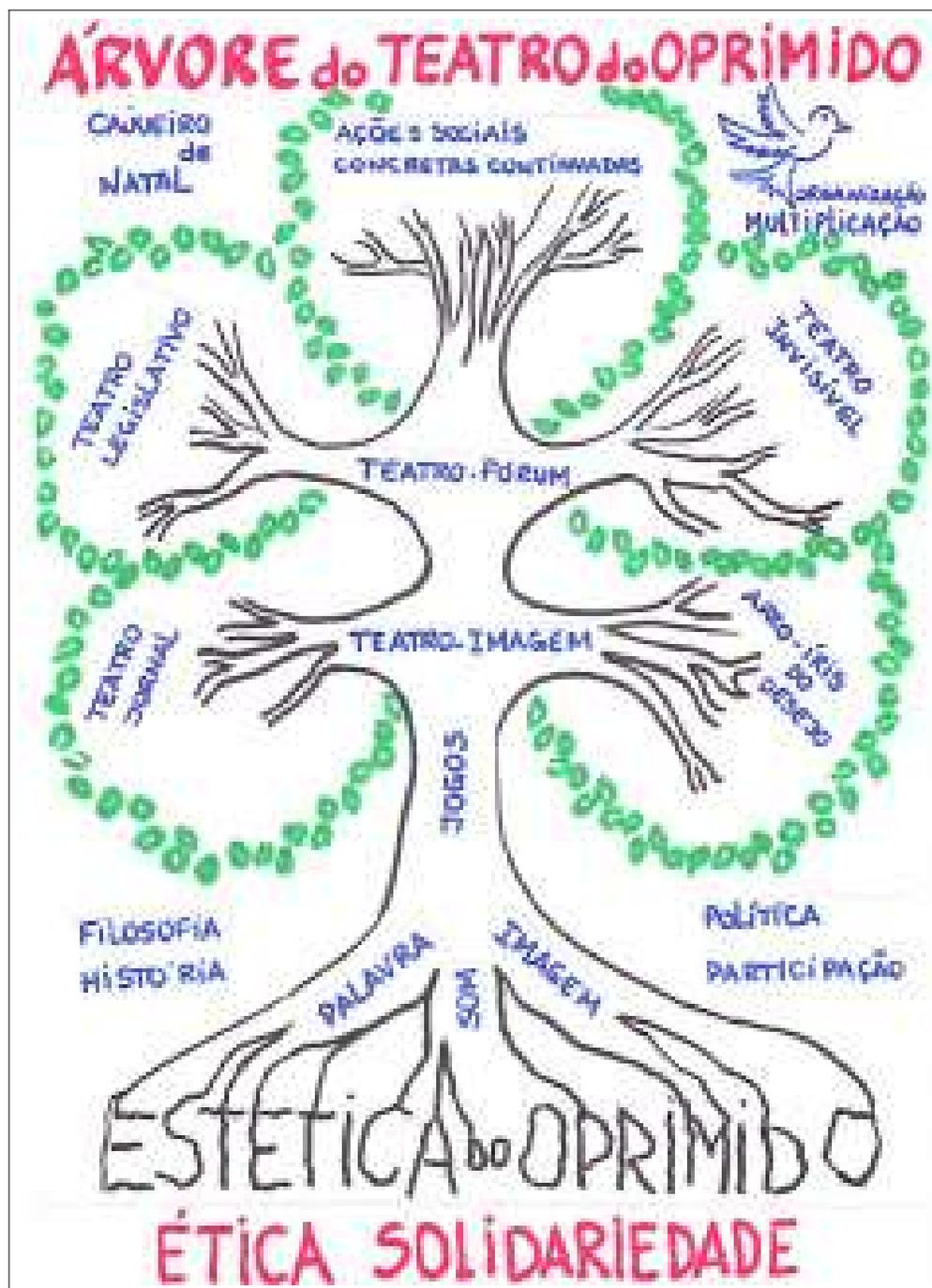
O resultado que se busca conseguir por meio dos jogos, exercícios e técnicas do método do Teatro do Oprimido é, em última instância, a realização de Ações Sociais, Concretas e Continuadas, ou seja, que seus praticantes sejam capazes de empreender práticas em seus contextos sociais que promovam as mudanças necessárias naquele momento, e que elas possam gerar novos ciclos de práticas e mudanças que deem continuidade à busca das transformações sociais almejadas, considerando que estas levam muito tempo, por meio da libertação das pessoas oprimidas. Em seu discurso como Embaixador Mundial do Teatro pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 27 de março de 2009, Boal afirmou que “Atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma” (BOAL, 2018).

### **3.4 – A árvore do Teatro do Oprimido (TO)**

Um ano antes, em 2008, para representar a relação de interdependência entre todas as técnicas de seu método, sua evolução orgânica, seu enraizamento na luta dos

oprimidos por sua liberdade e sua abertura para as transformações que se façam necessárias, como a criação e/ou adaptação de técnicas, jogos, entre outros – como ocorreu ao longo de toda trajetória do Teatro do Oprimido –, Boal escolheu a imagem de uma árvore, elemento que é universalmente conhecido como símbolo da vida, de suas transformações e continuidade, facilitando assim a compreensão de seu método e expressando sua essência. Também podemos dizer que a árvore representa um universo em equilíbrio dinâmico, onde cada parte, com suas funções específicas e diferentes, é vital para o todo, e o todo em harmonia é vital para cada parte. A seguir, temos uma imagem da Árvore do Teatro do Oprimido, um cajueiro existente próximo a cidade de Natal-RN, que chamou a atenção de Boal quando ele o conheceu por criar raízes a partir de seus galhos que desciam ao chão, e assim se multiplicar em novas árvores, sendo ainda a mesma árvore.

É importante destacarmos a composição do solo e do meio ambiente onde está inserida a Árvore do Teatro do Oprimido, ou seja, de onde essa árvore busca seu alimento, recebe estímulos, e por isso se desenvolve, e para onde devolve sua produção elaborada por meio de suas técnicas: flores, sementes e frutos, fertilizando-os, multiplicando-se e transformando o seu entorno (com a ajuda ativista dos pássaros). A Filosofia (como a busca da compreensão de si, do outro e da realidade circundante), a História (sendo os saberes de cada um, do outro e aqueles universais), a Política (como resultado da interação das pessoas entre si e com o seu meio ambiente) e a Participação (sendo uma necessidade do ser humano e condição para o exercício de sua cidadania) formam o meio ambiente dessa árvore, e a Ética (entendida como a busca da felicidade inerente ao ser humano, ao que ele já é) e a Solidariedade (o apoio mútuo entre as pessoas na busca da felicidade de cada um e de todos) compõem o seu solo. Nas palavras de Santos: “A árvore se adapta as condições objetivas, sem deixar de ser quem é. Transforma-se e permanece. Dialoga com a chuva, com o vento, com o sol, com a neve, com o gelo, com a seca, com a enchente... para relacionar-se com o meio, se transforma. Para transformar-se se ratifica, confirma suas características e identidade” (2017, pg. 92).



**Figura 2** – Imagem da Árvore do Teatro do Oprimido

Fonte: <http://somostodosartistasboal.blogspot.com/2011/01/arvore-do-oprimido-e-seus-galhos.html>

### 3.5 – O que é Teatro das Oprimidas

Em 2019, Bárbara Santos, diretora artística de KURINGA – espaço para o Teatro do Oprimido em Berlim e integrante do Instituto Internacional de Teatro da UNESCO-Alemanha, lançou o livro *Teatro das Oprimidas: Estéticas Feministas para Poéticas Políticas*, após dez anos de pesquisas e práticas teatrais com grupos formados apenas por mulheres, de vários países, em diferentes continentes. Santos tem uma história de quase trinta anos com o Teatro do Oprimido. A autora começou como participante de um grupo de mulheres professoras da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, na década de 1990. Em 1992, participou da campanha de Boal para vereador da capital carioca e, nesse processo, tornou-se curinga do CTO-Rio. Trabalhou com diversos grupos comunitários nesse período, incluindo grupos formados só por mulheres – que eram difíceis de serem mantidos, por levantarem questões que desafiavam o machismo doméstico, enfrentado por elas. Em 1995, ao realizar oficinas de Teatro do Oprimido na Inglaterra, Santos notou que as questões levantadas nos grupos de mulheres inglesas eram semelhantes às das mulheres brasileiras, e comenta “(...) eu achava que violência doméstica era coisa de pobre e de Terceiro Mundo. Mas essa parece ser a opressão mais democrática do mundo. Acontece em qualquer classe social, em qualquer país, mudando talvez a intensidade, as estratégias e os seus instrumentos” (2019, pg. 26).

Entre 1995 e 2009, foram várias as experiências de Santos em peças teatrais que falavam sobre as opressões vividas pelas mulheres e em grupos de mulheres praticantes do Teatro do Oprimido, incluindo grupos de curingas, que procuravam discutir as questões de gênero. Esses grupos não eram compostos exclusivamente por mulheres, pois muitos curingas homens participavam do processo. O que a autora percebeu, ao longo desses anos, foi que não era fácil falar sobre machismo nesse contexto, principalmente entre os homens praticantes desse método, porque sentiam-se ofendidos pessoalmente, mas que era necessário e cada vez mais urgente. Em 2009, como diretora artística do CTO-Rio, Santos recebeu um pedido de curingas, em sua maioria europeias, para a inclusão de uma mesa temática sobre as mulheres curingas na I Conferência Internacional de Teatro do Oprimido, que recebeu o nome de “Um teatro das e para as oprimidas”. Além dessa mesa, que buscou promover uma

rede internacional de mulheres curingas, aconteceu uma mesa de discussão exclusiva para as praticantes do método, com o tema Opressão contra a mulher, na qual as mulheres chegaram à conclusão de que eram minoria entre os facilitadores, apesar de serem maioria entre as pessoas oprimidas, e que a insatisfação com a condução das questões de gênero nas peças de Teatro Fórum era unânime, pois percebiam que as mulheres oprimidas acabavam revitimizadas.

De acordo com Santos, “Faltavam grupos de mulheres, facilitados por mulheres, que refletissem e pesquisassem formas de representar a especificidade das opressões que vivenciavam” (2019, pg. 47). Em 2009, a autora, junto com Alessandra Vannucci, diretora teatral e pesquisadora sobre arte e violência contra a mulher, decidiram criar uma intervenção estética que recebeu o nome de “Laboratório Madalena – Teatro das Oprimidas”, dentro de um dos projetos do CTO-Rio, que envolveu 18 estados brasileiros, além dos países: Moçambique, Guiné-Bissau, Angola e Senegau. Nos anos seguintes, os laboratórios também aconteceram em Berlim (Alemanha), Calcutá (Índia), Viena (Áustria), Barcelona (Espanha), Lisboa (Portugal), Buenos Aires (Argentina), Guatemala, Colômbia, Nova Iorque (EUA), dentre outros. Essa diversidade de situações e grupos foi fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento do método. Em 2012, aconteceu o primeiro seminário internacional sobre os laboratórios, no Rio de Janeiro, com a finalidade de apoiar os processos de multiplicação do método.

Desse modo, respondendo a uma necessidade das mulheres praticantes do Teatro do Oprimido, começava a surgir de forma orgânica, o que viria a ser o Teatro das Oprimidas, isto é, um espaço de encontro coletivo, exclusivo para mulheres – pois elas vivenciam opressões semelhantes –, para investigar os porquês de tentarem seguir os padrões impostos pela sociedade (principalmente de beleza e comportamento), questionar sua imposição, criar possibilidades de mudança de visão sobre esses padrões, socializar/coletivizar as questões individuais, e para inventarem novos caminhos. Santos e Vannucci pensaram, em primeiro lugar, no conceito geral dessa intervenção para criar uma estrutura que permitisse a investigação do conceito de gênero feminino ao longo da história e suas consequências para as mulheres (subjetivas e objetivas) para, em seguida, definir as técnicas. Assim, decidiram criar um

laboratório – para poder testar suas escolhas, avançar ou recuar, se fosse necessário –, no qual utilizaram diversas técnicas do Teatro do Oprimido (Teatro Jornal, Teatro Imagem, Arco-Íris do Desejo, Estética do Oprimido, Teatro Fórum) e técnicas de outras metodologias teatrais, tendo a experiência corporal como ponto de partida, uma vez que o corpo feminino sofre os mais diversos tipos de opressão e violência (psicológicas e físicas) em uma sociedade patriarcal. “E foi através do corpo que desenvolvemos a reflexão dos temas. A vivência física e emocional do corpo como meio de construir conteúdos” (SANTOS, 2019, pg. 79).

O laboratório do Teatro das Oprimidas está dividido em cinco atos, ou cinco encontros, cada um com um tema específico, compondo um percurso histórico, que são: Primeiro ato – imagens herdadas; Segundo ato – imagens reforçadas; Terceiro ato – imagens incorporadas; Quarto ato – imagens questionadas; e Quinto ato – imagens por construir. O primeiro ato tem a intenção de promover um ganho de consciência sobre as imagens inconscientes (de opressão e/ou de resistência ao patriarcado) que as mulheres carregam consigo, e que influenciam seu jeito de pensar e agir; o segundo, busca identificar as imagens de boa menina, de mulher ideal e de boa mãe, que são reforçadas pelas instituições (família, estado, igreja) e mídias ao longo do processo de socialização feminina; no terceiro, o objetivo é que as mulheres possam reconhecer a imagem que tem de si mesmas, e que transmitem aos outros, identificar os modelos impostos pela sociedade que foram incorporados e descobrir/incluir outros modelos; no quarto ato, as mulheres são conduzidas a identificar algumas opressões vividas, seus mecanismos de funcionamento e sua amplitude social; por fim, no quinto e último ato, busca-se as possibilidades de superação da opressão e novas referências para a construção das imagens desejadas. Nesse momento, a autora afirma que é importante organizar uma apresentação pública, pois a opressão das mulheres é um problema social, e não apenas das oprimidas. Vale ressaltar que o objetivo principal do Teatro do Oprimido e, conseqüentemente, das Oprimidas, é conceber ações concretas para a transformação social, ancoradas em processos que promovam a conscientização política.

Para Santos, suas escolhas e estratégias têm se mostrado eficazes. “Para além de cada grupo particular em cada laboratório desenvolvido, destaca-se a força da

identificação entre as participantes das distintas experiências. Mesmo separadas por abismos sociais, culturais, religiosos e econômicos, as opressões também aparecem como ecos umas das outras” (2019, pg. 51). A cada encontro, essa identificação vai sendo elaborada por meio das técnicas que facilitam a troca de histórias entre as mulheres, e que permitem a elas enxergarem-se umas nas outras, e em si mesmas, suas imagens, incoerências e concessões ao longo da vida. Além disso, cria-se um espaço de confiança, sororidade e compreensão mais ampla dos contextos sociais e emocionais das participantes, mas também de consciência crítica, que interrompe o discurso de vitimização e cria o de oprimidas pelo patriarcado, na busca de sua transformação.

## CAPÍTULO 4

### FRACTAIS MATERNOS – LABORATÓRIO TEATRAL PARA MULHERES MÃES

#### 4.1 – O que é o Fractais Maternos – Laboratório Teatral para Mulheres Mães

A idealização do que viria a ser o Fractais Maternos teve início em outubro de 2018 como consequência do encontro entre duas mulheres mães moradoras de Serra Grande, uma vila praiana do município de Uruçuca-BA, e suas inquietações em relação à maternidade, aos espaços dedicados ao apoio e acolhimento dessas mulheres e aos desafios de ser mãe nessa localidade. Uma delas sou eu, Anna Vicente, atriz e curinga do Teatro do Oprimido e mãe da Elis Morena, que na época estava com dois anos e seis meses, e a outra é Marina Nucci, diretora teatral e mãe de três crianças, sendo uma delas a Cora, filha do meio, que é apenas dois meses mais velha que a minha filha. Estávamos em um momento de transição entre o mergulho profundo que decidimos realizar durante a gestação, o parto e o puerpério de nossas filhas, e a subida de volta à superfície, que queríamos empreender de uma maneira que as experiências e as consequências emocionais e corporais decorrentes desse mergulho fossem melhor elaboradas e (re)integradas às nossas vidas. Como artistas de teatro, sentíamos a falta e sabíamos da necessidade e da importância de espaços-tempo lúdicos e acolhedores onde esse processo pudesse acontecer, e que um laboratório teatral poderia ser esse local para trabalharmos corpo e mente juntos, (re)unindo-os e ressignificando nossas vivências, e em conjunto com outras mulheres mães para que pudessemos compartilhar nossas questões, e levantar outras, relativas a esse novo papel social.

Um laboratório teatral é um espaço de experimentação e pesquisa de ideias e ações, onde o objetivo é investigar os temas que surgem do fazer teatral, ajudar os participantes a elaborar as questões que nascem dessa investigação e que são importantes para cada um e para todos, e encontrar caminhos de atuação individual e coletiva, no teatro e na vida, considerando que não existem respostas ou soluções prontas. Decidimos dedicar esse laboratório teatral apenas às mulheres mães, por entendermos e vivenciarmos que nós enfrentamos desafios mais profundos e complexos, e alguns muito diferentes e específicos, daqueles que se apresentam para

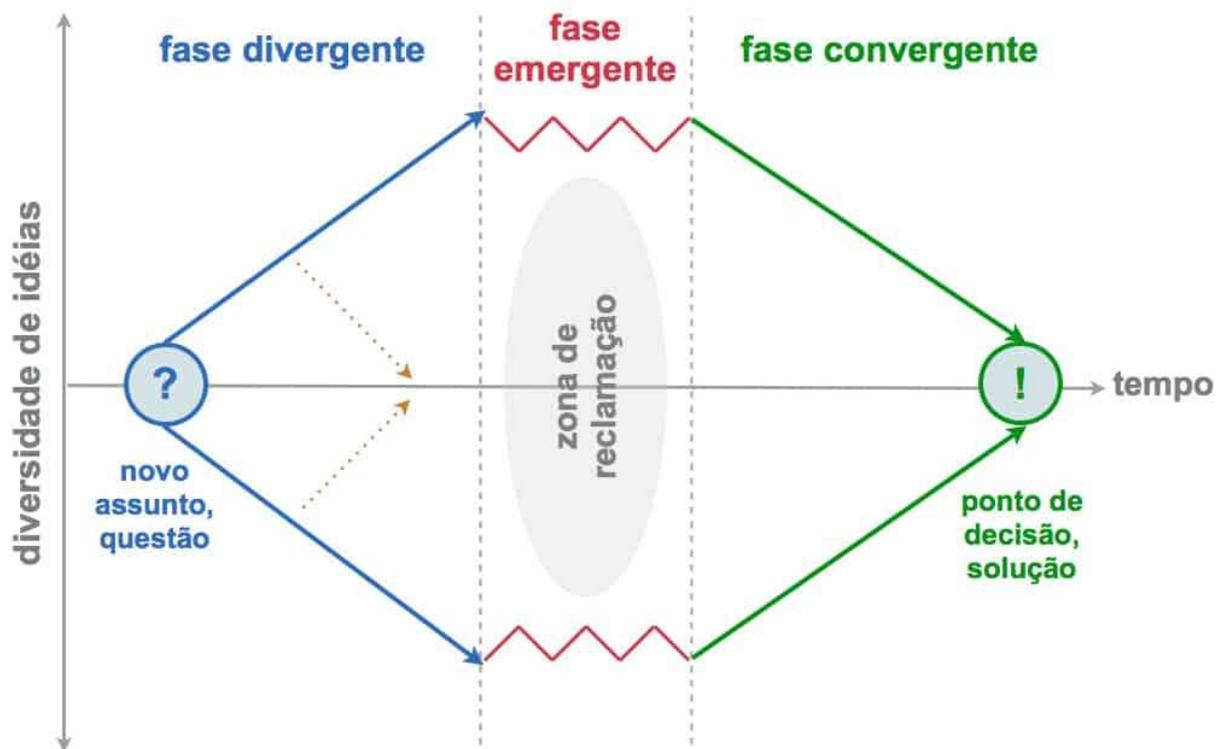
as mulheres sem filhos. Apesar de enxergarmos que esses desafios têm as mesmas raízes para ambas, como pudemos comprovar por meio do fazer teatral, o processo de tornar-se mãe em nossa sociedade faz com que essas raízes saiam de dentro do solo e cresçam para todos os lados das nossas vidas como mães, tornando nossos desafios intrínsecos à maternidade. Além disso, queríamos oferecer as mulheres mães e a nós mesmas, o que mais oferecemos e fazemos para nossos filhos, e que muitas vezes não recebemos das pessoas ao nosso redor: um colo, de mãe para mãe, tanto físico quanto emocional.

Com essas premissas, começamos a delinear o projeto do Fractais Maternos – Laboratório Teatral para Mulheres Mães. Para a escolha do nome, partimos da premissa que cada mulher mãe é única e, ao mesmo tempo, é todas em si. Assim como um fractal (do latim fractu: fração, quebrado), no qual suas partes reproduzem os padrões de forma de uma determinada estrutura e, quando juntas, elas formam a estrutura completa. Em outras palavras, todas as questões que desafiam uma mulher mãe, na verdade, desafiam a todas, em maior ou menor grau. Por isso, é preciso que nós possamos usufruir de ambientes acolhedores para nos encontrar, conectar e reconhecemos mutuamente, construindo apoios e segurança entre nós. A arte, de maneira geral, e o teatro especificamente, tem o poder de nos ajudar a criá-los.

Em termos organizacionais, alguns dos pontos mais importantes a serem definidos, para nós, eram: a escolha do dia, horário e duração dos encontros para que se encaixassem na rotina de uma mulher mãe com filho pequeno, favorecendo a sua participação. Assim, definimos que a primeira edição contaria com oito encontros, que aconteceriam uma vez por semana, às terças-feiras, com duas horas de duração, entre 9 e 11 horas, e que as mulheres mães teriam flexibilidade para chegar e sair. Também decidimos receber e acolher as crianças durante os encontros caso fosse necessário e/ou desejado pelas mães. Além disso, a escolha do espaço onde realizaríamos o laboratório teatral, considerou tanto a facilidade de acesso – está localizado em um dos bairros dentro da vila de Serra Grande –, quanto a privacidade – em um terreno arborizado e com vizinhos distantes. A segunda edição do Fractais Maternos contou com doze encontros (falarei sobre essa mudança no item 4.3), mas manteve as demais definições.

Em termos metodológicos, era imprescindível para nós a definição do(s) método(s) teatral(is) que utilizaríamos. Eu, como curadora do Teatro do Oprimido, já havia experimentado o potencial desse método em trabalhar corpo e mente integrados, para identificar, analisar, contextualizar e buscar saídas para as opressões sofridas, nesse caso, pelas mulheres em nossa sociedade, tanto na esfera individual como na coletiva, e queria colocá-lo em prática em prol das mulheres mães. Minha parceira, como facilitadora do Teatro Ritual, já havia experimentado o potencial desse método em promover transformações pessoais, por meio do resgate da conexão entre arte e vida, construídas e internalizadas durante o processo de elaboração de um ato ritual artístico. Decidimos utilizar ambos os métodos, pois entendemos que eles eram complementares.

Para nós, também era fundamental definirmos o desenho do processo – isto é, a estrutura do Fractais Maternos com começo, meio e fim – que seria vivenciado pelas mulheres mães, como indivíduos e como um grupo. Decidimos adotar o modelo Divergente-Convergente, também conhecido como Diamante da tomada de decisões participativas, descrito por Sam Kaner (2014), que é muito similar ao processo de elaboração coletiva de peças teatrais. Esse modelo nos mostra que a primeira fase de um trabalho de grupo é caracterizada pela divergência, onde promovemos a diversidade de ideias, conteúdos, questões, temas e materiais produzidos pelas participantes, como imagens, textos, músicas, dentre outros. A segunda, é chamada de fase Emergente ou Zona de reclamação, pois nesse momento as participantes se veem “perdidas” diante de tantos conteúdos e não conseguem ainda definir um tema ou enxergar um caminho para elaborá-lo. A última fase, é a Convergente, onde as mulheres mães já definiram seu tema, já esboçaram um caminho e nós, como facilitadoras, vamos ajudá-las na realização de uma cena final ou ato ritual – isto é, uma representação do processo vivenciado por cada mulher mãe e/ou por todas, podendo ser uma cena final ou ato ritual coletivo –, que será apresentado no último dia do laboratório teatral. Essa apresentação poderia ser somente para o grupo, ou também para convidados, se todas concordassem.



**Figura 3** – Imagem do modelo Divergente-Convergente

Fonte: <https://cocriar.com/blog/divergente-convergente/>

A agenda do laboratório teatral foi criada de maneira a ter uma estrutura metodológica mais ou menos fixa, baseada principalmente na metodologia do Teatro do Oprimido. Na primeira parte dos encontros, propusemos a prática de seus jogos e exercícios (da 1a até a 5a categoria), a fim de promover uma desmecanização dos seus corpos e mentes, o que lhes permite conhecer suas limitações e possibilidades, deformações sociais e oportunidades de recuperação, propiciando a elas uma maior liberdade de movimento e pensamento. Desse modo, partimos para a segunda parte dos encontros, onde trabalhamos com vivências, improvisações e pequenas cenas – utilizando principalmente as técnicas de Teatro Ritual –, nas quais as participantes podem criar estratégias e ensaiar as ações que desejam empreender em cena e na vida. Para complementar o formato dos encontros utilizamos uma ferramenta de diálogo denominada o círculo, talvez a mais antiga da humanidade. Consiste em nos

colocarmos em roda, sentadas ou em pé, para dialogarmos. Utilizamos em especial dois componentes do círculo em todos os encontros: o check in, para que as participantes possam dizer como estão chegando e se sentindo naquele momento, e o check out, para que elas descrevam como estão saindo e se sentindo naquele momento. Porém, o círculo está presente ao longo de todos os encontros. Com a estrutura metodológica do laboratório teatral definida, pudemos ter tranquilidade e autonomia para decidir que, a cada encontro, iríamos procurar escutar e perceber as necessidades e vontades das mulheres mães em relação aos temas e assuntos a serem trabalhados para, dessa forma, definir a agenda de jogos, exercícios, técnicas e vivências que aplicaríamos na(s) próxima(s) semana(s).

Como facilitadoras desse processo, que é individual e coletivo ao mesmo tempo, procuramos levantar e identificar as percepções, ideias, sentimentos, movimentos, expressões, falas, entre outros, de cada participante e do grupo como um todo, não apenas em relação ao tema proposto em um encontro, mas também àqueles que surgem durante o trabalho. Dessa maneira, pudemos encorajar e ancorar os diálogos, que acontecem logo após cada jogo, exercício e vivência, buscar a complexidade dos temas abordados e ir aprofundando nossas reflexões, individual e coletivamente, integrando corpo e mente, emoção e razão, maternidade na prática e na teoria, na esfera individual e na sociedade. É importante destacar que é imprescindível sempre validar nossas percepções sobre o processo de cada participante com elas, e sobre o processo do grupo com todas, para conseguirmos minimamente entender os desafios que elas estão enfrentando e planejar os próximos encontros.

As duas primeiras edições do Fractais Maternos tiveram como objetivo principal a valorização e o empoderamento real das mulheres mães, por meio da reflexão sobre o seu papel em nossa sociedade e seus desafios, como: invisibilidade, isolamento, negação, opressões e suas consequências, levantando questões importantes para as mulheres mães se reencontrarem dentro desse novo papel social e questionarem todos os seus outros papéis. Acreditamos que, estando mais conscientes de si e do que acontece ao seu redor, elas podem transformar suas relações com seus filhos, companheiros, família e sociedade na busca por “um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo em que sejam atendidas as necessidades das pessoas

mais vulneráveis” (UN, 2015, pg. 04). As mulheres, de maneira geral, e as mulheres mães mais especificamente, são consideradas um grupo de pessoas mais vulneráveis social e ambientalmente.

Em dezembro de 2018, lançamos o convite para a 1ª edição do Fractais Maternos – Laboratório Teatral para Mulheres Mães para moradoras aqui de Serra Grande e região. Em 15 de janeiro de 2019, demos início aos oito encontros propostos e que se encerraram em 05 de março do mesmo ano, no qual cada uma das participantes apresentou uma cena final e/ou ato ritual de encerramento do seu processo criativo. Pudemos comprovar na prática que nossas inquietações, necessidades e suposições em relação a esse projeto, eram compartilhadas por essas mulheres mães, e decidimos propor uma nova turma ainda no mesmo ano. Além disso, pudemos observar as mudanças que o projeto provocou, apoiou e ajudou a construir na vida de cada participante, incluindo a mim e minha parceira. A 2ª edição teve início em 05 de setembro e término em 26 de novembro, também de 2019. Nos próximos itens dessa dissertação, apresento e analiso cada um dos oito encontros realizados durante a 1ª edição do Fractais Maternos, seus objetivos, bem como, seus jogos, exercícios, técnicas e vivências, e resultados.

#### **4.2 – 1ª edição do Fractais Maternos – Laboratório Teatral para Mulheres Mães**

O primeiro encontro, de um total de oito, da 1ª edição do Fractais Maternos teve a maternidade como tema central, tanto para guiar nossas escolhas em relação aos jogos, exercícios, técnicas e vivências, como também para ser trabalhado pelas participantes por meio deles. Como descrito no item anterior, nosso primeiro objetivo com esse trabalho foi a valorização e o empoderamento real das mulheres mães, por meio da reflexão, do diálogo e da ação. A seguir, apresento a estrutura do primeiro encontro, que irá se repetir em quase todos os outros – os quais também apresentarei nesse item –, faço uma breve descrição do conteúdo dos jogos, exercícios, técnicas e vivências, o porquê de sua escolha, indico onde encontrá-los para mais informações de como aplicá-los e quem foi a facilitadora de cada um deles.

<b>TABELA 1 – 1º ENCONTRO – 15/01/19</b>		
<b>JOGOS, EXERCÍCIOS E VIVÊNCIAS</b>	<b>LIVRO</b>	<b>FACILITADORA</b>
Check in	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 62	Anna e Marina
Hipnotismo colombiano	Jogo para atores e não atores, 1a categoria, pg. 113	Anna
A Máquina de ritmos – tema: maternidade	Jogo para atores e não atores, 2a categoria, pg. 150	Anna
O cego e o guia	Jogo teatral comumente utilizado para integração de grupos de teatro	Anna
Vivência útero / busca da mãe	Técnica de Teatro Ritual	Marina
Colheita	Técnica comumente utilizada em processos de grupo/diálogo	Anna e Marina
Check out	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 63	Anna e Marina

Após a chegada de todas as participantes, nos sentamos no chão, em círculo, e iniciamos o encontro com uma fala de boas-vindas, seguida do Check in.

- Check in (chegada) – ainda em círculo, sentadas no chão, começamos o encontro perguntando às participantes: “Como você está chegando?”, isto é, quais emoções, sentimentos, acontecimentos, preocupações estão vivos agora no seu corpo e na sua mente e que você traz para esse momento? Nesse check in do primeiro encontro foi importante perguntarmos também quais são as expectativas das participantes em relação a esse trabalho e os porquês delas estarem ali conosco.

- Hipnotismo colombiano – é um jogo da 1ª categoria do TO, denominada Sentir tudo que se toca. Em duplas, as participantes são “hipnotizadas” por uma das mãos de suas parceiras e precisam mover-se pelo espaço de acordo com os movimentos dessa mão. Deve-se procurar perceber e respeitar os limites corporais uma da outra. É um excelente jogo para desmecanizar o corpo e a mente, pois nos permite sentir melhor as partes que mais usamos e ativar aquelas mais esquecidas, além de promover uma conexão respeitosa entre as participantes.

- A Máquina de ritmos – tema: maternidade – é um jogo da 2ª categoria do TO, denominada Escutar tudo o que se ouve. Uma a uma, as participantes irão ao centro da sala e apresentarão um gesto rítmico e um som, únicos, mas complementares, para um determinado tema, a fim de construir uma máquina. Quando todas estiverem integradas, trabalhando juntas no centro, o facilitador pede para que acelerem o ritmo da máquina até quase não aguentarem mais e depois pede que desacelerem aos

poucos, até parar. Nas palavras de Boal: “É extraordinário como a ideologia de um grupo, suas ideias políticas etc. podem se revelar em ritmo físico e sonoro. Tudo aquilo que pensamos e criticamos aparece (...) este jogo é particularmente útil quando se quer, por exemplo, criar imagens de um tema para que ele não permaneça abstrato” (2012, pg. 151). É um jogo que pode provocar muitas emoções e reflexões e que demanda, após sua execução, um círculo de diálogo. Por isso, decidimos utilizá-lo logo no primeiro encontro, para entender o que cada participante pensa sobre o tema e qual imagem coletiva resulta da união de todas, além de suas reverberações acerca de qual maternidade estamos falando: a minha, a da minha mãe, avó, e outras, e todas juntas. Também se abriu o diálogo sobre como é ser mãe nessa sociedade patriarcal, sobre como se espera que seja e sobre como é para cada uma na sua prática diária.

- O cego e o guia – este jogo poderia estar na 3ª categoria do TO, denominada Ativando os vários sentidos, onde nos privamos do sentido da visão para ativar os demais, e por isso decidi utilizá-lo nesse primeiro encontro. Em duplas, uma participante será a guia que conduzirá a outra (de olhos vendados) por um passeio pelo espaço. Não é permitido falar ou conversar. Toda a comunicação deve ser feita por meio de movimentos corporais. A guia é responsável pela integridade física e emocional (se perceber algum desconforto em sua parceira deve mudar seus movimentos) daquela que está no papel de cega, assim como as mães se sentem responsáveis por seus filhos. Esse jogo é muito utilizado nos primeiros encontros de grupos teatrais, para promover o cuidado e a confiança entre os participantes e o diálogo sobre eles.

- Vivência útero / Busca da mãe – vivência conduzida por Marina.

- Colheita – é um momento para que as mulheres mães possam registrar aquilo que foi mais importante para elas durante o encontro e elaborar um pouco mais tudo o que vivenciaram. O registro não tem um formato definido. É livre e individual, porque será o que fizer sentido para cada participante. Ele pode ser um texto, desenho, imagem, música, movimento, foto e outros; algo criado naquele momento ou algo já pronto, do qual aquela pessoa se lembrou. Em círculo, convidamos cada participante a compartilhar suas colheitas com o grupo, pois isso enriquece a experiência de todas,

cria laços e as aproxima, além de nos ajudar a incrementar os diálogos e ser material para a construção das cenas finais e atos rituais.

- Check out (saída) – em círculo, sentadas no chão, finalizamos o encontro perguntando às participantes: “Como você está saindo?”, isto é, quais emoções, sentimentos, experiências, aprendizados estão vivos agora no seu corpo e na sua mente e que você vai levar daqui? Por último, ficamos em pé no círculo, damos as mãos, respiramos juntas, agradecemos a presença e a confiança em nós e nos despedimos.

Vale ressaltar que, depois de cada jogo, exercício, técnica ou vivência há um momento para o processamento, ou racionalização, do que foi vivido durante sua execução. Para isso, formamos o círculo, sentadas ou em pé, e por meio de perguntas abertas procuramos incentivar o diálogo e aprofundar a experiência: “Foi fácil ou difícil?”, “Por quê?”, “Quais pensamentos, emoções, sentimentos, lembranças, e outros, surgiram?”, “Como você está agora?”. Sobre isso, Boal (2012) afirma:

Deve-se saber por que uma pessoa se emociona (...) O *porquê* é fundamental, pois para nós a experiência é importante; mas o *significado* da experiência é ainda mais importante. Queremos conhecer os fenômenos, mas queremos sobretudo conhecer as leis que os regem. Para isso serve a arte: não só para mostrar como é o mundo, mas também para mostrar por que ele é assim e como se pode transformá-lo. (...) Razão e emoção são indissociáveis. Existe uma simultaneidade entre o sentir e o pensar (BOAL, 2012, pg. 91).

Nesse detalhamento do nosso primeiro encontro, descrevi algumas ferramentas que irão se repetir em todos os encontros. São elas: check in, colheita, check out e processamento/racionalização. Portanto, a partir do próximo encontro, não repetirei as suas informações. Também não repetirei as informações de jogos, exercícios ou vivências que foram realizados novamente nos demais encontros e descreverei apenas aqueles que aparecem pela primeira vez.

<b>TABELA 2 – 2º ENCONTRO – 22/01/19</b>		
<b>JOGOS, EXERCÍCIOS E VIVÊNCIAS</b>	<b>LIVRO</b>	<b>FACILITADORA</b>
Check in	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 62	Anna e Marina
Corrida em câmera lenta	Jogo para atores e não atores, 1a categoria, pg. 125	Anna
Um, dois, três de Bradford	Jogo para atores e não atores, 2a categoria, pg. 162	Anna
A viagem imaginária	Jogo para atores e não atores, 3a categoria, pg. 176	Anna
Criação de cena a partir da viagem imaginária	Técnica de Teatro Ritual	Marina
Colheita	Técnica comumente utilizada em processos de grupo/diálogo	Anna e Marina
Check out	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 63	Anna e Marina

Para este segundo encontro, não sentimos a necessidade de definir um tema específico a ser trabalhado em nenhum dos jogos, exercícios ou vivência. Procuramos criar um encontro mais leve e divertido, com foco na integração das mulheres mães.

- Corrida em câmera lenta – é um jogo da 1ª categoria do TO, denominada Sentir tudo que se toca. As participantes devem correr o mais lentamente possível, não podendo ficar com os dois pés no chão ao mesmo tempo. Ganha quem chegar por último. É um excelente jogo para desmecanizar o corpo e a mente, ativando toda nossa musculatura corporal e promovendo a consciência de seus movimentos. Promove boas risadas, mas, por subverter a ordem, é um jogo que também pode suscitar reflexões diversas sobre competição e como ela nos retira de nossos processos de desenvolvimento, na vida e na maternidade.

- Um, dois, três de Bradford – é um jogo da 2ª categoria do TO, denominada Escutar tudo o que se ouve. Em duplas, uma de frente para a outra, as mulheres mães falarão os números, na ordem, uma de cada vez. Isso causará a alternância de quem fala qual número em cada rodada, gerando confusão mental e muitas risadas. Depois de um tempo de prática, tentando executá-lo o mais rápido possível, os números são substituídos, um a um, por gestos e sons que cada participante da dupla criará na sua vez. Por fim, teremos algo como uma coreografia, quase uma dança, com sons e movimentos rítmicos, que cada dupla apresentará para o grupo. É um jogo que

realmente ativa a escuta, a visão e a atenção para o que o outro diz e faz, pois sem eles é impossível executá-lo.

- A viagem imaginária – é um jogo da 3ª categoria do TO, denominada Ativando os vários sentidos. Esse jogo também é realizado em duplas, onde uma será a cega e a outra a guia. A guia conduzirá a cega por obstáculos tanto reais (dispostos pelo espaço) quanto imaginários, como se elas estivessem em outro lugar, que pode ou não ser real: um supermercado, uma cachoeira, voando de asa delta ou na Lua. Não é permitido falar ou conversar, e toda a comunicação deve ser feita por meio do contato corporal e de sons. A guia é responsável pela integridade física e emocional daquela que está no papel de cega (se perceber algum desconforto em sua parceira deve mudar seus movimentos). Sempre que possível, a guia deve executar os mesmos movimentos que propõe à cega. Essa, por sua vez, deve tentar imaginar onde elas estão. Quando o jogo termina, a cega conta à guia onde imaginava estar e os porquês, considerando tudo que percebeu com seus sentidos, menos a visão. Em seguida, conta sua versão da história para a guia e vice e versa. E então elas as comparam. É um jogo que aprofunda a conexão entre as participantes, por meio do uso de todo seu potencial sensorial, que pode ser comparável a nossa conexão com os nossos filhos e conosco.

- Criação de cena a partir da viagem imaginária – vivência conduzida por Marina.

<b>TABELA 3 – 3º ENCONTRO – 29/01/19</b>		
<b>JOGOS, EXERCÍCIOS E VIVÊNCIAS</b>	<b>LIVRO</b>	<b>FACILITADORA</b>
Check in	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 62	Anna e Marina
Ninguém com ninguém	Jogo para atores e não atores, 1a categoria, pg. 131	Anna
A Máquina de ritmos – tema: paternidade	Jogo para atores e não atores, 2a categoria, pg. 150	Anna
Massagem em círculo, com os olhos fechados	Jogo para atores e não atores, 1a categoria, pg. 129	Anna
Vivência movimentos do cotidiano: Autocuidado e nutrição da própria essência	Técnica de Teatro Ritual	Marina
Colheita	Técnica comumente utilizada em processos de grupo/diálogo	Anna e Marina
Check out + texto - “A belíssima fábula de Xuá-Xuá, a fêmea pré-humana que descobriu o teatro”	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 63 Jogo para atores e não atores, pg. 13	Anna e Marina

Para este terceiro encontro, decidimos repetir com as participantes o jogo A Máquina de ritmos, mas dessa vez com o tema paternidade. Procuramos intercalar encontros com temas que provocam mais reflexões e incômodos, como este e o primeiro, com encontros mais leves e divertidos, como o segundo, sempre buscando a integração das mulheres mães por meio de seus desafios, emoções e pensamentos que aparecem nos vários temas propostos.

- Ninguém com ninguém – é um jogo da 1ª categoria do TO, denominada Sentir tudo que se toca. As participantes, em duplas, devem seguir as instruções da facilitadora para juntarem partes do corpo, como cabeça de uma com mão da outra, pé de uma com o joelho de outra, dentre outras combinações, de forma cumulativa até não conseguirem mais se mexer. Nesse momento, a facilitadora diz: ninguém com ninguém, e todas se soltam. É um ótimo jogo para integração do grupo e desmecanização de corpo e mente.

- A Máquina de ritmos – tema: paternidade – é um jogo da 2ª categoria do TO, denominada Escutar tudo o que se ouve. Ver sua descrição no 1º encontro. Vale destacar aqui a importância desse jogo na construção de uma imagem, e de um entendimento, tanto individual quanto coletivo sobre este tema, e suas reverberações acerca de qual paternidade estamos falando: a do meu pai, do meu marido, aquela que eu entendo e outras. Além do diálogo sobre patriarcado nas nossas casas, famílias e sociedade que este suscitou e como lidamos com isso nas nossas maternidades.

- Massagem em círculo, com os olhos fechados – é um jogo da 1ª categoria do TO, denominada Sentir tudo que se toca. No chão, sentadas em círculo, uma atrás da outra, as participantes massagearão as costas de quem está na sua frente, ao mesmo tempo que recebem uma massagem de quem está atrás de si. Decidimos voltar para um jogo da primeira categoria a fim de proporcionar um momento de relaxamento e reconexão corporal após um dos temas mais importantes na maternidade.

- Vivência movimentos do cotidiano: Autocuidado e nutrição da própria essência – vivência conduzida por Marina.

- Texto - “A belíssima fábula de Xuá-Xuá, a fêmea pré-humana que descobriu o teatro” – no prefácio de seu livro, Boal nos conta essa história emocionante de como uma mulher mãe, primeiro ao se ver duplicada em seu filho e depois tendo que

reconhecê-lo como um ser diferente de si, descobre o outro e a si mesma e, assim, descobre o teatro. Ele também nos relata que, sendo o teatro uma arte tão poderosa, os homens decidiram se apossar dele para espalhar sua visão de mundo e, durante alguns longos períodos da história, baniram as mulheres do seu fazer, tanto como atrizes e como espectadoras, isto é, baniram o outro. Este é um belo texto para refletirmos sobre maternidade, paternidade, o papel e o espaço das mulheres mães na sociedade. Além disso, nos mostra que, ao reconhecermos o outro como um ser legítimo podemos observá-lo e agir de maneira a respeitá-lo, compondo uma comunidade diversa onde também nos respeitamos e somos respeitados. Por isso, decidimos entregar esse texto as participantes nesse encontro.

<b>TABELA 4 – 4º ENCONTRO – 05/02/19</b>		
<b>JOGOS, EXERCÍCIOS E VIVÊNCIAS</b>	<b>LIVRO</b>	<b>FACILITADORA</b>
Check in	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 62	Anna e Marina
O espelho simples + Sujeito e imagem trocam os papéis	Jogo para atores e não atores, 4a categoria, pg. 193	Anna
O escultor toca o modelo	Jogo para atores e não atores, 4a categoria, pg. 201	Anna
Vivência de movimento autêntico: como é e como está?	Técnica de Teatro Ritual	Marina
Quem sou eu? O que eu quero?	Jogo para atores e não atores, 4a categoria, pg. 247	Anna
Colheita	Técnica comumente utilizada em processos de grupo/diálogo	Anna e Marina
Check out	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 63	Anna e Marina

Para nosso quarto encontro, com o grupo já confiante e coeso, com mentes e corpos mais disponíveis para o diálogo e a ação, e tendo passado pelos dois principais temas relativos à maternidade, decidimos fazer uma proposta apenas com jogos e exercícios da 4ª categoria, denominada Ver tudo o que se olha. Eles também compõem as técnicas do Teatro Imagem e apoiam o desenvolvimento de modelos para o Teatro Fórum (para ambos, rever página 69).

- O espelho simples + Sujeito e imagem trocam os papéis – é um jogo da 4a categoria do TO, denominada Ver tudo o que se olha. As participantes distribuídas em duas filas, uma de sujeitos da ação e outra de imagens, ficam uma de frente para a

outra. Ao sinal da facilitadora, os sujeitos começam a se movimentar e as imagens também, refletindo as ações que observam, buscando a sincronicidade e a exatidão de movimentos. É importante que uma pessoa que observe de fora não saiba quem é o sujeito e quem é a imagem. Depois de alguns minutos, as participantes trocarão de papel ao sinal da facilitadora, porém isso deve ser feito sem que ocorra quebras na continuidade das ações. Mais uma vez, é importante que quem esteja de fora não perceba essa mudança. Vale destacar aqui que a reação deve ser igual à ação, provocando a identificação entre as mulheres mães.

- O escultor toca o modelo – é um jogo da 4ª categoria do TO, denominada Ver tudo o que se olha. As participantes distribuídas em duas filas, uma de escultoras e outra de esculturas, ficam uma de frente para a outra. Ao sinal da facilitadora, as primeiras começam a modelar as segundas, tocando o seu corpo para produzir os efeitos esculturais que desejam, buscando a sincronia na complementariedade dos movimentos, que se evidenciam na exatidão da resposta, isto é, no resultado que o escultor quer ver na sua escultura. Vale destacar aqui que a reação deve ser complementar à ação, uma consequência da outra, provocando a diferenciação entre as mulheres mães.

Ambos os jogos proporcionam uma conexão profunda entre as participantes por promover a integração e a resposta de todos os seus sentidos a fim de executar a mesma ação ou a ação complementar, que se transforma em um diálogo corporal e imagético riquíssimo de significados ao despertar sentimentos, emoções e reflexões. E, por todas essas características, esses jogos fazem com que as participantes (imagens, esculturas) comecem a sentir o que as outras sentem (sujeitos, escultores) e vice versa. São excelentes jogos para conectar as mulheres mães entre si, aflorar os seus sentimentos e pensamentos, e construir um campo de trabalho diverso e unido ao mesmo tempo.

- Vivência de movimento autêntico: como é e como está? – vivência conduzida por Marina.

- Quem sou eu? O que eu quero? – é um jogo da 4ª categoria do TO, denominada Ver tudo o que se olha. Nas palavras de Boal, esse jogo é “muito simples, mas terrivelmente difícil” (2012, pg. 247). Por isso, para realizá-lo, é importante uma

boa preparação anterior. A facilitadora pede que cada uma das participantes escrevam em uma folha de papel três definições sobre ela mesma, usando apenas uma palavra, em resposta a três perguntas que ela fará, com um tempo entre uma e outra para que as participantes possam refletir e escrever. São elas: Quem sou eu?; O que eu quero?; e O que é que impede o meu desejo? Os papéis são entregues à facilitadora, sem nomes, para serem lidos para o grupo e assim promoverem o diálogo. Esse jogo, em especial, nos ajuda a revelar para todos (incluindo a si mesmo) como eu me identifico (independente das expectativas dos outros), quais são os meus desejos (e quais são os meus medos relativos a eles), e a identificar quais são as estruturas, pessoas e situações (opressões) que não estão me ajudando nesse caminho. É um jogo que provoca muitas emoções e sentimentos e promove reflexões acerca do poder individual e coletivo de transformação da realidade.

Até aqui, nossa intenção foi trazer à tona a diversidade de sentimentos, emoções, experiências, pensamentos, e outros, das participantes, formando um grande caldeirão de temas. Escolhemos terminar esse quarto encontro com esse jogo porque ele está exatamente na metade do processo proposto por esse laboratório teatral. Nosso objetivo era que as participantes começassem a tomar consciência do caminho que elas haviam percorrido até o momento e começassem a definir o que queriam, e como queriam, fazer com todas essas informações sobre si, sobre o grupo e sobre o que é ser mulher e mãe em suas casas, famílias, cidade e em nossa sociedade.

<b>TABELA 5 – 5º ENCONTRO – 12/02/19</b>		
<b>JOGOS, EXERCÍCIOS E VIVÊNCIAS</b>	<b>LIVRO</b>	<b>FACILITADORA</b>
Check in	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 62	Anna e Marina
Gira	Técnica de Teatro Ritual	Marina
Colheita	Técnica comumente utilizada em processos de grupo/diálogo	Anna e Marina
Check out	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 63	Anna e Marina

Pelos motivos citados acima, decidimos que nosso quinto encontro seria apenas sobre o Teatro Ritual, facilitado pela minha parceira, e que o sexto encontro incluiria apenas sobre o Teatro do Oprimido, facilitado por mim. A ideia era mostrar às mulheres mães os caminhos possíveis para seguirmos trabalhando seus temas de maneira

lúdica e acolhedora, e promovendo a convergência necessária de todo material produzido por elas para a conclusão desse processo com uma cena final ou um ato ritual, individual ou coletivo.

<b>TABELA 6 – 6º ENCONTRO – 19/02/19</b>		
<b>JOGOS, EXERCÍCIOS E VIVÊNCIAS</b>	<b>LIVRO</b>	<b>FACILITADORA</b>
Check in	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 62	Anna e Marina
Empurrar um ao outro	Jogo para atores e não atores, 1a categoria, pg. 116	Anna
Máquina de ritmos – tema: família	Jogo para atores e não atores, 2a categoria, pg. 150	Anna
A foto dinamarquesa	Jogo para atores e não atores, 4a categoria, pg. 228	Anna
Canto da sereia + Dissociação: pensamento, diálogo, ação	Jogo para atores e não atores, 3a categoria, pg. 185 Idem, Técnica do Tira na Cabeça, pg. 288	Anna
Colheita	Técnica comumente utilizada em processos de grupo/diálogo	Anna e Marina
Check out	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 63	Anna e Marina

Nesse encontro, optei por apresentar às mulheres mães uma oficina mais “tradicional” de Teatro do Oprimido, onde utilizo apenas jogos e exercícios contidos no livro Jogos para atores e não atores, desde a 1ª até a 4ª categoria, e que culmina na montagem de uma imagem e sua dinamização (técnicas de apoio para construção de personagens/cenas), que poderia ser desenvolvida até evoluir para um pequeno Teatro Fórum, se todas as participantes assim desejassem. Esse encontro teve a família como tema central, tanto para guiar nossas escolhas em relação aos jogos, exercícios, técnicas e vivências, como também para ser trabalhado pelas participantes por meio deles.

- Empurrar um ao outro – é um jogo da 1ª categoria do TO, denominada Sentir tudo que se toca. Em duplas, de mais ou menos o mesmo tamanho, peso e força, as participantes colocam as mãos umas nos ombros das outras, abaixam-se um pouco, imaginam uma linha no chão entre elas – e tentam se empurrar mutuamente, utilizando toda sua força. O objetivo aqui é não ultrapassar essa linha, é não vencer, é manter-se nessa relação, tentando compreender o outro, suas intenções e movimentos. Para isso,

as duplas devem perceber se uma delas têm menos força que a outra. A que tiver mais força deve diminuir a sua, e a que tiver menos força deve tentar aumentá-la. Se ela aumentar sua força a ponto de passar a linha imaginária, a outra deve aumentar a sua força também. Em seguida, realizamos o mesmo jogo com costas contra costas e bunda contra bunda. “Este é um exercício muito importante, sobretudo porque mostra fisicamente o que deve ser a ação maiêutica\* do ator durante uma sessão de Teatro Fórum” (BOAL, 2012, pg. 116), isto é, sua atuação deve provocar mais perguntas nos espectadores do que entregar respostas, os estimulando a expô-las, a inventarem e descobrirem seus próprios caminhos, e gerando aprendizado para todos.

- A Máquina de ritmos – tema: família – é um jogo da 2ª categoria do TO, denominada Escutar tudo o que se ouve. Ver sua descrição no 1º encontro. Vale destacar aqui a importância desse jogo na construção de uma imagem, e de um entendimento, tanto individual quanto coletivo sobre este tema, e suas reverberações acerca de qual família estamos falando e sua configuração: a família na qual nasci, a família que criei, com meus filhos e/ou companheiro(a), a família na qual nasceu meu marido, aquela do comercial de margarina e outras. Trabalhar sobre este tema trouxe os outros (maternidade, paternidade, patriarcado) de volta para o diálogo, e nos ajudou a ampliar o nosso entendimento sobre o contexto social, econômico, político, cultural, e outros, onde estamos inseridas e no qual desenvolvemos nossa maternidade. “O tema família é, aliás, uma constante na trajetória do Teatro do Oprimido, sendo talvez o mais discutido. Em todas as sociedades existe família. Qual? Em cada uma, trata-se de uma família diferente, de acordo com a cultura, classe, país, regime, idade (...)” (BOAL, 2012, pg. 259).

- A foto dinamarquesa – é um jogo da 4ª categoria do TO, denominada Ver tudo o que se olha. Todas juntas, caminham pelo espaço como um grupo a passeio. Depois de uns minutos, a facilitadora diz: “Uma foto para” (e aqui nomeia uma pessoa que ela quiser: mãe, pai, marido, filho, papa, melhor amiga, chefe e outros) e todas param para fazer uma pose que gostariam de enviar para essa pessoa. Depois, é a vez das participantes revezarem-se entre si, uma a uma, e pedirem uma foto. É muito interessante observar as diferenças entre as fotos, e entre as poses das participantes, principalmente naquelas imagens destinadas às mães e aos pais. É um jogo divertido e

ao mesmo tempo revelador das características das relações, das falas não ditas, daquilo que está no corpo, mas ainda escondido na mente, e da imagem coletiva que carregamos sobre os papéis de algumas pessoas.

- Canto da sereia – é um jogo da 3a categoria do TO, denominada Ativando os vários sentidos. Decidi inverter a ordem entre a 3a e a 4a categoria porque este jogo traz um momento de introspecção necessário para falarmos de opressão. Este é um jogo difícil e delicado de se conduzir, pois explora histórias reais das mulheres mães. Deve ser realizado depois da metade do processo ou depois de uma quantidade de encontros suficientes para que o grupo esteja integrado e as participantes sentindo-se seguras umas com as outras. A facilitadora pede que todas as mulheres mães formem uma roda no centro do espaço, em uma posição confortável, fechem os olhos, respirem profundamente, e pensem em uma opressão do passado ou do presente em suas vidas. Uma por vez, a seu tempo, emitirá um som que represente a sua opressão (grito, gemido, lamento, choro). A facilitadora então a conduzirá para um dos cantos da sala. Fará isso com duas, três ou mais participantes que tenham sons bem distintos, dependendo do tamanho do grupo. Em seguida, essas participantes devem emitir seus sons ao mesmo tempo, e as demais que ainda estão em roda, devem se dirigir àquele som que mais traduz sua opressão, de olhos fechados, formando pequenos grupos. Todas abrem os olhos e as participantes cujo som foi escolhido, relatam a sua história para o seu pequeno grupo e em seguida as outras fazem o mesmo. É interessante perceber que as histórias são sempre muito parecidas e suscitam diálogos profundos sobre as opressões.

Este jogo se encerra aqui, mas podemos aproveitar as histórias apresentadas para evoluirmos dentro das técnicas de TO e utilizar uma das Técnicas do Tira na Cabeça para a composição de uma imagem da opressão e sua dinamização, e isso foi o que escolhi fazer. Em seguida, pedi que cada grupo escolhesse uma história com a qual todas mais se identificavam ou que melhor representasse as suas histórias, e que escolhessem uma participante para contá-la aos demais grupos (sem revelar de quem era a história). Sentadas em círculo, ouvimos três histórias de opressão diferentes e, da mesma maneira, escolhemos uma para trabalhar com o grupo todo no próximo jogo. A

dona da história pode ou não se revelar para o grupo todo. Nesse caso, ela se revelou e quis ser a protagonista da própria história.

- Dissociação: pensamento, diálogo, ação – é uma das técnicas do Tira na Cabeça e que compõe as técnicas do Teatro Imagem. Consiste em montar uma imagem relacionada a opressão, que pode ser realista ou simbólica. A participante/protagonista definiu a imagem: quais pessoas estariam nela, quem faria qual papel, definiu qual era a imagem da ação de cada uma dentro da imagem maior, sua posição, quais objetos e quais eram os ambientes que compunham a imagem. Por meio de perguntas, as participantes foram ajudando-a nesse processo até a finalização da imagem. Quando esta etapa estava concluída, pedi que ficassem em silêncio por um minuto, naquela posição, percebendo como seu corpo e mente reagiam às informações que receberam sobre os papéis que já estavam representando. Em seguida, pedi que improvisassem, criando uma cena com pequenas ações (como virar a página de um livro, porque a ideia é ficar parada) e falas que a protagonista havia fornecido. Após um minuto, pedi que ficassem em silêncio e paradas novamente, mas dessa vez, que prestassem atenção ao seu monólogo interior, isto é, seus pensamentos e emoções decorrentes de seus personagens. Depois, pedi que começassem a falar seu monólogo interior, em voz baixa e paradas, prestando atenção apenas em si, e após alguns minutos, pedi que recomeçassem um diálogo com essas novas informações, retomando a improvisação, mas ainda imóveis.

Esse jogo tem mais uma parte onde as participantes entram em ação, em silêncio e de forma lenta. Decidi adaptá-la e perguntei o que cada uma acreditava que poderia fazer nessa cena que ajudasse a protagonista a quebrar sua opressão, a mudar o fim da sua história. Então, cada uma disse o que imaginava, se acreditava que poderia ajudar ou não e, em seguida, improvisaram essas mudanças. Dessa forma puderam sentir um pouquinho desse processo de colocar em práticas suas ideias em relação a cena.

<b>TABELA 7 – 7º ENCONTRO – 26/02/19</b>		
<b>JOGOS, EXERCÍCIOS E VIVÊNCIAS</b>	<b>LIVRO</b>	<b>FACILITADORA</b>
Check in	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 62	Anna e Marina
Imagem da hora	Arco-íris do desejo, pg. 131	Anna
Construção das cenas/rituais: fluxogramas	Técnica comumente utilizada em teatro	Anna e Marina
Colheita	Técnica comumente utilizada em processos de grupo/diálogo	Anna e Marina
Check out	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 63	Anna e Marina

Neste penúltimo encontro, decidimos dividir o tempo em apenas dois momentos. O primeiro é um jogo que, ao mesmo tempo que nos permite desmecanizar o corpo e a mente, também nos conduz pelas questões importantes relacionadas ao nosso dia a dia como mães e as opressões que se manifestam nos detalhes. A segunda parte foi dedicada a convergência do processo vivido pelas participantes, definição do tema para a cena final ou ato ritual, o desenho de seu fluxograma (com começo, meio e fim) e demais definições (como material de cena que seria utilizado, apoio de alguma participante, uso de música, entre outros).

- Imagem da hora – é um jogo do Arco-íris do desejo, uma das técnicas do TO. A facilitadora pede que as mulheres mães caminhem pela sala, independentes uma da outra, e depois de algum tempo pedirá que improvisem uma pequena ação, sozinhas, de acordo com sua orientação, que contém: um dia e um horário. Para esse grupo, defini previamente que os dias seriam: um dia típico em suas vidas, o Dia das Mães (que poderia ser o último vivenciado) e o dia do fim de ano. Os horários foram escolhidos de acordo com a dinâmica de famílias com criança pequena: 7 h (acordar), 10 h (1a soneca para quem tem filhos menores de 2 anos), 12 h (almoço), 14 h (2a soneca para quem tem filhos menores de 2 anos; e uma única soneca para quem tem filhos maiores de 2 anos), 17 h (transição passeio – casa), 19 h (jantar), 21 h (dormir) e 24 h (final do dia e das atividades). Então, comecei dizendo: “Hoje é um dia típico em sua vida, aquele que se repete com maior frequência na sua semana. Conforme eu for falando os horários, vocês devem parar de andar e começar a fazer o que vocês fazem nesse horário”. Depois de algum tempo, eu falava: agora podem voltar a caminhar. E logo depois, falava outro horário daquele dia e o ciclo de instruções se repetia. Até

aquele dia acabar nas 24 h e começar um novo dia. E assim passei por todos os dias definidos e seus horários. Escolhi esse jogo para esse dia com o objetivo de as mulheres mães adquirirem maior consciência de suas ações, de suas vidas, e se questionarem se querem continuar assim ou não, o que querem mudar, e quais as possibilidades. Por fim, nos sentamos em círculo, e eu trouxe para elas tudo que vi de semelhanças e de diferenças, e assim iniciamos o diálogo mais profundo de todos os encontros, ancorado em todos os outros que já havíamos realizado até ali, e que nos permitia questionar e querer mudanças nas nossas vidas, com nossos filhos, parceiros, famílias, trabalho e outros. Esse jogo foi muito útil para ajudá-las a enxergar e definir suas cenas finais e/ou atos rituais. De acordo com Boal, “Esta técnica, de natureza prospectiva, é muito simples e muito útil para a mobilização rápida do grupo e para a verificação estética de seus elementos comuns” (1996a, pg. 131). e, eu acrescentaria, de seus elementos desiguais.

<b>TABELA 8 – 8º ENCONTRO – 05/03/19</b>		
<b>JOGOS, EXERCÍCIOS E VIVÊNCIAS</b>	<b>LIVRO</b>	<b>FACILITADORA</b>
Check in	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 62	Anna e Marina
Preparação para apresentação das cenas/rituais	Técnica comumente utilizada em teatro	Anna e Marina
Apresentação das cenas/rituais	Técnica comumente utilizada em teatro	Anna e Marina
Colheita - depoimentos participantes	Técnica comumente utilizada em processos de grupo/diálogo	Anna e Marina
Check out	Mapeando diálogos, O Círculo, pg. 63	Anna e Marina

O último encontro também foi dividido em apenas dois momentos: o primeiro foi destinado à conclusão das cenas finais e atos rituais pelas participantes, com o meu apoio e da Marina, e o ensaio dos mesmos. No segundo momento aconteceram quatro apresentações e, em seguida, uma celebração. Decidimos fazer mais um encontro, que aconteceu no dia 26 de março, porque quatro participantes não conseguiram finalizar seu processo até o oitavo encontro. Por fim, apenas uma das mulheres mães não apresentou seu ato ritual, apesar de tê-lo elaborado e colocado em prática dias depois.

### **4.3 – O Fractais Maternos sob a ótica do Teatro das Oprimidas, Feminismo Matricêntrico e do Ecofeminismo**

A presente pesquisa começou a ser delineada com a criação do Fractais Maternos – Laboratório Teatral para Mulheres Mães, em 2019. Durante os quase seis meses de encontros semanais, comecei a entender como nossa sociedade patriarcal e capitalista atua sobre as mulheres que se tornam mães, dominando-as e oprimindo-as. Com meu retorno ao mestrado da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade – ESCAS do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, no final do mesmo ano, compreendi a necessidade de ampliar meu olhar sobre as questões de gênero e maternidade, entendendo como estas se conectam com a dominação e exploração insustentável da natureza em geral. Outro ponto relevante para este trabalho é verificar se, e como, essas questões podem ser trabalhadas por meio do fazer teatral. Para isso, antes de apresentar minhas considerações finais para essa dissertação e elaborar uma proposta de intervenção, é importante demonstrar o que cada uma das áreas de conhecimento apresentadas ao longo dessa dissertação (Ecofeminismo, Feminismo Matricêntrico e Teatro das Oprimidas) ratificou da minha experiência prática com o Fractais Maternos, e como essas áreas contribuem para a sua ampliação e reestruturação, tendo a finalidade de criar uma proposta de laboratório teatral para reconectar mulheres mães e natureza baseada na luta contra a dominação e a opressão de ambas.

#### **O Fractais Maternos sob a ótica do Teatro das Oprimidas**

O livro Teatro das Oprimidas foi lançado em julho de 2019, justamente entre a 1ª e a 2ª edição do Fractais Maternos – Laboratório Teatral para Mulheres Mães. Nele, Bárbara Santos conta a sua trajetória de mais de dez anos trabalhando as técnicas do Teatro do Oprimido com grupos de mulheres e apresenta a metodologia que desenvolveu ao longo desse período. Adquiri o livro assim que foi lançado, pois sabia que ali poderia encontrar muita inspiração, respostas e direção para o que eu e minha parceira estávamos desenvolvendo com as mulheres mães em Serra Grande, Bahia. O mais importante que encontrei no livro, ou na experiência da Bárbara Santos e seu método, foi a confirmação de algumas de nossas escolhas para o Fractais Maternos,

pois ela (e sua parceira nos laboratórios iniciais, Alessandra Vannucci) fez basicamente as mesmas para a elaboração do que viria a ser o Teatro das Oprimidas. Esse fato ratificou nosso caminho e nos empoderou para seguirmos em frente com esse trabalho, que já sentíamos ter um potencial transformador.

Uma dessas escolhas foi trabalhar apenas com mulheres. Sua experiência com o Teatro do Oprimido, desde 1990, a fez perceber a necessidade por um espaço-tempo exclusivo e protegido para que as mulheres, curingas ou não, pudessem se aprofundar em questões como machismo e patriarcado e enxergar que as situações opressivas que vivenciamos cotidianamente não são particulares e nem naturais, sem serem silenciadas, deslegitimadas e/ou atacadas por seus pares homens, curingas ou não. Nas palavras de Santos, o objetivo do Teatro das Oprimidas “era responder à necessidade de criar um espaço privilegiado para a discussão das especificidades das opressões enfrentadas por mulheres. Espaço onde a confiança mútua e a solidariedade pudessem ser reforçadas e valorizadas (...) de reconhecimento, de visibilidade e empoderamento” (SANTOS, 2019, pg. 50). Nossa experiência como mulheres mães também nos trouxe a mesma necessidade de termos um espaço-tempo exclusivo e protegido para investigarmos e aprofundarmos as questões advindas da maternidade, além das de gênero. O Fractais Maternos surgiu em resposta a essa necessidade, advinda das inquietações de duas mulheres mães e artistas cênicas e de suas observações em rodas de puerpério e grupos de mães, presenciais ou virtuais, e confirmada com as participantes durante os encontros. Assim, Santos nos deu a certeza e a tranquilidade de que ao nos diferenciarmos como mulheres mães, estávamos apenas reconhecendo uma necessidade, criando um espaço para estarmos entre aquelas que vivenciam experiências opressivas semelhantes, nos sentirmos protegidas para falarmos sobre elas, nos fortalecermos mutuamente e investigarmos alternativas para superá-las.

Outra decisão consistiu em assumir que, mesmo como facilitadoras, Santos e Vannucci queriam estar com as mulheres nesse processo. Nas palavras de Santos, “(...) não iríamos fazer uma experiência com outras mulheres, para o bem de outras mulheres ou para resolver o problema delas: as outras. Era preciso definir desde que lugar estaríamos nesse processo, porque queríamos, mesmo como facilitadoras, estar

com mulheres entre mulheres” (SANTOS, 2019, pg. 77). E essa também foi a nossa escolha. Queríamos fazer parte do processo junto com as mulheres mães mesmo que, às vezes, nossa participação nos jogos, exercícios e vivências fosse parcial, porque estávamos facilitando-os. Mas, sendo o Laboratório Madalena e o Fractais Maternos fruto das inquietações, observações e necessidades de suas facilitadoras, acredito que inexistia uma maneira de não ser atravessada por eles e não fazer parte desses processos de investigação.

O corpo foi definido como ponto de partida para a investigação das opressões, e não apenas a mente. De acordo com Santos, “O corpo, depósito de experiência de vida, se transforma em fonte de descoberta. No caso das mulheres, experiência de opressão inevitável” (2019, pg. 79). Desde que nascemos, somos oprimidas para nos adequarmos ao estereótipo de gênero feminino vigente, que busca moldar nossos corpos e mentes, e quando nos tornamos mães, novas opressões somam-se as anteriores, pois passamos por transformações corporais e psíquicas únicas e inerentes a esse processo. Por isso, nosso ponto de partida também foi nossos corpos. Por meio dos jogos, exercícios e vivências, podemos acessar conteúdos que apenas através de rodas de diálogo não seria possível. Eles nos levam a romper com nossos movimentos automáticos e, por isso, desarmam principalmente nossas mentes. Isso nos vulnerabiliza ao mesmo tempo que nos permite descobrir sentimentos e pensamentos que estavam escondidos e/ou que não sabíamos existir em nós. Isto é, entramos em contato com as opressões que, de tanto se repetir ao longo de nossas vidas, acabamos internalizando-as. Quando isso ocorre, não é preciso uma ação externa para nos oprimir, nós mesmas nos tornamos nossas opressoras. E, tão importante e necessário quanto descobrir nossas opressões internalizadas, é fazer o caminho inverso e ir desvendando e enxergando as opressões externas a nós, as quais fomos submetidas e ainda somos, que vem da sociedade de maneira geral (companheiro, família, amigos, comunidade, instituições e outros), pois elas ajudam a criar e reforçam as primeiras. Trabalhar o corpo e dialogar sobre esse processo nos permite ter consciência sobre ambos os tipos de opressão, como elas atuam em nossos corpos e mentes, e lutar contra elas em conjunto.

Santos também escolheu utilizar o formato de laboratório teatral para criar esse espaço privilegiado, e não simplesmente propor um curso ou oficina de Teatro do Oprimido exclusivo para mulheres. Ela conta que “Depois de alguns encontros (com Alessandra) sugeri que desenvolvêssemos a iniciativa em formato de laboratório, para garantir o caráter experimental e, como seria exclusivo para mulheres, que intitulássemos de Teatro das Oprimidas” (2019, pg. 50). O primeiro laboratório foi denominado Laboratório Madalena – Teatro das Oprimidas, pois Madalena, uma personagem bíblica controversa, já era estudada por Santos há alguns anos. Pelo mesmo motivo, nós também nos decidimos pelo formato de laboratório, para experimentar quais jogos, exercícios e vivências seriam mais eficazes, na prática, em levantar questões importantes para as mulheres mães, para promover o diálogo, apoiar as reflexões que poderiam surgir e o fortalecimento mútuo das participantes. E, escolhemos o nome Fractais Maternos – Laboratório Teatral para Mulheres Mães, para deixar claro o que é e a quem se destinava nossa proposta. Nomear os laboratórios é importante e complementar a decisão de trabalhar com um grupo específico. E, quando nomeamos algo, ele passa a existir e é preciso reconhecê-lo.

Outra escolha em comum foi a utilização dos jogos e exercícios do Teatro do Oprimido na primeira parte dos encontros para desmecanizar corpos e mentes, seguidos de técnicas e vivências emprestadas de outras metodologias ou criadas especificamente para esses laboratórios e que buscam trabalhar a sinestesia – isto é, a transformação de um material artístico em outro, por exemplo, produzir uma imagem a partir de um texto ou de uma música e vice e versa, integrando os sentidos – e a reintegração de corpo e mente por meio da elaboração de pequenas cenas, coreografias, performances, e outros. Porém, para o primeiro ato do Teatro das Oprimidas, Santos definiu, e recomenda que seja utilizada, uma sequência específica de jogos e exercícios de aproximação e apresentação. Nas palavras da autora, “para os demais atos, sugiro que cada facilitadora escolha os exercícios e jogos que parecerem mais adequados. Indico o arsenal do Teatro do Oprimido e os do processo criativo de som/ritmo como base (...)” (2019, pg. 112). Verificar que a base e a estrutura dos laboratórios do Teatro das Oprimidas era a mesma que propusemos para

o Fractais Maternos nos trouxe mais segurança e confiança no trabalho que estávamos desenvolvendo.

Com todos esses elementos ratificados pelo Teatro das Oprimidas, decidimos manter a base e a estrutura da nossa primeira experiência, seus jogos e exercícios seguidos por suas técnicas e vivências para a segunda edição do Fractais Maternos. Porém, estimuladas pela experiência de Santos, que utilizou várias outras técnicas do Teatro do Oprimido no Laboratório Madalena, sentimos a necessidade de incluir mais três encontros específicos para trabalharmos o som, a palavra e a imagem, aprofundando a reflexão sobre esses três elementos estéticos que compõem a base teórica do método de Boal e procurando entender sua contribuição na construção do conceito de maternidade vigente. Também avaliamos a possibilidade de mesclar a divisão temática dos encontros produzidos por Santos (imagens herdadas, reforçadas, incorporadas ou refletidas, questionadas e por construir), com os nossos encontros, mas, naquele momento, o que havíamos realizado na primeira edição do nosso laboratório nos pareceu suficiente para propormos uma segunda edição. Além disso, sua estrutura de cinco encontros com quatro horas cada não parecia ser compatível com a nossa estrutura de oito encontros com duas horas cada, e que ampliaríamos para doze encontros na edição seguinte.

Para a proposta de laboratório teatral que apresentarei mais adiante, procuramos manter todos os aspectos que foram corroborados pela metodologia do Teatro das Oprimidas e reavaliei a divisão temática dos seus encontros, de maneira a incorporar, principalmente, suas técnicas e vivências específicas que fazem sentido quando pensamos na história de dominação e opressão das mulheres, e entendendo como estas podem apoiar diálogos sobre o Ecofeminismo, considerando a ótica do Feminismo Matricêntrico.

### **O Fractais Maternos sob a ótica do Feminismo Matricêntrico**

O Feminismo Matricêntrico me encontrou quando eu estava justamente buscando entender como a maternidade pode transformar de maneira tão importante a vida das mulheres, e como conciliar esta última com as necessidades e demandas genuínas de um bebê e/ou de uma criança. Em outras palavras, como se tornar mãe

sem deixar de ser mulher, mas fazendo as adaptações e transformações necessárias que uma mudança na vida como esta demanda. Era maio de 2019, tínhamos finalizado a 1ª edição do Fractais Maternos em março, estávamos muito felizes com os resultados dessa experiência – que confirmaram nossa hipótese de que um espaço lúdico e acolhedor para falarmos sobre maternidade era possível e reconhecido –, e minha parceira havia acabado de parir sua terceira filha, ou seja, tornou-se mãe novamente e viu sua vida se transformar mais uma vez. De imediato, o que mais me chamou a atenção quando comecei a ler sobre o Feminismo Matricêntrico, foi encontrar uma linha de pesquisa que busca incluir as mães no feminismo e, mais que isso, que defende que as mães precisam de um feminismo próprio, baseado nas suas experiências cotidianas de maternidade. Isto é, as mães importam! E é preciso diferenciá-las ao falarmos sobre mulheres, se não, corremos o risco de continuar escondendo as mães, suas demandas e necessidades específicas.

Essa abordagem foi de encontro ao que estávamos realizando com os laboratórios teatrais e ratificou e validou nossa escolha de trabalhar apenas com as mulheres mães. Para O'Reilly (2021), ser mãe é uma interseccionalidade assim como raça, cor, religião, condição social, e outros, que o feminismo em geral – e principalmente o acadêmico – não consegue enxergar e trabalhar, pois acredita ser a maternidade o cerne da dominação e opressão das mulheres. Assim como o Teatro das Oprimidas e o Ecofeminismo, o Feminismo Matricêntrico entende que a raiz desse problema está no sistema patriarcal capitalista vigente nas sociedades ocidentais, e não na capacidade reprodutiva presumida de mulheres e meninas. Essa capacidade não é o que nos domina – uma vez que há indícios de que tínhamos mais controle sobre ela até a idade média do que atualmente –, mas é o que o patriarcado tem buscado dominar há séculos. De acordo com O'Reilly (2021), as feministas se esquivaram de aprofundar o debate sobre maternidade nos últimos quarenta anos pois, para elas, “(...) chamar a atenção para a subjetividade de gênero específica das mulheres como mães é subscrever um ponto de vista essencialista: reconhecendo e afirmando o que é visto como marca e manutenção da diferença de gênero e, portanto, da opressão das mulheres” (2021, pg. 27).

Por isso, ainda hoje, é um tabu falar sobre os problemas enfrentados pelas mulheres mães em seus processos de maternidade, desde a gestação, passando pelo parto e puerpério, até a criação dos filhos. O Feminismo Matricêntrico validou o que eu e minha parceira sentíamos, desde o momento em que engravidamos, e que conseguimos abordar e ratificar com as participantes dos laboratórios teatrais que facilitamos: que as opressões contra as mulheres intensificam-se quando elas se tornam mães, tanto aquelas internalizadas – aprendidas consciente e inconscientemente com as nossas avós, tias, mães, e outras mulheres –, quanto as opressões externas a nós – presentes na sociedade em geral, reproduzidas pelas suas instituições e por discursos patriarcais nos meios de comunicação. Portanto, chamar a atenção para a subjetividade de gênero específica das mulheres como mães é preciso e urgente, para que possamos dar-lhes voz, tornar visível todo seu trabalho de cuidado e reuni-las para que possam se reconhecer umas nas outras, validarem-se e juntas construírem caminhos para tentarmos mudar essa realidade. Reconhecer que o cerne da nossa opressão está na nossa capacidade reprodutiva não é subscrever um ponto de vista essencialista, é apenas constatar um fato histórico.

O discurso da maternidade patriarcal, construído ao longo da história, vem sendo utilizado para domesticar e redomesticar as mulheres e as mães, isto é, para circunscrevê-las às atividades relacionadas a casa e aos filhos e para reforçar o entendimento do seu trabalho de cuidado como algo natural às mulheres e disponível para quem precisar – um bem comum. Entender as diferenças entre maternidade (instituição patriarcal) e maternagem (experiência das mães), compreender que a prática materna (preservar, nutrir e treinar os filhos) é o que constrói o pensamento materno (capacidade de planejar, organizar e gerenciar a casa e a vida dos filhos) e saber que a maternidade intensiva (na qual as mães praticamente existem apenas para atender as necessidades e os desejos dos filhos) é o discurso vigente em nossa sociedade, me trouxe a clareza e a certeza de que as mulheres mães trabalham excessivamente e são muito exploradas na sua maternidade – ou no seu trabalho de cuidado não remunerado – pela sociedade em geral, principalmente aquelas que são donas de casa, por vontade própria ou por necessidade.

Além disso, confirmou que o trabalho materno não é uma condição biológica, mas uma habilidade que pode ser adquirida pela sua prática, transmitida consciente ou inconscientemente de uma geração de mulheres para a seguinte, em casa e na sociedade. Como afirmam algumas feministas: a socialização não falha. Mas podemos e devemos começar a mudar a socialização de nossas filhas e filhos, tentando promover a conscientização e o empoderamento de suas mães, para que o trabalho materno de cuidado não remunerado seja valorizado, tanto quanto o trabalho remunerado, e dividido com os homens/pais, com a família e com a sociedade em geral. Talvez, apenas assim possamos retomar o controle de nossos corpos, tanto na reprodução da vida (gestar, parir e amamentar) quanto na sua manutenção (trabalho materno) e na produção (trabalho remunerado).

É interessante notar que o trabalho biológico de reprodução da vida que as mulheres mães desempenham com seus corpos é, justamente, aquele que a nossa sociedade patriarcal e capitalista busca controlar. Enquanto a criação dos filhos, que era um trabalho compartilhado socialmente, passou a ser entendido como responsabilidade apenas de suas mães, com orientação dos especialistas. Retomar o controle de nossos corpos significa reassumir o protagonismo de seus processos de reprodução e manutenção de vida – em todos os sentidos – e de produção, em uma sociedade que, de tanto dedicar-se a dominar e oprimir as mulheres, mães, outras pessoas subjugadas e a natureza, acabou se desconectando da vida em todas as suas formas e desaprendeu a lidar com elas. Atualmente, é a maternidade o principal campo de batalha para a redomesticação das mulheres, tanto em relação aos seus corpos quanto às suas mentes. De acordo com O'Reilly "(...) a maternidade se tornou uma das maiores obsessões da mídia das últimas três décadas, explodindo especialmente em meados da década de 1980 e continuando inabalável até o presente" (2021, pg. 95). Obviamente, é o discurso de maternidade patriarcal vigente que têm sido propagado.

Compreender e reconhecer que a construção da imagem da boa mãe e, conseqüentemente, da mãe má, se dá mediante o controle dos corpos e das mentes das mulheres, desde que nascem – assim como o Ecofeminismo identificou as interconexões que buscam dominar e oprimir as mulheres e a natureza nas mais diversas áreas do conhecimento –, valida nossa escolha de trabalharmos as questões

da maternidade por meio do Teatro das Oprimidas. Essa metodologia tem como premissa o empoderamento das mulheres oprimidas, isto é, busca nomear, analisar e desafiar os discursos e a estética do opressor em todas as suas manifestações – assim como a maternidade empoderada defendida por O’Reilly (2021) –, (re)construindo-os a partir da experiência das próprias participantes no laboratório teatral, por meio de jogos, exercícios e vivências que buscam o diálogo e a reconexão entre elas e entre os seus corpos e suas mentes.

De acordo com O’Reilly, o corpo das mulheres mães é local de empoderamento e resistência ao patriarcado na cultura indígena e, “(...) semelhante as mães negras, as mães indígenas alcançam poder e valor justamente por meio de seu trabalho materno valorizado política e socialmente” (2021, pg. 15). Podemos olhar para essas maternidades, e para outras que são entendidas como desviantes do discurso normativo, para encontrar possíveis meios de resistir ao patriarcado e maneiras de atuar que possam empoderar as mães que estão sob o jugo da maternidade patriarcal. Em resumo, entendo que só conseguiremos ter nosso trabalho materno valorizado política e socialmente se buscarmos, em primeiro lugar: conscientizar para empoderar as mães sobre o valor que esse trabalho tem para a sociedade e o poder que elas têm ao exercê-lo e; em segundo: se conseguirmos fortalecê-las como grupo social para que elas comecem a transformar suas realidades nas suas casas, famílias e na sociedade em geral.

Vale lembrar que, de acordo com as feministas, o pessoal é político, isto é, o que acontece em casa reflete o que acontece na sociedade. Portanto, todas nós estamos enfrentando os mesmos desafios em maior ou menor grau como mulheres mães em uma sociedade patriarcal e capitalista. Ensaiar novas ações por meio do teatro, em um grupo pequeno de mulheres mães de maneira segura, antes de colocá-las em prática fora do espaço teatral, pode ser um apoio muito eficiente na busca por uma maternidade empoderada.

## **O Fractais Maternos sob a ótica do Ecofeminismo**

Descobri o ecofeminismo ao começar a investigar as relações entre gênero, maternidade e desenvolvimento sustentável para esse trabalho. Já era do meu conhecimento que mulheres e crianças são as mais afetadas pelas mudanças climáticas por constituírem a maior parte da população em condição de pobreza mundialmente, ambas situações fruto da nossa sociedade patriarcal e capitalista, e que, para aquelas que se tornam mães, as opressões e a dominação masculina apresentam-se ainda mais fortes como, por exemplo, na medicalização do parto e na demissão após o retorno da licença maternidade, mas não conseguia enxergar e entender muito bem como esses assuntos se relacionavam. A princípio, tive receio de seguir por essa linha de pesquisa por acreditar que ela desempoderava e/ou inferiorizava as mulheres e, conseqüentemente, as mães, por conectá-las à natureza de maneira essencialista e mística/religiosa. Porém, quando comecei a ler e estudar sobre o ecofeminismo, eu entendi que a minha percepção era decorrente de uma estratégia patriarcal capitalista que ganhou força no final dos anos noventa para desqualificar e desarticular esse movimento. Além disso, descobri como minha prática com os laboratórios teatrais estava alinhada tanto à teoria quanto à prática ecofeministas e como poderia potencializar esse trabalho com as mulheres mães reconectando-as, e a mim e a minha parceira, com a natureza.

A filosofia ecofeminista me mostrou e ratificou o que eu vinha observando e experienciando como mulher mãe, curinga do Teatro do Oprimido e facilitadora do Fractais Maternos – e também o que vivi como criança e adolescente –, mas que eu ainda não conseguia nomear e afirmar com muita clareza, a saber: é o patriarcado a estrutura conceitual opressiva fundante da nossa sociedade ocidental e que mantém, dá continuidade e legitima a dominação e a opressão das mulheres, de outras pessoas que são subjugadas (crianças, idosos, e outros) e da natureza, explorando-as insustentável e irresponsavelmente. O que eu não supunha ao começar a estudar o ecofeminismo é que o patriarcado também subjugava a natureza e que o capitalismo é um modo de produção patriarcal, sendo sua expressão mais sofisticada e generalizada. Ao subjugar nossa própria natureza, isto é, ao dissociar corpo e mente, identificando o primeiro com a natureza e o segundo com a cultura, e posicionando a mente como

superior moralmente ao corpo e aos seus processos e ciclos naturais, por ser possível manipulá-los conscientemente, subjuga-se o corpo da mulher e seus filhos e o corpo da terra e a natureza em geral. Compreender que a raiz da dominação das mulheres e da natureza é a mesma ampliou meu olhar tanto para as questões de gênero quanto para as ambientais, e me ajudou a entender onde e como acontece, de maneira irrefutável, a conexão (e identificação) entre mulheres e natureza: na capacidade reprodutiva de ambas, ou na capacidade de ser mãe, no caso das mulheres. Poder afirmar isso, baseada em um arcabouço teórico-prático construído por mulheres das mais diversas áreas do conhecimento no mundo, e que justamente por isso é desqualificado na sua prática e invisibilizado na sua teoria, já é em si, libertador.

Além disso, estudar o ecofeminismo me trouxe mais confiança e certeza no meu trabalho com o laboratório teatral, e me fez compreender de maneira ainda mais contundente a importância de trabalharmos esses conteúdos, primeiro, por meio dos nossos corpos de mulheres mães – para acessarmos conteúdos que não estão claros para nós mas que marcaram a história das mulheres mães que viveram antes de nós e que conseqüentemente nos moldaram para sermos quem somos hoje –, para em seguida transformarmos as informações que surgirem, junto com a teoria, em conhecimento sobre como foi construída e como se dá atualmente a dominação e opressão tanto das mulheres quanto da natureza. O corpo feminino, ao longo dos séculos, foi mecanizado e esvaziado de seu conhecimento e autonomia, configurando-se “(...) em um conjunto de partes fragmentadas, fetichizadas e substituíveis, a serem gerenciadas por profissionais especialistas (MIES, 1993, pg. 26)”. Ele foi e segue sendo violentado física e psicologicamente de diversas formas e por diversos meios para servir aos homens e ao modo de produção patriarcal capitalista. O mesmo processo passou a acontecer com a natureza, quase que em paralelo e, atualmente, caminham juntos. De acordo com Mies e Shiva (1993), é observável que quando há um aumento da violência contra as mulheres, o mesmo acontece com a natureza e vice e versa.

O trabalho de Warren (2000) é fundamental para entendermos as interconexões conceituais entre mulheres e natureza ao longo da história e como elas influenciaram a produção do conhecimento ocidental, até os dias de hoje. Organizar essas

interconexões por áreas temáticas de estudos, ou correntes de pensamento ecofeministas elucidada a questão, a saber: históricas ou causais, conceituais, empíricas, socioeconômicas, linguísticas, simbólicas e literárias, espirituais e religiosas, epistemológicas, políticas e éticas, ela nos forneceu um quadro essencial, baseado em uma análise panorâmica e diversificada sobre como o ecofeminismo foi e continua sendo construído – deixando claro também como o patriarcado está presente e compõe todas as esferas de nossas vidas desde que nascemos, como ele foi estruturado e se manifesta por meio da lógica da dominação – e a importância e a necessidade de trabalharmos com as questões-chave de cada uma dessas correntes, suas premissas, observações e resultados, como base de nossas práxis se quisermos avançar nas pautas feministas e ecológicas.

Em termos metodológicos, as questões-chave que validam nossas escolhas para o *Fractais Maternos*, e o complementam para nossa proposta, estão contidas nas seguintes interconexões entre mulheres e natureza: 1. conceituais: a elaboração de uma teoria e prática ecofeminista que seja baseada na experiência vivida pelas mulheres com a natureza (ciclo menstrual, gestação, parto e amamentação/alimentação), os dualismos e o patriarcado como uma estrutura conceitual opressiva baseada em uma lógica da dominação de mulheres e natureza que atravessa todas as suas interconexões; 2. empíricas: historicamente as mulheres são as responsáveis pela casa e pelos filhos e, junto com eles, são as mais pobres, e vulneráveis, aos impactos negativos de um mau desenvolvimento; 3. epistemológicas: o conhecimento é socialmente situado histórica e localmente, o pesquisador é parte integrante da pesquisa e a natureza e/ou ser estudado é ativo e vivo em seu ambiente e se influenciam mutuamente; 4. políticas: o ecofeminismo é um movimento político e social, teórico e prático, que busca manter a teoria viva e inseparável dos indivíduos por meio de políticas de resistência e projetos criativos; 5. éticas: a busca por um pensamento ético genuíno – que reconhece e assume as diferenças entre mulheres e homens, valoriza a experiência delas como potencial de liberdade (e não de submissão), percebe a conexão delas com a natureza e localiza-as como seres sociais e participantes ativas no processo histórico – que pode reconstruir a relação entre natureza e cultura.

Em termos de conteúdo, as questões-chave que validam nossas escolhas para o Fractais Maternos e, também, o complementam para nossa proposta, estão contidas nas seguintes interconexões entre mulheres e natureza: 1. históricas ou causais: o quanto antigo é o patriarcado e que em sua base está uma mudança de visão de mundo orgânica para mecanicista e a identificação da mulher com a natureza como justificativa para a dominação e opressão de ambas; 2. socioeconômicas: como se deu a divisão sexual do trabalho, a transformação da violência direta contra mulheres e natureza para um tipo estrutural, a constituição da família e a construção dos conceitos de trabalho produtivo (homem) e improdutivo (mulher e natureza); 3. linguísticas: a linguagem carrega uma visão naturalista e animalizada da mulher e uma visão feminilizada da natureza, reforçando, validando e perpetuando a dominação e exploração dos animais não humanos e das mulheres; 4. simbólicas e literárias: a alteração imagética e simbólica da natureza – de um organismo vivo para uma máquina –, promovida por diversas áreas do conhecimento, permitiu sua exploração, aprofundou a opressão das mulheres e consolidou a ruptura entre corpo e alma; 5. espirituais e religiosas: a necessidade de construirmos novos padrões a partir do nosso lugar, baseado na relação com a Terra e na valorização do feminino, trazendo para o cerne da espiritualidade o corpo da mulher, sua natureza e seus ciclos por meio da ideia da Deusa.

Em resumo, o trabalho de Warren (2000) também nos mostra e confirma como a arte e seus elementos estéticos básicos (a palavra, o som e a imagem), os quais também compõem e influenciam várias outras áreas do conhecimento, foram e ainda são usados de diversas formas para (re)criar, reforçar, manter e perpetuar uma visão de mundo patriarcal e capitalista, ou seja, a dominação e opressão de mulheres e da natureza. E, por consequência, confirma e valida a experiência artística teatral – uma arte que pode abarcar todas as outras, inclusive trabalhar em si todas as interconexões conceituais ecofeministas – como um caminho e espaço possível de empoderamento para as mulheres mães, isto é, de questionamento do que já foi e está sendo produzido em termos tanto de arte quanto de conhecimento, de reconexão com o próprio corpo, com sua própria natureza e seu meio ambiente (ou a natureza em geral), e de produção de novos conhecimentos, relações e estéticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo dessa dissertação, o Ecofeminismo defende que a dominação e a opressão das mulheres e da natureza possuem a mesma raiz: o paradigma patriarcal vigente, que se desenvolveu nas sociedades ocidentais nos últimos cinco mil anos, sendo o capitalismo uma de suas versões que mais o fortalece. Esse sistema de crenças, valores e atitudes, por meio da sua lógica da dominação, atribuiu aos homens maior valor, privilégio e poder, características que os levaram a buscar domesticar as mulheres e a natureza e a explorá-las insustentavelmente. Diante disso, houve um processo de desempoderamento e desvalorização das mulheres em relação às suas capacidades reprodutiva e produtiva – o que resultou no surgimento do papel de dona de casa em tempo integral, desconectada da própria natureza (seus ciclos e experiência corporal) e do mundo natural em geral (principalmente do acesso à terra e seus recursos) – e de negligência e espoliação da natureza – levando a práticas intensivas de agricultura, pecuária, desmatamento e de uso de todos os recursos naturais disponíveis de maneira insustentável, o que vem provocando as mudanças climáticas com efeitos deletérios para toda a vida na Terra.

As mulheres que se tornam mães são as que sofrem as piores consequências dentro desse cenário, de acordo com o Feminismo Matricêntrico. Historicamente, elas foram impelidas a assumir a responsabilidade por todo o trabalho de cuidado com os filhos e com a casa, e a acreditar que essa é uma condição inerente às mulheres, ao mesmo tempo que não detêm o poder de determinar sob quais condições realizarão essa função, pois este papel está nas mãos dos homens. Apesar de, hoje em dia, tanto as mulheres quanto as mães terem o direito de participar de todas as esferas da vida pública, ambas continuam sendo redomesticadas pelo discurso de maternidade patriarcal vigente – que se configura como o principal mecanismo de dominação e opressão das mulheres –, o que limita seu poder de atuação na esfera privada e na pública. Essa realidade é reforçada pelo discurso patriarcal e capitalista mais amplo, que permeou todas as áreas do conhecimento ao longo da história – desde a produção artística até a ciência, passando pela política –, e ajudou a igualar as mulheres, em especial as mães (devido a sua capacidade de gestar, parir, amamentar e alimentar

seus filhos), à natureza, depreciando-as com a intenção de manter, justificar e legitimar sua dominação e opressão pelas sociedades ocidentais patriarcais e capitalistas.

Porém, se quisermos garantir um planeta habitável e com recursos para suprir as necessidades dessa e das próximas gerações, assim como pessoas saudáveis – física e emocionalmente –, para empreender as transformações necessárias para essa finalidade, e se desejamos a sobrevivência da nossa espécie diante das mudanças climáticas, essa identificação com a natureza precisa, e deve, ser revista, ressignificada e ampliada, uma vez que homens e mulheres são partes integrantes e indissociáveis da natureza. Portanto, transformar o discurso patriarcal vigente sobre a maternidade, reconstruindo a conexão das mulheres mães com a natureza nas mais diversas áreas do conhecimento, é urgente e imprescindível. Considerando que as mulheres passam a ser oprimidas duplamente após se tornarem mães, ou seja, como mulheres e como mães, e que a maternidade é o principal locus de sua redomesticação (dominação e opressão) pelos homens nas sociedades ocidentais, é na experiência cotidiana de ser mãe que pode germinar uma semente com um potencial importante de promover a busca pela conscientização sobre seu contexto e pela transformação das estruturas opressivas, às quais estamos submetidas, e, principalmente, a reconexão das mulheres mães com a natureza de maneira geral.

Em primeiro lugar, há a possibilidade de reconexão dessa mulher mãe com a sua própria natureza, com o seu corpo, isto é, com seu ciclo menstrual, gestação, parto, amamentação e com suas necessidades, vulnerabilidades e interdependência do meio onde vive. Depois, existe a possibilidade de reconexão com a natureza da vida humana, com o corpo dos seus filhos, ou seja, com seus ciclos de sono, alimentação e desenvolvimento físico e emocional, e as necessidades, vulnerabilidades e interdependência que derivam desses ciclos. A mulher, agora mãe, passa a se preocupar com todas essas questões – com maior ou menor consciência da importância delas na sua vida e de seus filhos – que, antes da maternidade, talvez não fizessem parte do seu dia a dia. Em outras palavras, seu reencontro com sua própria natureza e com a natureza de seus filhos levanta questões sobre a sustentabilidade de suas ações, para si, seus filhos e para o planeta que vão desde a possibilidade de escolha por um parto normal ou por uma cirurgia cesariana, passando pela

preocupação com a quantidade e a qualidade do sono e dos estímulos proporcionados aos seus filhos, à decisão de compra de alimentos orgânicos (ou não) e/ou de fraldas descartáveis ou reutilizáveis, até a divisão (ou não) das tarefas domésticas e de cuidados com o bebê (físico e emocional) e a preocupação com a perda do emprego e/ou recolocação no mercado de trabalho após a maternidade.

Por fim, como consequência dessas experiências e questionamentos, podemos começar a perceber o quanto estamos desconectadas da natureza do nosso corpo e da vida humana e abre-se a possibilidade de reconexão com o mundo natural em geral, isto é, com a Terra, seus sistemas e ciclos, sua produção e reprodução que sustenta todas as formas de vida, assim como suas necessidades, vulnerabilidades e interdependência entre todos os seus seres. Desse modo, surge a oportunidade de ampliarmos o nosso olhar e o nosso entendimento acerca dos problemas globais e coletivos que estamos enfrentando, como humanidade, devido a nossa relação insustentável com o meio ambiente – como os impactos das mudanças climáticas –, e de enxergarmos que os problemas considerados locais e/ou individuais, com os quais estamos lidando no cotidiano de mulheres mães, em razão das relações insustentáveis entre homens e mulheres – como os impactos individuais, sociais, econômicos e ambientais do discurso da maternidade intensiva, que influencia desde as mães mais ricas às mais pobres – estão conectados e são frutos do patriarcado, a estrutura conceitual opressiva que organiza todas as relações nas sociedades ocidentais.

Ou seja, as relações insustentáveis que desenvolvemos em casa, entre homens e mulheres, têm a mesma base daquelas que desenvolvemos na sociedade, entre cultura (homens) e natureza (mulheres), denominada lógica da dominação. As mulheres mães, ao se implicarem e se responsabilizarem sozinhas – ou serem responsabilizadas pela sociedade – pelo trabalho materno e de cuidado dos filhos e da casa, passam a ficar frente a frente com esse mecanismo constantemente, mesmo que não consigam identificá-lo e/ou nomeá-lo, pois esse paradigma permeia todos os seus pensamentos/questionamentos e ações/decisões acerca da sua vida e de seus filhos e, em consequência, suas demais relações. Portanto, o exercício da maternidade também tem o potencial de promover a transformação de todos os relacionamentos dessa mulher, seja na esfera privada ou na pública, com os homens e com a natureza. Para

isso, durante o seu processo de tornar-se mãe, é preciso que a mulher tenha a oportunidade de adquirir consciência sobre sua dominação e opressão – e enxergá-las como características intrínsecas às suas relações – e a possibilidade de buscar alternativas viáveis de resistência para si e seus filhos – por meio da prática de novas ações e/ou modificação de antigos hábitos –, com a intenção de transformar seu contexto e seus relacionamentos.

Considerando que: em primeiro lugar, as situações vivenciadas em nossas casas (e com nossos corpos) refletem o que acontece na sociedade (e com a natureza) – ou seja, o pessoal é político, o individual é coletivo e o local é global –; em segundo, que vivemos em uma sociedade patriarcal e capitalista – onde homens controlam e exploram insustentavelmente as capacidades produtiva e reprodutiva das mulheres e da natureza –; em terceiro lugar, que nossa sociedade está baseada na lógica da dominação e que esta permeia as mais diversas áreas do conhecimento, desde as artes até a política – a fim de manter, justificar e legitimar a dominação e a opressão de ambas –; e, por último, que esta lógica sustenta, principalmente, um discurso de maternidade idealizada para redomesticar as mães – desconectando-as de sua própria natureza, da natureza da vida humana e a da natureza em geral –, podemos compreender que o combate à lógica da dominação e a maternidade patriarcal no dia a dia, dentro das nossas mentes (opressões internalizadas), dentro das nossas casas e nos relacionamentos próximos que temos (opressões externas a nós) é um trabalho árduo e muito difícil porque ambas sustentam as estruturas sociais e, justamente por isso, não são óbvias nem fáceis de enxergar e entender.

Contudo, se as relações que construímos em nossas casas constituem aquelas que empreendemos na sociedade, para além de apenas refleti-las, o trabalho de combater a lógica da dominação e a maternidade patriarcal em nós e, em especial, em nossos relacionamentos mais próximos – com companheiros, filhos, familiares e amigos – torna-se imprescindível, e talvez seja a melhor e a mais efetiva estratégia a adotarmos para conseguirmos superar o patriarcado (mesmo que paulatinamente). Nesse caso, somente quando entendermos quais são e como acontecem as interconexões entre mulheres mães e natureza, no nosso cotidiano e nas nossas relações, e enxergarmos que existe a possibilidade de transformá-las e/ou de

reconstruí-las, ressignificando suas características – que sustentam que ser natureza é algo moralmente inferior/pior e por isso ambas podem ser dominadas e oprimidas – por meio de ações que busquem promover o empoderamento e a libertação de mulheres mãe e natureza – sustentando que ser natureza é algo intrínseco a todo ser humano, e deve ser um valor moral (nem inferior e nem superior, a fim de superarmos os dualismos) –, é que poderemos promover uma reconexão verdadeira entre mulheres mães e natureza e empreendermos uma maternidade realmente empoderada, em todas as esferas das nossas vidas, baseadas na valorização do trabalho materno de criação e manutenção da vida e em suas práticas diárias de resistência ao patriarcado (e ao capitalismo). Ao longo da história, as mulheres foram dominadas e oprimidas por terem, talvez, uma conexão com a natureza mais explícita que os homens – por gestarem, parirem, amamentarem, manterem a vida de outro ser humano e aprenderem primeiro a coletar, plantar, colher e preparar alimentos –, isto é, por saberem viver em harmonia com a natureza.

Ao adotarmos essa abordagem como premissa para a construção de um processo que apoia essa reconexão, este deverá ser elaborado com o cuidado e a atenção necessários para não ratificar, mas questionar e desafiar, as suposições patriarcais sobre a maternidade apresentadas por O'Reilly (2021), principalmente: a essencialização (a maternidade é fundamental e constitui a base da identidade feminina); a naturalização (apenas as mulheres sabem como ser mães devido ao seu instinto natural para a maternidade); e a biologização (a mãe biológica é a única mãe real e genuína). Considerar também as suposições que ajudaram a construir a inferioridade moral das mulheres que são, de acordo com Warren (2000), o determinismo biológico (a mulher é mais próxima da natureza que o homem por sua capacidade reprodutiva), o essencialismo conceitual (existe um conceito fundamental de mulher que captura a essência da condição de ser mulher e de sua feminilidade em todas as culturas) e o universalismo (existe um conjunto de experiências que todas as mulheres compartilham apenas pelo fato de serem mulheres).

Acreditamos que, se conseguirmos atuar com essa consciência crítica sobre a situação das mulheres mães na nossa sociedade, e as suas possibilidades de reconexão com a natureza, com a intenção de desmontar a estrutura conceitual

opressiva na qual vivemos, em primeiro lugar – e principalmente – em nossas casas por meio do nosso trabalho materno, procurando identificar, analisar e mudar maneiras patriarcais de pensar e agir, em nós e em nossos relacionamentos mais próximos, talvez consigamos começar a alterar as bases das relações que os envolvidos nesse processo desenvolvem com o mundo – ou, em outras palavras, com as mulheres, com outras pessoas subjugadas e com a natureza em geral – e a construir novas relações que sejam mais sustentáveis.

Uma das ferramentas mais antigas e efetivas, e que até hoje é utilizada para propagar e reforçar o patriarcado e seus discursos normativos, é o teatro. Por isso, ele também foi – e ainda é – utilizado para questionar as inquietudes humanas. Minha experiência como participante de oficinas de formação em Teatro do Oprimido e como facilitadora do Fractais Maternos – Laboratório Teatral para Mulheres Mães, no qual utilizei o método do Teatro do Oprimido e do Teatro das Oprimidas, mostrou-me que é possível trabalharmos não apenas as opressões vividas pelas mulheres, de maneira geral, mas também aquelas relativas especificamente à maternidade, por meio dessas ferramentas, pois ambas apresentam resultados efetivos e alinhados com os temas trabalhados. Considerando que a raiz da dominação e da opressão das mulheres, das mães e da natureza é o sistema patriarcal e capitalista no qual vivemos, e que essas duas metodologias teatrais são contra todo e qualquer tipo de dominação e opressão, vislumbrando, como objetivo, promover a transformação social por meio da libertação dos oprimidos, acreditamos que seja possível utilizá-las para trabalharmos as questões relativas às mulheres mães e à natureza, ao mesmo tempo.

Como resultado dessa dissertação, apresento uma proposta de intervenção denominada “Fractais Maternos – Laboratório Teatral Ecofeminista para Mulheres Mães”, o qual faz a junção entre as três áreas de conhecimento que apresentei e contextualizei ao longo desse trabalho: o Ecofeminismo, o Feminismo Matricêntrico e o Teatro das Oprimidas. Além de identificarem e lutarem contra o patriarcado por meio da conscientização e empoderamento das mulheres, essas áreas de conhecimento também partem da mesma premissa de pesquisa e atuação, e complementam-se, pois: o Teatro das Oprimidas foi concebido com e para as mulheres, a partir de sua prática teatral; o Feminismo Matricêntrico foi elaborado a partir das experiências cotidianas das

mulheres mães em seu trabalho de cuidado, para legitimá-las; e o Ecofeminismo foi engendrado no ativismo das mulheres na busca por qualidade de vida para elas e para seus filhos e por um meio ambiente saudável. Em suma, essas três áreas foram desenvolvidas a partir das experiências vividas pelas mulheres com seus corpos e mentes na relação consigo, com os homens, seus filhos e a natureza. Justamente por isso, elas valorizam e enxergam o potencial de conscientização, empoderamento e liberdade para as mulheres mães e a natureza que as experiências que vêm da prática podem proporcionar.

A agenda elaborada para os encontros temáticos do “Fractais Maternos – Laboratório Teatral Ecofeminista para Mulheres Mães”, não será avaliada nesse estudo, mas levará em conta todo o arcabouço teórico-prático que embasou essa pesquisa. Um aprofundamento das questões apresentadas poderá ser feito em oportunidades futuras, pois quanto mais estudos nessa linha forem realizados, maiores serão as chances de descobrirmos formas de mitigar e minimizar a dominação, as opressões e a exploração insustentável observadas às mulheres e à natureza, que vêm causando tanto mal às relações humanas e às relações entre a humanidade e o meio natural. Por fim, concluo que a junção dessas áreas do conhecimento, experienciada em um laboratório teatral, uma vez que promova tanto experiências práticas vivenciadas quanto teóricas, com trocas de conhecimentos, pode apoiar a reconexão entre mulheres mães e natureza na intenção de oportunizar a libertação de ambas.

## ANEXO A

### **PROPOSTA: FRACTAIS MATERNOS – LABORATÓRIO TEATRAL ECOFEMINISTA PARA MULHERES MÃES**

Para construir uma proposta teatral com o objetivo de reconectar mulheres mães e natureza – a fim de promover a autonomia e a consciência ambiental das participantes –, considerando as observações e as interpretações críticas realizadas no capítulo 4, a partir das quais examino a 1ª edição do “Fractais Maternos – Laboratório Teatral para Mulheres Mães”, sob a ótica do referencial teórico apresentado ao longo dessa dissertação, quais sejam, o Ecofeminismo, o Feminismo Matricêntrico e o Teatro das Oprimidas, e ainda buscando unir essas três áreas do conhecimento em uma proposta teórico-prática, o primeiro passo foi identificar e entender quais são os elementos fundamentais que as unem. O principal deles é a luta contra o patriarcado, isto é, contra todo tipo de dominação e opressão das mulheres, em especial das mães, outras pessoas subjugadas e da natureza, e contra todas as suas outras formas, como o capitalismo. O segundo elemento em comum é o reconhecimento do corpo feminino e de suas atividades tradicionais como locus de dominação e opressão, mas também a valorização deles como potencial de resistência e empoderamento. O terceiro é que o Ecofeminismo, o Feminismo Matricêntrico e o Teatro das Oprimidas foram desenvolvidos a partir das experiências vividas pelas mulheres com seus corpos e mentes na relação consigo, com os homens, com seus filhos, com a sociedade e com a natureza. O último elemento é a busca por uma práxis criativa, política e ética.

O segundo passo para a construção dessa proposta teatral foi entender como poderia ser realizada a junção dessas três áreas do conhecimento. Assim, foi definido que o Ecofeminismo seria sua base teórica e que as diferentes interconexões entre mulheres e natureza nas correntes de pensamento ecofeministas formariam a estrutura temática dos encontros. Esse processo gerou doze encontros, a saber, um primeiro encontro de abertura e um último de encerramento com a apresentação de cenas, ou outros tipos de manifestações artísticas, criadas pelas mulheres mães, mais dez encontros temáticos sobre as interconexões Históricas ou Causais, Conceituais, Empíricas, Socioeconômicas, Linguísticas, Simbólicas e Literárias, Espirituais e

Religiosas, Epistemológicas, Políticas e Éticas. Os principais pontos de investigação de cada uma dessas interconexões, suas premissas, observações e resultados, apresentados no capítulo 1 dessa dissertação, serão complementados com as contribuições teóricas do Feminismo Matricêntrico, sobre o que é, como surgiu e quais são as principais questões envolvidas na maternidade patriarcal e na maternidade empoderada, assim como na sua própria teoria, apresentadas aqui no capítulo 2, para que, de fato, as mães sejam atendidas em suas necessidades e desejos, na teoria e na prática, durante todo o período do laboratório teatral. Também serão consideradas as contribuições de outros autores que se apresentam relevantes para o aprimoramento das investigações sobre a relação entre mulheres, mães e natureza.

Foi definido manter, como base prática dessa proposta de laboratório teatral, a metodologia que foi criada e implementada nos encontros da 1ª e da 2ª edição do Fractais Maternos, que é equivalente àquela adotada no Teatro das Oprimidas. Ou seja, para a primeira parte dos encontros, serão definidos jogos e exercícios inspirados pela metodologia do Teatro do Oprimido, com a intenção de desmecanizar o corpo e a mente, buscando prepará-los para a segunda parte dos encontros, para a qual serão definidas vivências – preferencialmente aquelas do Teatro das Oprimidas, que foram elaboradas com foco na história de opressão das mulheres, do Teatro do Oprimido e de outros métodos teatrais/artísticos – que aprofundarão os temas previamente definidos. Além disso, serão mapeados e oferecidos materiais complementares, como textos, filmes, músicas, livros e outros, com a intenção de enriquecer os diálogos sobre Ecofeminismo, Feminismo Matricêntrico e outras áreas do conhecimento correlacionadas. Por fim, o desenho do processo utilizado na 1ª e na 2ª edição do Fractais Maternos também foi mantido, e os doze encontros dessa nova edição serão organizados de acordo com o modelo Divergente-Convergente, apresentado na página 107 dessa dissertação.

Desse modo, um passo muito importante foi decidir que essa proposta teatral, mesmo com o aporte teórico do Ecofeminismo e do Feminismo Matricêntrico, continuaria sendo um laboratório – isto é, um espaço de experimentação, investigação e construção coletiva de ideias e ações entre as mulheres mães –, e não se tornaria uma proposta de oficinas e/ou cursos sobre essas áreas do conhecimento – ou seja,

um lugar onde é oferecido um conteúdo teórico-prático específico e/ou que busca formar multiplicadoras dessa metodologia. O laboratório teatral traz, em si, duas características fundamentais para a elaboração desses temas com as mulheres mães, a fim de avançarmos na análise crítica dos mesmos: o trabalho integrado entre corpo (lócus das nossas práticas, experiências, atitudes e outros) e mente (lócus das nossas teorias, crenças, valores e outros) e a flexibilidade para que as mulheres mães possam se sentir acolhidas e assim compartilharem as suas experiências de vida (seus desafios e oportunidades) para serem (re)elaboradas nesse espaço-tempo. Seus corpos, mentes e experiências compõem o principal material de trabalho de um laboratório teatral, entretanto, as participantes podem e devem ser amparadas e estimuladas por teorias que possam apoiá-las em seus processos e que ofereçam uma perspectiva ampla para seus questionamentos. De acordo com o Ecofeminismo, o Feminismo Matricêntrico e o Teatro das Oprimidas, a dinâmica de troca de informações entre corpos e mentes, teorias e práticas, é que faz com que consigamos alcançar uma práxis criativa, política e ética, e avançar na construção do entendimento sobre o patriarcado e as suas diversas manifestações em nosso cotidiano – em especial, nas relações com outras pessoas e com a natureza –, e assim combatê-lo.

A seguir, apresento a estrutura de raciocínio e a composição de agenda – com jogos, exercícios, vivências e materiais complementares – para um encontro temático, elaborado para exemplificar como serão os demais, denominado “Interconexões Históricas ou Causais entre Mulheres, Mães e Natureza”, por considerar que este tema é transversal a todas as outras interconexões ecofeministas – além de basilar para o Feminismo Matricêntrico – e, conseqüentemente, para todos os encontros do laboratório teatral. Investigar onde, como e por que surgiu o patriarcado fundamentará essa proposta de trabalho na busca pela conscientização das participantes sobre a dominação, opressão e exploração insustentável das mulheres, das mães e da natureza, e fornecerá as bases para tentarmos promover e apoiar o seu empoderamento ao longo dos demais encontros. Esta agenda servirá de modelo para a elaboração dos outros dez encontros temáticos, compondo essa proposta teatral, e será denominada “Fractais Maternos – Laboratório Teatral Ecofeminista para Mulheres Mães”, por ser um nome que remete à natureza e à maternidade. A ordem de

acontecimentos dos encontros temáticos, assim como a definição de seus jogos, exercícios, vivências e materiais complementares, compõem os próximos passos dessa dissertação.

Tabela 9 – Encontro – Tema: Interconexões Históricas ou Causais entre mulheres, mães e natureza

ENCONTRO – TEMA: INTERCONEXÕES HISTÓRICAS OU CAUSAIS ENTRE MULHERES, MÃES E NATUREZA			
PRINCIPAIS QUESTÕES ECOFEMINISTAS A SEREM TRABALHADAS	CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO MATRICÊNTRICO	CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS AUTORES	AGENDA DO ENCONTRO
<p>. Objetivo: Investigar o surgimento da dominação de mulheres e natureza, isto é, do patriarcado.</p> <p>Riane Eisler: A invasão das sociedades indo-europeias pelas tribos nômades da Eurásia (séc. VI a III A.C.). . Masculinidade igualada à violência e à dominação pelo uso da força.</p> <p>Carolyn Merchant: A revolução científica (séc. XVI e XVII). . Mudança no entendimento da natureza – de mulher mãe nutridora para mulher mãe caótica e perigosa. . Mudança de uma visão de mundo orgânico para uma visão científica do mundo – as mulheres e a natureza são entendidas como “máquinas” que podem ser manipuladas, modificadas e controladas.</p> <p>Val Plumwood: Racionalismo (filosofia grega, séc. VII a III A.C.). . É o cerne dos valores dualísticos, antropocentrismo e androcentrismo (ser humano = homem x natureza = mulher). . Identificação das mulheres com a natureza = dominação e opressão de ambas.</p>	<p>. Objetivo: Investigar o surgimento da maternidade patriarcal.</p> <p>Adrienne Rich: . Mudança nas experiências de maternidade das mulheres – de um lugar de poder nas culturas neolíticas (que cultuavam deusas da caça e da coleta) até o surgimento da imagem da mãe como casta e santa no séc. XIX.</p> <p>Andrea O'Reilly: . Maternidade de custódia – discurso normativo que nasce da necessidade de reestruturação das sociedades ocidentais após Segunda Guerra Mundial (a grande aceleração no pós guerra). A boa mãe cuida da casa e da família, com foco nos afazeres domésticos.</p> <p>Sharon Hays: . Maternidade intensiva – discurso normativo que aparece a partir da década de noventa com o surgimento do neoliberalismo. Demanda das mães muito tempo, energia e dinheiro para estar com seus filhos.</p>	<p>Silvia Federici (2017): . Ao longo dos séculos XII ao XIX, as mulheres foram despossadas de suas terras, perderam o acesso as terras comunais, tiveram sua capacidade reprodutiva controlada e desvalorizada (maternidade forçada), seus trabalhos remunerados foram desvalorizados e/ou proibidos, e todo seu trabalho produtivo e reprodutivo foi definido como um recurso natural. A mulher passou a ser um bem comum (pg 192), isto é, natureza. . O auge do patriarcado ou da domesticação das mulheres aconteceu no século XIX, quando surgiu o papel da dona de casa (pg 195).</p> <p>Keith Thomas (1988): . Analisa o processo de domesticação de animais e plantas entre os séculos XVI e XIX. Domesticar (ou Civilizar, animais ou pessoas) tornou-se um padrão arquetípico para outras formas de subordinação (pg 55). . A pressão do comércio internacional, o surgimento da propriedade privada e da economia monetária que levou a exploração do mundo natural (pg 29). . Natureza entendida como inerte e desprovida da dimensão espiritual, o que permitiu sua dominação pelo homem (pg 41). . Alguns acreditavam que as mulheres não tivessem alma e elas eram comparadas aos animais principalmente nas questões relativas a maternidade (gestação, parto, amamentação) (pg 51).</p>	<p><b>TEATRO DO OPRIMIDO</b> . Empurrar um ao outro (uso da força, dualismos) - Jogo para atores e não atores, 1a categoria (pg 116)</p> <p>. Máquina de ritmos (tema: 1º maternidade; 2º natureza) - Jogo para atores e não atores, 2a categoria (pg 150)</p> <p>. O cego e o guia - Jogo teatral comumente utilizado para integração de grupos de teatro</p> <p><b>TEATRO DAS OPRIMIDAS</b> . Percurso das ancestrais (pg 88) – buscar a relação das ancestrais com a natureza. . A árvore das ancestrais (pg 90) . As ancestrais nas mulheres atuais (pg 90) – qual relação? ainda guarda com a natureza?</p> <p><b>MATERIAIS COMPLEMENTARES</b> . Texto sobre as interconexões históricas ou causais entre mulheres e natureza. . Texto sobre os dez pressupostos da maternidade patriarcal. . Poema: Maya Angelou, Nossas avós . Pedir para que tragam algum objeto que lembre suas avós</p>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAL, A. **O arco-íris do desejo: método Boal de teatro e terapia**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a.

BOAL, A. **Teatro legislativo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996b.

BOAL, A. **A estética do oprimido: reflexões errantes sobre o pensamento do ponto de vista estético e não científico**. 1. ed. Rio De Janeiro: Garamond, 2009.

BOAL, A. **Jogos para atores e não atores**. 15. ed. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BOAL, A. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

BOAL, A. **Dia Mundial do Teatro**. Disponível em: <<http://augustoboal.com.br/2018/03/29/dia-mundial-do-teatro/>>. Acesso em: 9 jun. 2022.

BOJER, M. M.; ET AL. **Mapeando diálogos: ferramentas essenciais para a mudança social**. Tradução: Leonora Corsini. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

BUESKENS, P. Deregulated Patriarchy and the New Sexual Contract: One Step Forwards and Two Steps Back. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, v. 10, n. 1/2, 16 dez. 2019.

CASTAÑEDA CARNEY, I. et al. **Gender-based violence and environment linkages**. Gland, Switzerland: IUCN, 2021. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/node/49850>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo ; Brasília: Cortez Editora, 2005.

CUOMO, C. J. Flourishing, praxis, and charm. **Ethics and the Environment**, v. 4, n. 1, p. 101–106, 1999.

DI CIOMMO, R. C. **Ecofeminismo e educação ambiental**. São Paulo: Editorial Cone Sul, Editora UNIUBE, 1999.

DUNAYER, J. Sexist Words, Speciesist Roots. In: **Animals and Women: Feminist Theoretical Explorations**. Durham, N.C.: Duke University Press, 1995.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7–41, 2009.

HOLMES, A. The Gift: Matricentric Feminism, Physiological Mothering, and Art Practice. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, v. 10, n. 1/2, 16 dez. 2019.

HUTNER, H. The Birth of an Eco-Mom: Cancer, Feminism and the Environment. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, v. 2, n. 1, 1 maio 2011.

KANER, S. et al. **Facilitator's guide to participatory decision-making**. 3rd. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2014.

KING, Y. Healing the Wounds: Feminism, Ecology, and the Nature/Culture Dualism. In: **Gender/body/knowledge: Feminist Reconstructions of Being and Knowing**. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1992. p. 115–141.

LAHAR, S. Ecofeminist Theory and Grassroots Politics. **Hypatia**, v. 6, n. 1, p. 28–45, mar. 1991.

LJUNG-BARUTH, A. A Motherly Society: Scandinavian Feminism and a Culture of Sexual Equality in the Works of Ellen Key, Elin Wägner, and Alva Myrdal. **Journal of**

**the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, v. 10, n. 1/2, 16 dez. 2019.

MIES, M. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour**. London: Zed Books, 1986.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminism**. London: Zed Books Ltd, 2014.

MURPHY, P. D. Ground, Pivot, Motion: Ecofeminist Theory, Dialogics, and Literary Practice. **Hypatia**, v. 6, n. 1, p. 146–161, mar. 1991.

O'REILLY, A. Maternal theory: patriarchal motherhood and empowered mothering. In: **The Routledge companion to motherhood**. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2019a. p. 19–35.

O'REILLY, A. Matricentric Feminism: A Feminism for Mothers. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, v. 10, n. 1/2, 16 dez. 2019b.

O'REILLY, A. "Trying to Function in the Unfunctionable": Mothers and COVID-19. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, v. 11, n. 1, 21 jul. 2020.

O'REILLY, A. Certainly not an equal opportunity pandemic. In: **Mothers, Mothering, and COVID-19: Dispatches from the Pandemic**. Bradford, ON: Demeter Press, 2021a.

O'REILLY, A. **Matricentric Feminism: Theory, Practice and Activism**. 2. ed. Bradford, ON: Demeter Press, 2021b.

O'REILLY, A.; GREEN, F. J. **Mothers, mothering, and COVID-19: dispatches from a pandemic**. Bradford, ON: Demeter Press, 2021.

PLUMWOOD, V. Nature, Self, and Gender: Feminism, Environmental Philosophy, and the Critique of Rationalism. **Hypatia**, v. 6, n. 1, p. 3–27, 1991.

RAY, S. J. How Many Mothers Does it Take to Change All the Light Bulbs? The Myth of Green Motherhood. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, v. 2, n. 1, 1 maio 2011.

RIEMENSCHNEIDER, P. S. **Maternidade, consumo e sustentabilidade sob a ótica ecofeminista**. Dissertação (Mestrado)—Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito: [s.n.].

SALLEH, A. K. Deeper than Deep Ecology: The Eco-Feminist Connection. **Feminist Ecologies**, p. 25–33, 2017.

SANCTUM, F. **A estética de Boal: odisséia pelos sentidos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, Luminária Academia, 2012.

SANTOS, B. **Teatro del oprimido: raíces y alas : una teoría de la praxis**. Tradução: Carolina Echeverría. 1. ed. Barcelona: Kuringa, 2017.

SANTOS, B. **Teatro das oprimidas: estéticas feministas para poéticas políticas**. 1. ed. Rio De Janeiro: Casa Philos, 2019.

SHIVA, V. **Staying alive: women, ecology, and development**. London: Zed Books Ltd., 1988.

SQUADRITO, K. **Book Review of Green Paradise Lost Ethics and Animals**, 1982. Disponível em: <<https://digitalcommons.calpoly.edu/ethicsandanimals/vol3/iss3/6>>. Acesso em: 20 jan. 2022

STURGEON, N. **Ecofeminist natures: races, gender, feminist theory and political action**. New York: Routledge, 1997.

TAKŠEVA, T. One Is Not Born But Rather Becomes a Mother: Claiming the Maternal in Women and Gender Studies. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, v. 10, n. 1/2, 16 dez. 2019.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800)**. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

UN. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. New York: UN, 15 set. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

WARREN, K. J. **Ecofeminist philosophy: a western perspective on what it is and why it matters**. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2000.